



## **ACADEMIA MILITAR**

### **As vantagens e vulnerabilidades do dispositivo da Guarda Nacional Republicana. Estudo de caso do Comando Territorial de Braga**

**Autor: Aspirante Noé da Silva Pinto**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Mário José Machado Guedelha**  
**Coorientador: Capitão de Infantaria da GNR Adriano Ferreira da Rocha**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**  
**Lisboa, julho 2015**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **As vantagens e vulnerabilidades do dispositivo da Guarda Nacional Republicana. Estudo de caso do Comando Territorial de Braga**

**Autor: Aspirante Noé da Silva Pinto**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Mário José Machado Guedelha**  
**Coorientador: Capitão de Infantaria da GNR Adriano Ferreira da Rocha**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**  
**Lisboa, julho 2015**

## **Dedicatória**

Aos meus pais que sempre estiveram presentes.

“O maior inimigo do conhecimento não é a ignorância,  
é a ilusão do conhecimento”

Stephen Hawking

## **Agradecimentos**

O caminho traçado até ao culminar da investigação foi longo e complexo contudo, a presente investigação não seria possível caso não houvesse um apoio e contributo de diversas pessoas. Não posso deixar de prestar o meu agradecimento público a todas elas.

Ao senhor Tenente-Coronel Mário Guedelha, meu orientador, pelos conhecimentos transmitidos, pelo apoio e disponibilidade, fulcrais para o correto encaminhamento da investigação.

Ao senhor Capitão Adriano Rocha, meu coorientador, pelo apoio, pelos conselhos e pelo conhecimento transmitido, que sem eles certamente os resultados não teriam sido os mesmos.

À Direção dos Cursos da GNR, pela colaboração na seleção do coorientador, bem como no apoio sempre que solicitado.

A todos os entrevistados que participaram na presente investigação pela disponibilidade, à vontade, conhecimentos e honestidade. O vosso contributo foi fulcral em todos os sentidos.

À minha família, pai, mãe e irmão, pela educação que me deram ao longo da vida, pelo apoio incondicional ao longo destes 5 anos na Academia Militar e por terem sido sempre um exemplo e um orgulho para mim.

À Maria Silva, que sempre acompanhou o meu percurso com uma palavra de conforto, compreensão e carinho.

Ao vigésimo curso de oficiais da Guarda Nacional Republicana por estes 5 anos que irei para sempre levar comigo.

A todos aqueles que de uma maneira ou de outra contribuíram para o sucesso desta investigação.

A todos vós, muito obrigado.

## **Resumo**

A presente investigação que surge na forma de Trabalho de Investigação Aplicada, analisa a problemática do dispositivo territorial da Guarda Nacional Republicana. São com as subunidades que compõem este dispositivo, que diariamente os cidadãos têm mais contacto. Este facto merece sempre ser visto com enorme relevância atendendo que a Guarda Nacional Republicana fazer transparecer uma imagem de humanidade, proximidade e confiança.

Desta forma, esta investigação visou um estudo de caso do dispositivo territorial do Comando Territorial de Braga, sendo o Objetivo Principal desta análise a identificação das vantagens e vulnerabilidades associadas ao mesmo. Derivando desta linha orientadora, surgiram os nossos Objetivos Específicos que definimos como o enunciar de vantagens e vulnerabilidades no que concerne à organização do dispositivo territorial, bem como, dos Recursos Humanos a eles afeto e do serviço operacional desempenhado por estes militares.

Visando o alcance dos objetivos propostos, o presente trabalho assenta no método hipotético-dedutivo, tendo como base de instrumentos de análise, as entrevistas exploratórias realizadas junto de oficiais que desempenham funções no Comando Territorial de Braga, bem como as entrevistas realizadas a todos os Oficiais que desempenham funções de comando no dispositivo territorial e seus Adjuntos.

As conclusões obtidas com este trabalho permitem evidenciar como vantagens inerentes ao dispositivo territorial o facto das cadeias de comando estarem bem garantidas, quer em quantidade quer em qualidade, bem como o desempenho dos militares dos Núcleo de Investigação Criminal. Em contrapartida, salienta-se como vulnerabilidades o acompanhamento deficitário por parte da cadeia de comando dos Núcleos de Investigação Criminal, a elevada carga burocrática, a inexistência de um sistema de avaliação para a categoria de Guardas, a escassez de Recursos Humanos, o novo sistema de folgas e a existência de Postos Territoriais do Comando Territorial de Braga que deveriam ser reajustados.

**Palavras-chave:** GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, COMANDO TERRITORIAL DE BRAGA, DISPOSITIVO TERRITORIAL.

## **Abstract**

The present investigation that comes in the form of Applied Research Work analyzes the problem of the territorial device of the Guarda Nacional Republicana. It is with this type of subunits that compose this device that citizens have more daily contact. This fact deserves to be viewed with great importance given that the Guarda Nacional Republicana wants to transpire an image of humanity, proximity and trust.

Thus, this research aimed at a case study of the territorial device of the Territorial Command of Braga, being the main objective of this analysis to identify the advantages and vulnerabilities of to it. Emerging from this guideline, came our specific goals that we set as stating advantages and vulnerabilities regarding to the organization of the territorial device, as well as, Human Resources to them associated and operational service performed by those military.

In order to achieve the proposed objectives, this work is based on the hypothetical-deductive method, based on analysis tools, exploratory interviews with officers serving in the Territorial Command of Braga, as well as interviews performed to all Officers working in command at the territorial device and his Deputies.

The conclusions of this study allow highlighting as advantages inherent in territorial device the fact of the chains of command being well trimmed, either in quantity or in quality, as well as the performance of military of the Criminal Investigation Nucleus. On the other hand, pointing out vulnerabilities such as a deficit of control by the chain of command of the Criminal Investigation Nucleus, the high bureaucracy, the lack of an evaluation system for the class of guards, the shortage of human resources, the new clearances system and the existence of Territorial Offices of Territorial Command of Braga that should be adjusted.

**Keywords:** GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, TERRITORIAL COMMAND OF BRAGA, TERRITORIAL DEVICE.

# Índice Geral

Dedicatória .....	ii
Agradecimentos .....	iv
Resumo.....	v
Abstract .....	vi
Índice Geral .....	vii
Índice de Figuras.....	x
Índice de Quadros .....	xi
Índice de Tabelas .....	xii
Lista de Apêndices.....	xiv
Lista de Anexos .....	xv
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....	xvi
Capítulo 1 - Introdução .....	1
1.1    Introdução .....	1
1.2    Enquadramento da investigação .....	1
1.3    Justificação do tema.....	3
1.4    Objeto e objetivos .....	3
1.5    Questão de partida .....	4
1.6    Questões derivadas e suas hipóteses .....	5
1.7    Síntese da metodologia .....	6
1.8    Estrutura.....	6
Capítulo 2 - Dispositivo territorial da Guarda Nacional Republicana .....	8
2.1.    Antecedentes da Guarda Nacional Republicana.....	8
2.1.1.    A Guarda Real de Polícia .....	8
2.1.2.    A Guarda Municipal.....	9
2.1.3.    A Guarda Republicana .....	10
2.2.    A Guarda Nacional Republicana .....	11
2.2.1.    Evolução do dispositivo da Guarda Nacional Republicana.....	13
2.3.    Evolução do dispositivo territorial de Braga .....	20
2.3.1.    Caracterização da Zona de Ação.....	21
2.3.2.    Recursos Humanos do Comando Territorial de Braga.....	22
2.3.3.    Atividade operacional do Comando Territorial de Braga .....	23



Capítulo 3 - Definição de conceitos .....	24
3.1. Recursos Humanos .....	24
3.2. Serviço operacional da Guarda Nacional Republicana .....	25
Capítulo 4 - Metodologia e Procedimentos .....	27
4.1. Introdução .....	27
4.2. Método de investigação .....	28
4.3. Instrumentos e técnicas utilizadas .....	29
4.3.1. Entrevista exploratória .....	29
4.3.2. Entrevista.....	29
4.4. Caracterização da amostra.....	30
4.4.1. Entrevistas exploratórias .....	30
4.4.2. Entrevistas .....	31
Capítulo 5 - Apresentação e interpretação dos resultados .....	33
5.1. Resultados das entrevistas exploratórias .....	33
5.1.1. Apresentação dos dados recolhidos nas questões .....	34
5.1.2. Interpretação dos resultados das questões .....	38
5.2. Resultado das entrevistas .....	41
5.2.1. Apresentação dos dados recolhidos nas questões .....	41
5.2.2. Interpretação dos resultados das questões .....	49
Capítulo 6 – Conclusões e Recomendações .....	52
6.1. Verificação das hipóteses e resposta às questões derivadas .....	52
6.2. Reflexão final .....	54
6.3. Limitações .....	55
6.4. Propostas para futuras investigações e desafios .....	55
Bibliografia.....	56
APÊNDICES .....	i
Apêndice A - Síntese das hipóteses.....	A - 1
Apêndice B - Batalhão n.º 1 de Lisboa .....	A - 2
Apêndice C - Batalhão n.º 2 de Lisboa .....	A - 3
Apêndice D - Grupo de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana.....	A - 4
Apêndice E - Batalhão n.º 3 de Évora .....	A - 5
Apêndice F - Batalhão n.º 4 de Viseu.....	A - 6
Apêndice G - Batalhão n.º 5 do Porto .....	A - 7
Apêndice H - Batalhão n.º 6 de Braga.....	A - 8

Apêndice I - Companhias da Madeira e Açores.....	A - 9
Apêndice J - Postos Territoriais por concelhos do Grupo Territorial de Braga .....	A - 10
Apêndice K - Organograma do Comando Territorial de Braga .....	A - 11
Apêndice L - Postos Territoriais por concelhos do Comando Territorial de Braga .....	A - 12
Apêndice M - Densidade populacional por concelho.....	A - 13
Apêndice N - Área e população afeta à responsabilidade da Guarda Nacional Republicana por concelho .....	A - 14
Apêndice O - Variação efetivo de 2008 a 2015 .....	A - 15
Apêndice P - Síntese das respostas às questões da entrevista exploratória.....	A - 16
Apêndice Q - Codificação alfanumérica das respostas às questões da entrevista exploratória.....	A - 19
Apêndice R - Guião de Entrevista Exploratória.....	A - 21
Apêndice S - Guião de Entrevista .....	A - 26
Apêndice T - Síntese das respostas às questões da entrevista.....	A - 31
Apêndice U - Codificação alfanumérica das respostas às questões da entrevista .....	A - 36
ANEXOS.....	i
Anexo A - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 2007.....	B - 1
Anexo B - Efetivo de 1803 e 1805 .....	B - 2
Anexo C - Organização definitiva da Guarda Real de Polícia .....	B - 3
Anexo D - Efetivo detalhado da Guarda Republicana .....	B - 4
Anexo E - Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1919.....	B - 5
Anexo F - Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1922 .....	B - 6
Anexo G - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1944.....	B - 7
Anexo H - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1983.....	B - 8
Anexo I - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1993 .....	B - 9
Anexo J - Posição da Guarda Nacional Republicana no Sistema Nacional de Forças .....	B - 10
Anexo K - Organograma tipo de Grupo Territorial.....	B - 11
Anexo L - Enquadramento administrativo do distrito de Braga .....	B - 12
Anexo M - Efetivo do Comando Territorial de Braga por Posto Territorial .....	B - 13
Anexo N - Variação do efetivo da GNR de 2000 a 2014 .....	B - 15
Anexo O - Atividade operacional do Comando Territorial de Braga.....	B - 16
Anexo P - Etapas do Procedimento .....	B - 17

## Índice de Figuras

Figura n.º 1 - Batalhão n.º 1 de Lisboa.....	A - 2
Figura n.º 2 - Batalhão n.º 2 de Lisboa.....	A - 3
Figura n.º 3 - Grupo de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana .....	A - 4
Figura n.º 4 - Batalhão n.º 3 de Évora.....	A - 5
Figura n.º 5 - Batalhão n.º 4 de Viseu .....	A - 6
Figura n.º 6 - Batalhão n.º 5 do Porto .....	A - 7
Figura n.º 7 - Batalhão n.º 6 de Braga.....	A - 8
Figura n.º 8 – Companhias da Madeira e Açores .....	A - 9
Figura n.º 9 – Organograma do Comando Territorial de Braga .....	A - 11
Figura n.º 10- Variação efetivo de 2008 a 2015 .....	A - 15
Figura n.º 11 - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 2007 .....	B - 1
Figura n.º 12 - Efetivo de 1803 e 1805 .....	B - 2
Figura n.º 13 - Organização definitiva da Guarda Real de Polícia .....	B - 3
Figura n.º 14- Efetivo detalhado da Guarda Republicana .....	B - 4
Figura n.º 15 - Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1919.....	B - 5
Figura n.º 16 - Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1922.....	B - 6
Figura n.º 17 - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1944 .....	B - 7
Figura n.º 18 - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1983 .....	B - 8
Figura n.º 19 - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1993 .....	B - 9
Figura n.º 20 - Posição da Guarda Nacional Republicana no Sistema Nacional de Forças .....	B - 10
Figura n.º 21 - Organograma tipo de Grupo Territorial .....	B - 11
Figura n.º 22 - Enquadramento administrativo do distrito de Braga .....	B - 12
Figura n.º 23 - Variação do efetivo da GNR de 2000 a 2014.....	B - 15
Figura n.º 24 - Etapas do Procedimento.....	B - 17

## Índice de Quadros

Quadro n.º 1 – Oficiais do Comando Territorial de Braga.....	31
Quadro n.º 2 – Oficiais dos Destacamentos Territoriais de Braga .....	32
Quadro n.º 3 - Síntese das hipóteses .....	A - 1
Quadro n.º 4 - Postos Territoriais por concelhos do Grupo Territorial de Braga.....	A - 10
Quadro n.º 5 – Síntese das respostas às questões da entrevista exploratória .....	A - 16
Quadro n.º 6 – Codificação alfanumérica das respostas às questões da entrevista exploratória.....	A - 19
Quadro n.º 7 – Síntese das respostas às questões da entrevista.....	A - 31
Quadro n.º 8 – Codificação alfanumérica das respostas às questões da entrevista.....	A - 36
Quadro n.º 9 - Efetivo do Comando Territorial de Braga por Posto Territorial.....	B - 13
Quadro n.º 10 - Atividade operacional do Comando Territorial de Braga .....	B - 16

## Índice de Tabelas

Tabela n.º 1 – Legenda da Tabela n.º 2 à 5 com o critério de aceitação dos segmentos .....	34
Tabela n.º 2 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 1 .....	34
Tabela n.º 3 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 2 .....	35
Tabela n.º 4 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 3 .....	36
Tabela n.º 5 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 4 .....	38
Tabela n.º 6 – Ordenação dos critérios pelas áreas em análise.....	39
Tabela n.º 7 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 1 .....	41
Tabela n.º 8 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 2 .....	42
Tabela n.º 9 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 3 .....	42
Tabela n.º 10 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 4 .....	43
Tabela n.º 11 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 5 .....	43
Tabela n.º 12 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 6 .....	44
Tabela n.º 13 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 7 .....	44
Tabela n.º 14 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 8 .....	45
Tabela n.º 15 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 9 .....	46

Tabela n.º 16 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das	
Respostas à Questão n.º 10 .....	46
Tabela n.º 17 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das	
Respostas à Questão n.º 11 .....	47
Tabela n.º 18 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das	
Respostas à Questão n.º 12 .....	47
Tabela n.º 19 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das	
Respostas à Questão n.º 13 .....	48
Tabela n.º 20 – Vantagens e vulnerabilidades do dispositivo territorial.....	51
Tabela n.º 21 – Densidade populacional por concelho .....	A - 13
Tabela n.º 22 – Área e população afeta à responsabilidade da Guarda	
Nacional Republicana por concelho.....	A - 14

## **Lista de Apêndices**

- Apêndice A - Síntese das hipóteses
- Apêndice B - Batalhão n.º 1 de Lisboa
- Apêndice C - Batalhão n.º 2 de Lisboa
- Apêndice D - Grupo de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana
- Apêndice E - Batalhão n.º 3 de Évora
- Apêndice F - Batalhão n.º 4 de Viseu
- Apêndice G - Batalhão n.º 5 do Porto
- Apêndice H - Batalhão n.º 6 de Braga
- Apêndice I - Companhias da Madeira e Açores
- Apêndice J - Postos Territoriais por concelhos do Grupo Territorial de Braga
- Apêndice K - Organograma do Comando Territorial de Braga
- Apêndice L - Postos Territoriais por concelhos do Comando Territorial de Braga
- Apêndice M - Densidade populacional por concelho
- Apêndice N - Área e população afeta à responsabilidade da Guarda Nacional Republicana por concelho
- Apêndice O - Variação efetivo de 2008 a 2015
- Apêndice P - Síntese das respostas às questões da entrevista exploratória
- Apêndice Q - Codificação alfanumérica das respostas às questões da entrevista exploratória
- Apêndice R - Guião de Entrevista Exploratória
- Apêndice S - Guião de Entrevista
- Apêndice T - Síntese das respostas às questões da entrevista
- Apêndice U - Codificação alfanumérica das respostas às questões da entrevista

## **Lista de Anexos**

- Anexo A - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 2007
- Anexo B - Efetivo de 1803 e 1805
- Anexo C - Organização definitiva da Guarda Real de Polícia
- Anexo D - Efetivo detalhado da Guarda Republicana
- Anexo E - Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1919
- Anexo F - Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1922
- Anexo G - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1944
- Anexo H - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1983
- Anexo I - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1993
- Anexo J - Posição da Guarda Nacional Republicana no Sistema Nacional de Forças
- Anexo K - Organograma tipo de Grupo Territorial
- Anexo L - Enquadramento administrativo do distrito de Braga
- Anexo M - Efetivo do Comando Territorial de Braga por Posto Territorial
- Anexo N - Variação do efetivo da GNR de 2000 a 2014
- Anexo O - Atividade operacional do Comando Territorial de Braga
- Anexo P - Etapas do Procedimento



## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

### **A**

AM – Academia Militar

APA – American Psychological Association

### **B**

BF – Brigada Fiscal

BT –Brigada de Trânsito

### **C**

CFO – Curso de Formação para Oficiais

CG – Comando Geral

CO – Comando Operacional

CTER – Comando Territorial

### **D**

DI – Destacamento de Intervenção

DT – Destacamento de Trânsito

DTER – Destacamentos Territoriais

### **G**

GC – Guarda Civil

GF – Guarda Fiscal

GM – Guarda Municipal

GNR – Guarda Nacional Republicana

GR – Guarda Republicana

GRP – Guarda Real de Polícia

GTER – Grupos Territoriais

## **H**

H – Hipótese

## **I**

INE – Instituto Nacional de Estatística

## **L**

LOGNR – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana

## **M**

MAI – Ministério da Administração Interna

## **N**

NEP – Noma de Execução Permanente

NIC – Núcleo de Investigação Criminal

## **O**

OE – Objetivo Específico

OG – Objetivo Geral

OSCD – Órgãos Superiores de Comando e Direção

## **P**

PTER – Posto Territorial

## **Q**

QD – Questão Derivada

QP – Questão de Partida

## **R**

RAMMGNR – Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RCFTIA – Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

RGSGNR – Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana

RH – Recursos Humanos

## **S**

SEPNA – Secção de Protecção da Natureza e Ambiente

SIIC – Secção de Informações e Investigação Criminal

SJRH – Secção de Justiça e Recursos Humanos

SOTRP – Secção de Operações, Treino e Relações Públicas

SRLF – Secção de Recursos Logísticos e Financeiros

## **T**

TIA – Trabalho de Investigação Aplicada

TPO – Tirocínio para Oficiais

## **Z**

ZA – Zona de Ação

# **Capítulo 1**

## **Introdução**

### **1.1 Introdução**

O Curso de Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) é um processo de formação, geral e específico, que ao longo de cinco anos faculta aos seus formandos uma panóplia de conhecimentos e competências capazes de os preparar para as adversidades e exigências que a carreira de Oficial encerra. Este último ano do Curso de Formação para Oficiais (CFO), designado de Tirocínio para Oficiais (TPO), finda com a realização de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que tem como objetivo habilitar com competências de investigação o Aspirante a Oficial, conferindo-lhe o grau de mestre em Ciências Militares na Especialidade de Segurança (Norma de Execução Permanente n.º 520/2ª/DE de 01JUN13 da AM).

Assim, surge a presente investigação subordinada ao tema “As vantagens e vulnerabilidades do dispositivo da Guarda Nacional Republicana. Estudo de caso do Comando Territorial de Braga”.

Através da introdução apresentamos a problemática em causa demonstrando a pertinência, enquadramento e justificação da mesma. Esta tem como seu prelúdio a Questão de Partida (QP) que fraciona-se nas suas Questões Derivadas (QD). Destas duas variáveis, fulcrais para o encetamento da investigação, irrompem o Objetivo Geral (OG) e os Objetivos Específicos (OE). As Hipóteses de investigação, corolário da reflexão sobre a temática, surgem como resposta à Questão de Partida. Por último é referida a metodologia e é apresentada uma súmula do que a investigação encerra.

### **1.2 Enquadramento da investigação**

Ao abordarmos a temática em questão é necessário compreender que o dispositivo da GNR, tal como o conhecemos nos dias de hoje, nem sempre teve esta disposição. Foram

inúmeras as alterações que o tempo foi materializando nesta centenária instituição para alcançar o patamar atual de abrangência e importância na sociedade portuguesa.

É importante perceber que a GNR não surgiu de forma espontânea na sociedade sendo a mesma fiel depositária de forças de segurança com igual relevância mas de menor abrangência nacional. Desde a Guarda Real de Polícia (GRP), criada em 1801, passando posteriormente pela Guarda Municipal (GM), fundada em 1834, herdeira das funções da GRP mas mais ampliadas, à Guarda Republicana (GR), criada em 1910, que surge após a instituição da República, todas elas desempenharam um papel de relevo até ao aparecimento da instituição GNR, a 3 de maio de 1911. Ainda assim, foram inúmeras as alterações que a GNR sofreu ao longo da sua história de 104 anos para que chegasse à atual organização<sup>1</sup>, composta por 23.701 elementos.

Hoje o Comando Territorial de Braga (CTER) conta com um efetivo de 960 militares, dos quais 20 são da categoria de Oficiais, 83 da categoria de Sargentos e 857 da categoria de Guardas, distribuídos pelo seu CTER, pelos seus quatro Destacamentos Territoriais (DTER), pelo Destacamento de Trânsito (DT) e pelo Destacamento de Intervenção (DI). A GNR encontra-se presente em todos os concelhos do distrito de Braga tendo à sua responsabilidade cerca de 96,9% da área do distrito. No que concerne à população residente no distrito, o CTER de Braga tem à sua responsabilidade cerca de 90% dos habitantes<sup>2</sup>.

No período vivido nos dias de hoje é notória a necessidade de potenciar o melhor possível os recursos disponíveis em cada unidade. Assim, em virtude desta realidade, dirigimos a análise ao CTER de Braga por forma a salientar o que de vantajoso podemos encontrar no mesmo, e o que de vulnerável este encerra, no que concerne aos seus Recursos Humanos (RH), serviço operacional e organização do dispositivo. Esta delimitação do objeto de estudo segue a linha de pensamento de Quivy e Campenhoudt (2005, p. 157) quando menciona ser necessário “circunscrever o campo de análises empíricas no espaço, geográfico e social, e no tempo”.

Procuramos encontrar as respostas para a nossa problemática junto dos Comandantes que atualmente desempenham funções no CTER de Braga fruto da sua vasta experiência e conhecimento da Zona de Ação (ZA) em análise.

---

<sup>1</sup> Cfr. Anexo A – Organograma da Guarda Nacional Republicana de 2007.

<sup>2</sup> Cfr. Apêndice N – Área e população afeta à responsabilidade da Guarda Nacional Republicana por concelho.

### 1.3 Justificação do tema

A presente investigação surge associada à problemática do dispositivo territorial da GNR. São com as subunidades deste dispositivo que os cidadãos têm mais contacto direto no seu dia-a-dia, fazendo das mesmas o elo de ligação desta instituição com a sociedade. Este facto merece sempre ser visto com especial atenção uma vez que tratam diretamente com o cidadão.

Tendo por base os dados presentes no Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2014, é notório que a criminalidade participada, no ano a que se refere o mesmo, teve um decréscimo de 3.756 participações, ou seja, uma variação negativa de 15,8%, em comparação com o ano de 2013, no distrito de Braga (MAI, 2014, p. 24). Este facto contribuiu para que fosse o distrito a nível nacional, com a maior descida de criminalidade participada. Se analisarmos somente os resultados obtidos pela GNR, verificamos neste mesmo indicador, que a descida da criminalidade na ZA do CTER, foi na ordem dos 22,9%, registando uma descida na participação de crimes de 3.599<sup>3</sup>, fazendo assim do CTER Braga o CTER com a descida de criminalidade mais acentuada no ano transato.

Fruto deste fenómeno positivo para o distrito de Braga, bem como para uma das principais forças de segurança presentes neste distrito, a GNR, é de todo pertinente compreender o que terá contribuído para o alcance destes resultados. Importa ainda identificar as mais-valias deste CTER, tal como o que carece de ser melhorado para que no futuro, os bons resultados, possam ser replicados e, se possível, melhorados.

Por último, há a referir que o distrito de Braga é o 4.º distrito mais populoso do país com 848.185 habitantes, muito próximo do 3.º classificado, Setúbal, com 851.258 (INE, 2015). O peso deste distrito no país é notório, tornando-o numa ZA que requer uma elevada atenção por parte da GNR.

### 1.4 Objeto e objetivos

É um facto que o dispositivo territorial da GNR não tem sofrido alterações drásticas na sua malha territorial (Brito, 2010) todavia, vamos ter oportunidade de nos debruçar sobre a evolução de todo o dispositivo da GNR, bem como das recentes alterações que o

---

<sup>3</sup> Dados facultados pelo Comando Territorial de Braga.

dispositivo territorial do CTER sofreu depois da publicação da atual Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR)<sup>4</sup>.

O CTER de Braga poderia ser analisado de diferentes prismas, contudo a nossa investigação centrou-se a identificar as vantagens e as vulnerabilidades, na ótica dos Comandantes de DTER e seus Adjuntos, no que concerne ao presente dispositivo territorial do CTER.

O estudo incide na vertente territorial, uma vez que o DT e o DI de Braga, não são objeto da presente investigação fruto da delimitação do mesmo, por forma a garantir uma exequível análise. Assim, o objeto de análise da investigação é do dispositivo territorial do CTER de Braga.

O OG do presente trabalho é o de identificar quais as vantagens e vulnerabilidades inerentes ao atual dispositivo territorial do CTER de Braga.

Os OE convergem para a realização do OG de uma investigação. Estes têm de ser fiéis ao OG do trabalho, contribuindo para a obtenção de respostas para o mesmo. Assim, os OE da presente investigação prendem-se com identificar quais as vantagens e vulnerabilidades nos seguintes prismas: (OE 1) da organização da disposição territorial; (OE 2) dos RH afetos ao serviço dos DTER; e (OE 3) do serviço operacional prestado.

No final do presente trabalho de investigação pretendemos contribuir com um conjunto de fatores que, no entender dos nossos entrevistados, são potenciadores da capacidade do CTER, bem como os que carecem de um melhoramento.

## 1.5 Questão de partida

A QP define-se como “um enunciado claro e não equívoco que precisa os conceitos-chave, especifica a população alvo e sugere uma investigação empírica” (Fortin, 1999, p. 51). Quivy e Campenhoudt (2005) mencionam ainda, de forma resumida, que esta deve conter certas exigências de clareza, exequibilidade e pertinência. Foi com base neste saber que a seguinte questão surgiu: **“Quais as vantagens e vulnerabilidades do dispositivo territorial do Comando Territorial de Braga?”**

---

<sup>4</sup>Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

## 1.6 Questões derivadas e suas hipóteses

As QD têm em vista apoiar o alcance da solução da problemática em questão, ou seja, “precede o domínio no enunciado da questão e precisa a direção que será dada à investigação” (Fortin, 1999, 51). Assim despontaram as QD que a seguir se expõem:

**QD 1:** Quais as principais vantagens e vulnerabilidades da organização do atual dispositivo territorial do Comando Territorial de Braga?

**QD 2:** Quais as principais vantagens e vulnerabilidades associadas aos Recursos Humanos disponíveis no Comando Territorial de Braga?

**QD 3:** Quais as principais vantagens e vulnerabilidades associadas ao serviço operacional desenvolvido pelo Comando Territorial de Braga?

Tal como Sarmento (2013, p. 13) menciona, a “hipótese de investigação é a resposta temporária e provisória, é uma suposição que o investigador propõe perante uma interrogação formulada a partir de um problema de investigação”. Assim, sabendo que as QD têm por base o problema central da investigação, surgem as seguintes hipóteses<sup>5</sup>:

**H 1:** Existem Postos Territoriais do Comando Territorial de Braga que deveriam ser reajustados.

**H 2:** A qualidade e quantidade dos Recursos Humanos a desempenhar as funções de comando do dispositivo territorial é boa.

**H 3:** Existe pouco efetivo para o desempenho do serviço operacional.

**H 4:** A inexistência de um sistema de avaliação da categoria de Guardas é uma vulnerabilidade.

**H 5:** Os Núcleos de Investigação Criminal do Comando Territorial de Braga atingem bons resultados.

**H 6:** Os Núcleos de Investigação Criminal do Comando Territorial de Braga têm um bom acompanhamento por parte da cadeia de comando.

**H 7:** A existência de demasiada carga burocrática associada ao serviço diário é prejudicial.

**H 8:** O novo sistema de folgas causa constrangimentos ao serviço operacional.

---

<sup>5</sup> Vide Apêndice A – Síntese das hipóteses.



## **1.7 Síntese da metodologia**

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) foi redigido segundo o método científico que caracteriza as investigações na área das ciências sociais, bem como de acordo com as diretrizes previstas na Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 520/2ª/01JUN13/AM. De salientar que nos casos omissos na referida NEP, foram seguidas as normas da American Psychological Association (APA).

A investigação iniciou-se com a elaboração de uma pesquisa documental com base em fontes primárias e secundárias com vista ao enquadramento da mesma. Posteriormente, partimos para a elaboração e aplicação das entrevistas exploratórias ao Comandante do CTER de Braga, 2.º Comandante e a todos os Chefes de Secção do CTER, com o objetivo de clarificar e direcionar o estudo, bem como, contribuir decisivamente para a definição dos critérios em análise nas entrevistas.

O trabalho de campo passou pela aplicação de entrevistas aos Comandantes de DTER e seus Adjuntos, com vista à confrontação dos dados obtidos nas entrevistas exploratórias. Só com estes dados foi possível proceder à confirmação ou infirmação das hipóteses levantadas por forma a cumprir os objetivos propostos.

## **1.8 Estrutura**

Findo o capítulo de introdução, iniciamos o Capítulo 2, onde se descrevem as origens da GNR, com passagens pela GRP, criada em 1801, pela GM, que surge no ano de 1834, e pela GR, datada de 1910. Neste capítulo está presente a evolução do atual dispositivo territorial da GNR, com início a 3 de maio de 1911, bem como a caracterização do CTER de Braga.

Ainda ao que à revisão da literatura diz respeito, integramos o Capítulo 3, onde é dada ênfase à definição dos conceitos de serviço operacional e de RH, importante para a compreensão e aceção da investigação.

No que concerne ao Capítulo 4, salientamos a abordagem à metodologia utilizada ao longo do trabalho de investigação, revelando a metodologia da investigação, os instrumentos e técnicas utilizadas e a caracterização da amostra.

No Capítulo 5 estão expressas a apresentação dos resultados obtidos no trabalho de campo e a sua posterior análise e discussão, nomeadamente, as entrevistas exploratórias e as entrevistas.

O Capítulo 6, capítulo que encerra a presente investigação, salienta a confrontação das hipóteses levantadas com a informação obtida no trabalho de campo bem como uma reflexão final com vista à resposta da QP.

## **Capítulo 2**

### **Dispositivo territorial da Guarda Nacional Republicana**

#### **2.1. Antecedentes da Guarda Nacional Republicana**

##### **2.1.1. A Guarda Real de Polícia**

Após a saída de Marquês de Pombal da função de Intendente da Polícia da Corte e do Reino, ainda no decorrer do reinado de D. José I "O Reformador"<sup>6</sup>, uma onda de crimes invadiu o país devido à crise no setor laboral, vivendo-se uma época conturbada onde até os próprios soldados, esquecidos da severa disciplina imposta pelo Conde de Lippe, “tomavam parte dos roubos e formavam quadrilhas que infestavam a cidade (Lisboa)” (Branco, 2010, p. 175). De acordo com Pinheiro Chagas, os roubos e os assassinios eram tão frequentes ao ponto de “ninguém sair à noite a pé ou a cavalo, senão bem armado ou acompanhado de uma escolta de criados munidos de pistolas e bacamartes” (citado por GNR, 1949, p. 16).

A fraca organização do Corpo de Quadrilheiros, força anterior à GRP, e a inércia do novo Intendente da Polícia da Corte e do Reino, o Desembargador Dr. António Gonçalves de Miranda, trouxe a necessidade da criação de uma nova estrutura (Branco, 2010). Assim, por força do Decreto de 18 de janeiro de 1780, Diogo Inácio de Pina Manique, “inicia diligências com a finalidade de criar em Lisboa um Corpo de Polícia, que pudesse proteger os seus habitantes, à imitação dos Guet<sup>7</sup> e da Maréchaussée<sup>8</sup> da França” (Branco, 2010, p. 175).

Apenas 21 anos depois, em 1801, por força do Decreto de 10 de dezembro, assinado no Palácio de Queluz, Pina Manique consegue instituir um corpo militar formado por aproximadamente 600 homens a pé e cavalo designado por GRP (Branco, 2010). Em

---

<sup>6</sup> Vide página oficial da Casa Real Portuguesa. D. José I "O Reformador" (Nascido a 6 Junho 1714 – Faleceu a 24 Fevereiro 1777).

<sup>7</sup> Guet de Paris – Corpo de polícia do antigo regime francês que deu origem à Garde de Paris.

<sup>8</sup> Maréchaussée – Força antecessora da Gendarmerie.

virtude das múltiplas tarefas, a GRP foi sofrendo sucessivos aumentos no seu efetivo e meios com vista a “continuar a manter o sossego público da Capital” (GNR, 1949), nomeadamente em 1802, 1805<sup>9</sup> e 1810<sup>10</sup>, chegando a um efetivo de 1.326 homens e 269 solípedes (Branco, 2010).

O propósito aquando da criação deste corpo era torná-lo numa força a nível nacional, como podemos verificar no excerto do Plano de Criação da GRP, sendo que era intenção de sua Majestade que “O Corpo da G. R. P. fosse uma Força Nacional” (GNR, 1949, p. 34), facto que nunca viria a acontecer.

Em abril de 1824, após Decreto de 17 de fevereiro, com o parecer do Infante D. Miguel, à data Comandante em Chefe do Exército, era constituída a GRP do Porto (GNR, 1949). O efetivo à disposição era menor comparativamente à GRP de Lisboa, ficando ao seu encargo um efetivo de 289 oficiais e praças e 65 cavalos (GNR, 1949).

Era de esperar que pela sua organização, efetivo e dispositivo, a GRP perdurasse no tempo como uma instituição capaz de responder aos maiores anseios de segurança do seu povo (GNR, 1824). Porém, após uma dura campanha disputada, de 1828 a 1834, em território nacional pela sucessão real, entre liberais e absolutistas, onde “as duas Guardas Reais da Polícia (...) têm páginas muito honrosas” (GNR, 1949, p. 44), servindo “com inteira fidelidade os poderes constituídos, até à convenção de Évora Monte” (GNR, 1949, p. 43), a GRP é dissolvida. Esta decisão surge após vitória das forças liberais de D. Pedro e em virtude da fidelidade desta força ao anterior poder, exercido por D. Miguel.

### **2.1.2. A Guarda Municipal**

Um período de agitação social foi vivido em todo o país após a vitória das forças liberais de D. Pedro. Não eram só as mazelas, que agora se faziam sentir após uma guerra civil, que causavam instabilidade social, eram também as “vinganças políticas contra os vencidos de ontem, o crime político e comum” (Branco, 2010, p. 178) que aumentavam consideravelmente fruto da extinção da GRP, “magnífica instituição militar para garantia da segurança e tranquilidade públicas” (Botelho citado por Rodrigues, 2014, p. 17).

D. Pedro, alarmado com o clima de insegurança vivido, precipita-se na criação de uma nova força, a GM de Lisboa. Note-se que a celeridade foi tanta que, entre a queda do

<sup>9</sup> Cfr. Anexo B – Efetivo de 1803 e 1805.

<sup>10</sup> Cfr. Anexo C – Organização definitiva da Guarda Real de Polícia.

seu irmão, D. Miguel, e a criação desta nova Guarda, distou um tempo inferior a um mês<sup>11</sup>, transpondo esse sentimento de urgência para o decreto que a cria<sup>12</sup> (Branco, 2010).

Sensivelmente um ano depois, surge a GM do Porto, por Decreto de 24 de agosto de 1835, tendo como missão “manter o sossego público e afiançar a segurança da cidade, dando proteção aos seus habitantes” (Rodrigues, 2014, p. 19).

Apesar do momento conturbado, a GM herdou as funções da GRP mas ampliadas, sendo que para tal a GM de Lisboa dispunha inicialmente de um estado-maior, seis companhias a pé e três a cavalo, constituídas por um total de 15 Oficiais, 24 Sargentos, 36 Cabos, 492 Soldados e 132 cavalos, e a GM do Porto dispunha de apenas uma companhia de infantaria, aumentada para quatro companhias em 1837 (Branco, 2010). Contudo, apenas em 1868, as GM passaram a ter um comando único designado por Comando Geral (CG) das GM, sediado no Quartel do Carmo, em Lisboa (Rodrigues, 2014), que curiosamente, ou não, é onde se encontra atualmente o CG da GNR.

Tal como a GRP, sua antecessora, o vínculo militar encontrava-se bem patente nesta força, sendo prova disso o facto de os Oficiais serem todos oriundos do Exército, onde eram exigidos os mais “peritos da disciplina e administração” (Branco, 2010, p. 179), pois só poderia ingressar nesta força como Soldado todo aquele que já tivesse cumprido serviço no Exército.

É de salientar o facto de em 1890, por força do Regulamento de 18 de abril, esta força ter sofrido uma reorganização, passando a ter à sua disposição 80 Oficiais, 2180 Praças e 415 cavalos (Branco, 2010).

Apenas a chegada da República fez com que esta força se dissolvesse, terminando com 76 anos de existência de uma Guarda mais direccionada para a “defesa do regime monárquico e das suas instituições, bem como obtido o reforço da sua organização militar e de ordem pública” (Andrade, 2011, citado por Rodrigues, 2014, p. 19). Finda assim, no que respeita às antecessoras da GNR, a força que durou um maior período de tempo.

### 2.1.3. A Guarda Republicana

A revolução republicana iniciou-se no dia 4 de outubro de 1910 em Lisboa e apesar de ter havido alguma resistência, a nação viu no dia seguinte, a 5 de outubro de 1910, ser proclamada a República em Portugal (Rodrigues, 2014).

<sup>11</sup> O decreto que deu criação à Guarda Municipal data de 3 de julho de 1834.

<sup>12</sup> Decreto de 3 de julho de 1834.

A força de segurança ao serviço da anterior Monarquia chegou pois ao seu fim, sendo a “presidência do Governo Provisório da recém-implantada República Portuguesa” (Póvoa, 2013, p. 29) a decretar, com força de lei<sup>13</sup>, a extinção das GM de Lisboa e do Porto, e simultaneamente a criar a GR (Branco, 2010). Esta extinção da GM advém das mesmas, serem consideradas como “um sustentáculo leal à monarquia, um sustentáculo armado” (Póvoa, 2013, p. 34).

Como podemos constatar nos decretos de criação e como Branco (2010, p. 180) defende “na realidade não houve qualquer alteração fundamental (...) a nova Guarda assentou sobre o esqueleto da anterior”, sendo que os efetivos mantiveram-se praticamente os mesmos com a GR de Lisboa a ficar com 1.348 militares e 287 cavalos e a GR do Porto com 791 militares e 98 cavalos, num total de 2.141 militares e 388 cavalos<sup>14</sup>. No fundo, apenas o nome da instituição mudou.

Esta Guarda possuía uma particularidade, tal como podemos constatar no Diário do Governo n.º 7, de 13 de outubro de 1910: era de caráter efêmero. Apenas iria perdurar até que a comissão, composta pelo General de Brigada do quadro de reserva, Ernesto da Encarnação Ribeiro e pelos cidadãos Manuel Maria Coelho e Manuel de Brito Camacho, concluísse os estudos de uma organização de um corpo de segurança pública para todo país, que se iria denominar GNR<sup>15</sup>.

Como podemos apurar, esta foi uma Guarda de caráter meramente transitório mas de grande valor no que concerne à afirmação da República enquanto novo regime. Durou apenas um período de tempo de aproximadamente 10 meses, surgindo o seu *terminus* a 3 de maio de 1911, pelo diploma que deu origem à GNR, mais concretamente no seu artigo 78.º.

## 2.2. A Guarda Nacional Republicana

Como ficou explícito ao longo desta abordagem das antecessoras da GNR, o aparecimento ou alteração de designação para uma nova força de segurança, veio invariavelmente a reboque de acontecimentos históricos ligados a grandes alterações de caráter social. Como é facto histórico, o que despoletou esta nova Guarda foi a proclamação da República em Portugal.

---

<sup>13</sup> Vide Decreto de 12 de outubro de 1910.

<sup>14</sup> Cfr Anexo D - Efetivo detalhado da Guarda Republicana.

<sup>15</sup> Cfr. Artigos 3.º e 4.º do Diário do Governo n.º 7, de 13 de outubro de 1910.

De acordo com Rodrigues (2014, p.14), “desde a monarquia sentiu-se a necessidade de ter um corpo policial com características militares para a segurança do território”. Também Póvoa (2013, p. 30) defende que “a ideia de criação de semelhante corpo policial não era de facto nova (...) os contemporâneos conheciam e haviam estudado a formação e organização de semelhantes instituições em diversos países europeus”; relembre-se que essa intenção já se encontrava presente no Plano de Criação da GRP, quase dois séculos antes.

Mas não só de intenções foi construído o passado, sendo que existiram dois projetos que nunca se chegaram a materializar mas versavam numa força de âmbito nacional. O primeiro surgiu a 1821 “quando José Coelho de Moura ofereceu ao Soberano Congresso do Reino um projeto para a formação de um Corpo de Cavalaria que contaria com um efetivo total de 2.762 homens” (Póvoa, 2013, p. 31 e Moura, 1821). Para além das guarnições normais pertencentes a Lisboa e Porto, esta força estaria dispersa um pouco por todo o país materializada por 50 postos com um efetivo de 30 homens por posto.

Sensivelmente 40 anos depois, mais concretamente a 1867, também foi apresentada uma proposta de lei que versava sobre a criação de um corpo nacional de polícia que se designaria por Guarda Civil (GC). Esta proposta defendia a absorção das GM de Lisboa e do Porto por parte da GC ficando ao serviço de autoridades civis, com vista a Portugal acompanhar as remodelações militares que se iam realizando noutros países (Póvoa, 2013). Diego Palacios Cerezales (2005, citado por Póvoa, 2013, p. 33) afirma mesmo que a “implantação de um tal corpo de polícia modificava a paisagem rural portuguesa da mesma forma que outras gendarmerias o tinham feito noutros países”.

Porém apenas com a implantação da República conseguiu-se “realizar em apenas numa semana o que diversos governos monárquicos foram sucessivamente adiando: decidir a criação do primeiro corpo de polícia português que abrangesse todo o território nacional” (Póvoa, 2013, p. 29). Rodrigues (2014) defende também que este acontecimento marcou a génese da GNR.

No preâmbulo do decreto<sup>16</sup> que deu origem à GNR, é possível constatar as razões pelas quais surgiu este “corpo especial de tropa”. Existia a premência em salvaguardar o livre-trânsito das estradas e caminhos, de garantir a proteção das propriedades contra os frequentes assaltos de vagabundos e malfeitores, bem como os corpos de polícia rural criados pelos municípios não passavam de uma tentativa falhada, contribuindo para tal

---

<sup>16</sup> Diário do Governo nº 103 de 4 de maio de 1911, diploma assinado em 3 de maio de 1911, e que aprovou a orgânica da Guarda Nacional Republicana.

facto a insuficiente formação, organização e recursos. Também no preâmbulo podemos constatar que após um “cuidadoso estudo da questão”, apesar da criação desta polícia levar a um aumento de despesa, compensava o facto de extinguir-se os corpos de polícias distritais, assim como dispensar o exército dos “serviços de polícia”.

O projeto republicano inicial era ideologicamente simples, residindo na unificação das polícias num único corpo que abrangesse todo o território nacional. A GNR absorveria todos os corpos de Polícia Civil existentes nas capitais de distrito, como é notório no seu artigo 81.º do seu diploma de criação<sup>17</sup>. Porém, essa ideia foi abandonada em 1913, aceitando-se assim um modelo dualista que perdura quase de uma forma inalterada até aos dias de hoje (Póvoa, 2013).

### 2.2.1. Evolução do dispositivo da Guarda Nacional Republicana

Aquando do seu aparecimento esta força era composta pelo CG e pelas tropas da guarda<sup>18</sup>. O CG era constituído por uma só repartição que se dividiria em três secções e um arquivo<sup>19</sup>.

Relativamente às tropas da Guarda, sua composição e distribuição, constavam nas tabelas I a X do anexo do Diploma que deu origem à GNR. Era desta designação que partiam todas as restantes unidades que iriam constituir o primeiro dispositivo territorial que abrangia todo o território nacional. Assim sendo, as tropas da Guarda eram constituídas por seis Batalhões de Infantaria, compostos por: Batalhão n.º 1<sup>20</sup> e n.º 2<sup>21</sup> de Lisboa, Batalhão n.º 3 de Évora<sup>22</sup>, Batalhão n.º 4 de Viseu<sup>23</sup>, Batalhão n.º 5 do Porto<sup>24</sup> e Batalhão n.º 6 de Braga<sup>25</sup> bem como, um Grupo de Cavalaria da GNR<sup>26</sup> e duas Companhias de Infantaria<sup>27</sup> presentes em território insular.

<sup>17</sup> Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911, diploma assinado em 3 de maio de 1911, aprovou a orgânica da Guarda Nacional Republicana.

<sup>18</sup> Cfr. Artigo 5.º, do Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.

<sup>19</sup> Cfr. Artigo 6.º e seguintes, do Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.

<sup>20</sup> Vide Apêndice B – Batalhão n.º 1 de Lisboa.

<sup>21</sup> Vide Apêndice C – Batalhão n.º 2 de Lisboa.

<sup>22</sup> Vide Apêndice E – Batalhão n.º 3 de Évora.

<sup>23</sup> Vide Apêndice F – Batalhão n.º 4 de Viseu.

<sup>24</sup> Vide Apêndice G – Batalhão n.º 5 do Porto.

<sup>25</sup> Vide Apêndice H – Batalhão n.º 6 de Braga.

<sup>26</sup> Vide Apêndice D – Grupo de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana.

<sup>27</sup> Vide Apêndice I – Companhias da Madeira e Açores.



Embora haja publicações<sup>28</sup> que apontam para valores diferentes do estipulado na tabela I anexa ao Decreto de 4 de maio de 1911, o efetivo total àquela data considera-se de 4991 homens e 744 cavalos, visto serem valores que surgem de um documento de irrefutável importância.

No dia 1 de julho de 1913, por força da Lei n.º 1, foi confirmada a definitiva organização da GNR. Os efetivos humanos totais aumentaram de 4.991 para 5.852 e o número de cavalos aumentou de 744 para 1.237. De forma geral, quase todas as companhias viram os seus efetivos aumentados, exceção feita para as companhias do Porto e Setúbal que viram o seu efetivo de Infantaria reduzido (Póvoa, 2013).

O Decreto n.º 4179, de 20 de abril de 1918, previa, no seu artigo 10.º, a criação da 8.ª companhia de infantaria na capital, composta por 212 militares, porém esta 8.ª companhia não chegaria a ser organizada (Póvoa, 2013).

Apesar da 1.ª República (1910-26) consistir na “primeira tentativa persistente de estabelecer e manter uma democracia parlamentar” (Wheeler, 1978, p. 865) a verdade é que esse regime político foi constantemente abalado e posto à prova pela frequente violência e instabilidade política (Wheeler, 1978). Viviam-se tempos pródigos em convulsões sociais e crimes públicos e políticos, sendo frequentes as revoltas contra o poder instituído da 1.ª República e permanente a discórdia entre republicanos (Póvoa, 2013).

Foi neste clima que se desenrolou aquela que foi provavelmente a maior alteração a nível do efetivo e organização da GNR. Esta transformação organizacional surgiu com vista a fazer frente ao inconformismo e à instabilidade propícia da época em questão (Póvoa, 2013).

Por força do Decreto n.º 5568 de 10 de maio de 1919, “o governo tomou a decisão de reorganizar a força, aumentar os seus efetivos e melhorar a sua celeridade e capacidade de intervenção” (Póvoa, 2013, p. 68). Segundo Póvoa, este aumento exponencial de capacidade deveu-se essencialmente à fidelidade demonstrada, tornando-a “numa verdadeira guarda pretoriana do regime” (Póvoa, 2013, p. 68).

Assim, com base no Decreto n.º 5787-4S, de 10 de maio de 1919, os efetivos da GNR são aumentados para 18.956 militares<sup>29</sup>, passando a constituir-se da seguinte forma: CG, uma companhia de telegrafistas de campanha, um grupo de baterias de artilharia de

<sup>28</sup> A propósito ver Póvoa, 2013, p. 53.

<sup>29</sup> Cfr. Anexo E – Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1919.

campanha<sup>30</sup>, cinco esquadrões de cavalaria, um batalhão de metralhadoras pesadas, quatro companhias mistas de infantaria e cavalaria<sup>31</sup> e, por último, 12 batalhões de infantaria, com seis batalhões sediados em Lisboa, dois no Porto, um em Portalegre, com companhias em Leiria, Castelo Branco e Santarém, um em Faro, com companhias em Beja, Évora e Setúbal, um em Viseu, com companhias em Aveiro, Coimbra e Guarda, e um em Braga, com companhias em Viana do Castelo, Vila Real e Bragança. A GNR passou assim a ser uma força “musculada da República, treinada e equipada não só para a segurança e ordem pública como também para participar em ações bélicas e de intimidação dos restantes corpos armados do país” (Póvoa, 2013, p. 69).

Com esta nova organização a GNR desfrutou de um aumento de 323,9% do seu efetivo em comparação com o previsto em 1913 (Póvoa, 2013). Este reforço ímpar no que concerne aos RH contribuiu para um aumento significativo nos diferentes distritos do país, mas também, à medida que a reorganização se ia materializando no terreno através do aparecimento das diversas companhias, secções, postos e subpostos, a GNR começava a vincar uma das suas grandes características, uma força de segurança de quadrícula com uma presença inigualável (Brito, 2010).

A GNR tinha-se tornado numa força com poder quer a nível de meios, quer ao nível de RH, transformando-se numa força política de respeito apenas equiparada à Marinha, porém, as elites republicanas não viam este facto de bom grado, ao ponto de sentirem que algo tinham de fazer para diminuir as capacidades da mesma (Póvoa, 2013). A solução passou por “reduzir amplamente os seus efetivos e as suas potencialidades para que deixasse de representar qualquer perigo no futuro” (Póvoa, 2013, p. 80).

Foi então que em 1922<sup>32</sup>, o Governo recebe autorização para reestruturar a GNR, mas desta feita com o intuito à sua diminuição. Assim, várias medidas foram tomadas, tais como: a extinção da artilharia, a extinção da companhia mista de telegrafistas, os batalhões passaram apenas a possuir uma secção de metralhadoras pesadas, a extinção das companhias mistas das ilhas adjacentes e por último a intenção do Governo em diminuir consideravelmente o efetivo em Lisboa. Facto curioso foi o de apesar do efetivo em toda a Guarda ter diminuído, em especial em Lisboa, no resto do país aumentou em cerca de 1.000 militares distribuídos pelo território continental (Póvoa, 2013). Portanto, no que aos

<sup>30</sup> Em junho desse mesmo ano passaria a dispor também de uma bateria de obuses (Branco, 2010, p. 185).

<sup>31</sup> Sediadas em território insular.

<sup>32</sup> Por força da Lei n.º 1242, de 6 de março de 1922.

RH dizem respeito, a força passou a ser constituída por apenas 12.205 homens, sendo o seu efetivo reduzido em 6.751 homens, ou seja, uma redução de 35,6% a nível nacional<sup>33</sup>.

Nos anos posteriores aos da grande redução de 1922, a GNR continuou a ser restringida gradualmente no seu efetivo, quase sempre sobre o mote de uma urgente necessidade na diminuição de despesas públicas do Estado sem que para tal prejudicasse o regular funcionamento dos serviços públicos (Póvoa, 2013). Em 1924<sup>34</sup>, o 4.º esquadrão da GNR é dissolvido e dois meses depois<sup>35</sup> é promulgada a decisão da redução de 759 militares ao efetivo total da GNR. Em 1926<sup>36</sup>, uma nova redução surge desta feita num total de 1.000 militares. No final deste ano, a GNR contava com apenas 9.774 militares (Póvoa, 2013).

O Decreto n.º 15825, de 8 de agosto de 1928, veio trazer uma novidade no que concerne à coordenação e quadros orgânicos da Guarda<sup>37</sup>. As alterações previstas levavam a GNR a contar com um efetivo de 5.535 militares. Com esta nova redução de efetivos atingia valores muito semelhantes aos de 1913, cerca de 15 anos antes.

Em 1944<sup>38</sup>, cerca de 16 anos depois, podemos constatar a intenção de modernização desta Guarda, com vista ao melhoramento do serviço por forma a corresponder às necessidades do momento. O reforço de efetivo previsto foi surgindo de forma faseada. Em 1944 haveria um acréscimo de 363 militares, em 1945 de 356 e em 1946 de 159, contabilizando um total final de 6.573 elementos. O dispositivo passou a ser composto por um CG, um Regimento de Cavalaria, cinco Batalhões, uma Companhia de Engenheiros e uma Companhia de Auto Transportes<sup>39</sup>.

Em 1983<sup>40</sup> uma nova orgânica é aprovada mantendo quase na íntegra o dispositivo de 1944, surgindo as alterações entretanto registadas – a extinção da Companhia de Engenheiros e a criação da Brigada de Trânsito (BT) e do Centro de Instrução<sup>41</sup>.

Por força do Decreto-Lei n.º 230/93, de 26 de junho, é criada uma nova unidade da GNR, a Brigada Fiscal (BF) fruto da extinção da antiga Guarda Fiscal (GF). Assim como o previsto no seu artigo 2.º, a GNR ficou fiel depositária do património da GF.

<sup>33</sup> Cfr. Anexo F - Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1922.

<sup>34</sup> Por força do Decreto n.º 9394, de 24 de janeiro de 1924.

<sup>35</sup> Por força do Decreto n.º 9512, de 27 de março de 1924.

<sup>36</sup> Por força do Decreto n.º 11609, de 26 de abril de 1926.

<sup>37</sup> Previa a criação da Intendência Geral da Segurança Pública, com competência para a coordenação da GNR e da Polícia de Segurança Pública (PSP).

<sup>38</sup> Por força do Decreto n.º 33905, de 02 de setembro de 1944.

<sup>39</sup> Cfr. Anexo G – Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1944.

<sup>40</sup> Por força do Decreto-Lei n.º 333, de 14 de julho de 1983.

<sup>41</sup> Cfr. Anexo H – Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1983.

Nesse mesmo dia de junho, à luz do Decreto-Lei n.º 231/93, é aprovada uma nova Lei orgânica da GNR, dez anos depois da anterior. Esta nova Lei veio trazer algumas alterações como por exemplo as designações das unidades e subunidades. Os Batalhões Territoriais passaram a designar-se por Brigadas Territoriais, as Companhias Territoriais tornaram-se Grupos Territoriais (GTER) e as Secções Territoriais transformaram-se em DTER (Branco, 2010). Há também a referir a alteração de nome do anterior Batalhão n.º 1 para Regimento de Infantaria que passou a integrar um Batalhão Operacional e o Centro de Instrução passou a designar-se por Escola Prática. Apesar das constantes alterações que foram sofrendo ao longo do tempo a designação de Posto Territorial (PTER) foi-se mantendo desde 1911, sendo ainda nos dias de hoje, como mais à frente vamos ter hipótese de constatar, a unidade base da Guarda (Branco, 2010).

A GNR articulava-se agora pelos Órgãos de Comando e Direção, pelas Tropas e pelos Serviços. As Tropas eram onde se integravam as unidades de Instrução, Territoriais, Especiais e de Reserva. Dentro da Unidade de Instrução tínhamos a Escola Prática da Guarda, dentro das Unidades Territoriais tínhamos as quatro Brigadas Territoriais, Brigada n.º 2<sup>42</sup>, com o comando sediado em Lisboa, Brigada n.º 3, com o comando sediado em Évora, Brigada n.º 4, com o comando sediado no Porto, e Brigada n.º 5, com o comando sediado em Coimbra. No seu conjunto cobriam todo o território continental com cerca de 750 quartéis distribuídos por 25 Grupos, 72 Destacamentos e 550 Postos (Branco, 2010). Por sua vez as Unidades Especiais subdividiam-se em BT e BF. Por último, as Unidades de Reserva eram constituídas por Regimento de Infantaria e Regimento de Cavalaria<sup>43</sup>.

Mais tarde, em 2006, uma nova valência é formalmente acrescentada à GNR, a proteção da natureza e do ambiente<sup>44</sup>. Em simultâneo foi criado do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro correspondendo assim a uma necessidade há muito sentida de existência de um corpo treinado e com grande capacidade de projeção nacional e de intervenção em operações de proteção civil.

A 6 de novembro de 2007 é publicada a Lei n.º 63/2007, atual LOGNR. A GNR é hoje definida como “uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”, tal como previsto no seu artigo 1.º. É considerada como uma força única que apesar das suas funções policiais absorveram grande parte da sua energia, esta também possui funções

---

<sup>42</sup> Recorde-se que o antigo Batalhão n.º 1 deu origem ao Regimento de Infantaria, daí iniciar-se por o número 2.

<sup>43</sup> Cfr. Anexo I – Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1993.

<sup>44</sup> Previsto no Decreto-Lei n.º 22 de 2 de fevereiro de 2006.

militares, o que lhe atribui uma grande polivalência (Branco, 2010). Ostenta assim uma posição de charneira entre as forças policiais e as forças armadas<sup>45</sup>.

Devido à capilaridade desta Guarda, característica que vem sendo alicerçada ao longo das mais diversas reestruturações (Brito, 2010), atualmente está-lhe incumbida a segurança de aproximadamente 93% do território e mais de 50% da população (Branco, 2010). A propósito Brito (2010, p. 60) menciona que a “dispersão geográfica da Guarda e a sua forte implementação territorial são considerados como elementos caracterizadores e identificadores, incutindo à GNR características sem paralelo das restantes instituições portuguesas”.

A missão depositada à GNR é “extensa, multifacetada e exercida em permanência em todo o território nacional (continuidade temporal e territorial), no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, bem como na execução da política de defesa nacional” (Branco, 2010, p. 244). As atribuições adstritas às missões da Guarda surgem no artigo 3.º da LOGNR, que de uma forma geral repartem-se sobre as áreas da Segurança, da Proteção e da Defesa Nacional, ou seja, tarefas de polícia, proteção e socorro, militar e internacional (Branco, 2010).

Podemos considerar que a missão policial subdivide-se em missões de polícia criminal e de polícia administrativa. A missão de polícia criminal desenvolvida pela Guarda, visa prosseguir um conjunto de ações com fim à prevenção da criminalidade em geral bem como à investigação de crimes (Branco, 2010). Quanto à missão de polícia administrativa, esta prende-se com o desenvolvimento de todo o conjunto de atividades com a determinação de garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, bem como o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática (Branco, 2010). Uma palavra ainda para a missão de polícia fiscal, onde a GNR, como órgão de polícia fiscal aduaneiro, tem competências para a “fiscalização, controlo e acompanhamento de mercadorias sujeitas ao regime aduaneiro, bem como a instrução de processos de contraordenação” (Branco, 2010, p. 251).

No que concerne às missões de proteção e socorro estas materializam-se na “obrigatoriedade de prestação de auxílio às pessoas em perigo” (Branco, 2010, p. 251).

Quanto às missões militares, segundo Branco (2010), estas podem-se dividir em duas: honras de Estado e missões militares *strictu sensu*<sup>46</sup>. As honras de Estado consistem

<sup>45</sup> Cfr. Anexo J – Posição da Guarda Nacional Republicana no Sistema Nacional de Forças.

na prestação de Guardas e Escoltas de Honra e na representação nacional no estrangeiro em cerimónias militares (Branco, 2010). As missões militares *strictu sensu* são as seguintes: ações táticas limitadas de defesa e ataque, missões de vigilância e ligação entre forças fixas ou móveis, ações de âmbito da segurança da área de retaguarda, ações de contra guerrilha como força de quadrícula, ocupação e defesa de pontos sensíveis, combate de ruas, lançamento de patrulhas de reconhecimento, ligação e contra infiltração, ações no âmbito do controlo de danos, controlo das populações, de refugiados e de transviados, fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação de colunas auto (Branco, 2010).

Falta ainda falar nas missões de proteção da natureza e do ambiente, fiscalização e regulação da circulação rodoviária, e segurança e ordem pública. No que concerne à proteção da natureza e do ambiente, esta visa zelar pelo meio ambiente, fauna e flora “contra as agressões de que são vítimas” (Branco, 2010, p. 251). Quanto à fiscalização e regulação da circulação rodoviária compete nesta área fiscalizar e regular o trânsito, mas também “garantir a segurança dos utentes das estradas do País” (Branco, 2010, p. 250). Por último dentro da segurança e ordem pública podemos referir que prendem-se com a garantia da “segurança e tranquilidade públicas e restabelecimento da ordem quando alteradas” (Branco, 2010, p. 250).

Assim, a estrutura geral da guarda compreende a estrutura de comando, as unidades e o estabelecimento de ensino. A estrutura de comando subdivide-se no Comando da Guarda e nos Órgãos Superiores de Comando e Direção (OSCD). O Comando da Guarda é composto pelo Comandante-Geral, 2.º Comandante-Geral, Órgão de Inspeção, Órgãos de Conselho e pela Secretaria-Geral. Os OSCD por sua vez dividem-se no Comando Operacional (CO), Comando da Administração dos Recursos Internos e Comando da Doutrina e Formação. As Unidades podem ser Territoriais, Especializadas, Representação, Intervenção e Reserva e o Estabelecimento de Ensino. As Unidades Territoriais são onde se encontram os agora 22 CTER, um por cada distrito do país, mais dois nos territórios insulares dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. As Unidades Especializadas são compostas pela Unidade de Controlo Costeiro, Unidade de Ação Fiscal e pela Unidade Nacional de Trânsito. A Unidade de Representação da Guarda é a Unidade de Segurança e Honras de Estado. A Unidade de Intervenção e Reserva materializa-se na Unidade de

---

<sup>46</sup> Entenda-se em sentido específico.

Intervenção. Por último, temos o Estabelecimento de Ensino que é composto pela Escola da Guarda<sup>47</sup>.

### 2.3. Evolução do dispositivo territorial de Braga

A grande reestruturação que acompanhou a nova LOGNR trouxe algumas alterações juntos dos atuais CTER. Anteriormente a denominação era a de GTER, que se inseria numa Brigada, neste caso em particular na Brigada n.º 4, com sede no Porto. O GTER de Braga era composto pelo: Comando, que se subdividia em Secretaria-Geral, Pelotão de Serviços Gerais, Departamento Operacional, Departamento de Recursos Humanos e Departamento Financeiro e Logístico; DTER de Barcelos, Braga, Guimarães e Póvoa de Lanhoso; DT; e Destacamento de Manutenção de Ordem Pública<sup>48</sup>. Os DTER eram genericamente compostos por: Secretaria; Secção de Operações; Núcleo de Investigação Criminal; Núcleo de Escola Segura; Equipa de Protecção da Natureza e Ambiente; e pelos PTER. De salientar que o DT dependia operacionalmente da BT.

Quanto ao dispositivo territorial o DTER de Barcelos tinha ao seu dispor, os PTER de Barcelos, de Esposende, Famalicão, Joane e Riba de Ave. O DTER de Braga tinha os PTER de Braga, Sameiro, Bom Jesus, Ruilhe, Vila Verde e Prado. O DTER de Guimarães possuía os PTER de Guimarães, Caldas das Taipas, São Torcato, Lordelo, Vizela, Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. Por fim, o DTER da Póvoa de Lanhoso tinha ao seu dispor os PTER da Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Gerês, Amares, Vieira do Minho e Rossas<sup>49</sup>.

Atualmente a figura da Brigada deixou de existir passando o CTER de Braga a estar dependente, para efeitos operacionais, do CO, um dos OSCD, subdividindo-se em: Secretaria; Sala de Situação; Secção de Operações, Treino e Relações Públicas (SOTRP); Secção de Informações e Investigação Criminal (SIIC); Secção de Justiça e Recursos Humanos (SJRH); Secção de Protecção da Natureza e Ambiente (SEPNA); Secção de Recursos Logísticos e Financeiros (SRLF); nos DTER de Barcelos, Braga, Guimarães e Póvoa de Lanhoso; DT; DI; e, por último, no Pelotão de Apoio e Serviços<sup>50</sup>.

<sup>47</sup> Cfr. Anexo A – Organograma da Guarda Nacional Republicana de 2007.

<sup>48</sup> Cfr. Anexo K – Organograma tipo de Grupo Territorial.

<sup>49</sup> Cfr. Apêndice J – Postos Territoriais por concelho do Grupo Territorial de Braga.

<sup>50</sup> Cfr. Apêndice K – Organograma do Comando Territorial de Braga.

Quanto ao atual dispositivo territorial o DTER de Barcelos conta com os PTER de Barcelos, Esposende, Famalicão, Joane e Riba de Ave, tal como acontecia no GTER. O DTER de Braga tinha os PTER de Braga, Sameiro, Ruilhe, Vila Verde e Prado, ou seja, o PTER de Bom Jesus deixou de existir. O DTER de Guimarães possui os PTER de Guimarães, Caldas das Taipas, Lordelo, Vizela, Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, o que significa que o PTER São Torcato deixou de existir. Por último, o DTER da Póvoa de Lanhoso tem ao seu dispor os PTER da Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Gerês, Amares, Vieira do Minho e Rossas, mantendo-se tudo igual neste DTER<sup>51</sup>.

### 2.3.1. Caracterização da Zona de Ação

Braga é um distrito sito na região do Minho, no norte de Portugal. É o 15.º distrito do país em termos de área total, com 2.673 km<sup>2</sup> (Leite *et.al.*, 2010). O distrito subdivide-se em 14 municípios: Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde e Vizela. Encontra-se limitado a oeste pelo oceano Atlântico, a norte pelo distrito de Viana do Castelo e Espanha, a este pelo distrito de Vila Real e a sul pelo distrito do Porto<sup>52</sup> (Leite *et.al.*, 2010).

Apesar de ser apenas o 15.º em dimensão é o 4.º distrito mais populoso do país com 848.185 habitantes muito próximo do 3.º classificado, Setúbal, com 851.258 habitantes (INE, 2015). Em comparação com os Censos de 2001, houve um aumento de 16.819 habitantes. Braga possui realidades díspares no que concerne à distribuição populacional no seu distrito, com concelhos como o de Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos, com 181.494, 158.124, 133.832 e 120.391 habitantes (INE, 2015), respetivamente, e concelhos como Terras de Bouro, Vieira do Minho e Cabeceiras de Basto, com 7.253, 12.997 e 16.710 habitantes, respetivamente (INE, 2015). Se formos a analisar a densidade populacional do distrito, deparamo-nos com o facto dos concelhos de Braga, Vizela, Vila Nova de Famalicão e Guimarães, possuírem 989,6, 961, 663,9 e 656,3 habitantes por quilómetro quadrado (INE, 2015), respetivamente, pese embora Vizela seja o concelho mais pequeno do distrito. No lado oposto, como concelhos com menor número de habitantes por quilómetro quadrado temos, Terras de Bouro, Vieira do Minho e

<sup>51</sup> Cfr. Apêndice L – Postos Territoriais por concelho do Comando Territorial de Braga.

<sup>52</sup> Cfr. Anexo L – Enquadramento administrativo do distrito de Braga.



Celorico de Basto, com 26,1, 59,6 e 111, respectivamente (INE, 2015). Terras de Bouro é simultaneamente o maior concelho do distrito no que respeita à área e o menor em população e densidade populacional<sup>53</sup>.

A GNR encontra-se presente em todos os concelhos do distrito de Braga contando com um total de 2.622,76 km<sup>2</sup> à sua responsabilidade, numa média de 187,34 km<sup>2</sup> por concelho. Isto significa que está presente em 96,9% da área do distrito. No que concerne à população residente, o CTER de Braga tem à sua responsabilidade 631.874 habitantes, numa média de 45.133,86 habitantes por concelho, ou seja, a GNR tem à sua responsabilidade cerca de 90% dos habitantes do distrito de Braga<sup>54</sup>.

### **2.3.2. Recursos Humanos do Comando Territorial de Braga**

Os RH afetos ao CTER de Braga já sofreram algumas alterações ao longo de tempo, porém os mesmos têm-se mantido relativamente estáveis. Como podemos constatar pelos dados obtidos pela SOTRP do CTER de Braga<sup>55</sup> atualmente encontram-se disponíveis 960 militares, dos quais 20 são da categoria de Oficiais, 83 da categoria de Sargentos e 857 da categoria de Guardas. Dos militares disponíveis neste CTER, 121 elementos encontram-se a desempenhar funções no CTER de Braga, 132 elementos estão afetos ao serviço no DTER de Braga, 202 elementos pertencem ao DTER de Barcelos, 241 militares desempenham funções no DTER de Guimarães, 134 elementos estão no DTER da Póvoa de Lanhoso, 93 militares estão disponíveis para o serviço no DT, e por último, 37 militares desempenham funções no DI.

No que concerne ao dispositivo territorial, verifica-se a existência de dois PTER com um efetivo muito reduzido, o PTER de Rossas, do DTER da Póvoa de Lanhoso, e Ruilhe, do DTER de Braga, com seis e cinco militares, respetivamente. Num patamar oposto encontram-se os PTER de Barcelos, do DTER de Barcelos, e o PTER de Fafe, do DTER de Guimarães, com 53 e 47 elementos, respetivamente.

---

<sup>53</sup> Apêndice M - Densidade populacional por concelho.

<sup>54</sup> Apêndice N – Área e população afeta à responsabilidade da Guarda Nacional Republicana por concelho.

<sup>55</sup> Vide Anexo M – Efetivo do Comando Territorial de Braga por Posto Territorial.

### **2.3.3. Atividade operacional do Comando Territorial de Braga**

A atividade operacional adstrita às funções desempenhadas pelo CTER de Braga é extensa e multifacetada, tal como um outro qualquer CTER desta força de segurança.

No passado ano de 2014 o CTER de Braga foi responsável pelo lançamento de 55.363 serviços de Patrulha, número que tem diminuído ao longo dos anos, se comparado com 2012 e 2013. Quanto ao número de contraordenações efetuadas pelo CTER podemos verificar que também esta tem sofrido uma diminuição, em comparação com os anos transatos, contabilizando 32.561 contraordenações rodoviárias e 1.422 outras contraordenações. No que concerne aos detidos fora de flagrante delito também neste campo houve uma diminuição com 1.730 detidos no ano de 2014<sup>56</sup>.

Como operações relevantes desenvolvidas na ZA do CTER de Braga temos, já no decorrer do presente ano, a Rampa da Falperra e o “WRC Vodafone” Rally de Portugal, ambas operações com grande ênfase nacional com destaque para a segunda, com uma projeção internacional, envolvendo um efetivo na ordem dos 600 militares<sup>57</sup>.

No que concerne à criminalidade este é o ponto onde o CTER de Braga se destaca pela positiva. Se formos a analisar os dados do RASI 2014, verificamos que a criminalidade participada no ano de 2014, teve um decréscimo de 3.756 participações, isto é, uma variação negativa de 15,8%, no distrito de Braga (MAI, 2014, p. 24). Este facto contribuiu para que fosse o distrito com a maior descida de criminalidade participada. Se nos cingirmos somente aos resultados obtidos pela GNR no distrito, verificamos que a descida da criminalidade na ZA do CTER foi na ordem dos 22,9%, registando uma descida na participação de crimes de 3.599<sup>58</sup>, contribuindo assim para o CTER com a descida de criminalidade mais acentuada no ano transato.

---

<sup>56</sup> Vide Anexo O – Atividade operacional do Comando Territorial de Braga.

<sup>57</sup> Dados fornecidos pelo Comando Territorial de Braga.

<sup>58</sup> Dados fornecidos pelo Comando Territorial de Braga.

## **Capítulo 3**

### **Definição de conceitos**

#### **3.1. Recursos Humanos**

É um fator incontornável que os RH numa organização são extremamente preponderantes. Tal como Chiavenato (2008, p. 46) refere “as organizações não funcionam por si mesmas”, estas dependem das pessoas para dirigir e controlar com vista à sua continuidade, nunca havendo organizações sem pessoas Chiavenato (2008).

C. H. Besseyre des Horts (1987, citado por Peretti, 1994, p. 48) menciona que “as mulheres e os homens da empresa são recursos que é necessário mobilizar, desenvolver, e nos quais é necessário investir”. No mesmo sentido Carvalheiro (2011, p. 1) assegura que as pessoas são o recurso mais importante porém “nem sempre são tratadas desta forma”. Ainda neste seguimento Chiavenato (2008, p. 66) menciona que “embora se possa ver as pessoas como recursos, isto é, como portadoras de habilidades, capacidades, conhecimentos, competências, motivação de trabalho etc., nunca se deve esquecer que as pessoas são pessoas, isto é, portadoras de características de personalidade, expectativas, objetivos pessoais, histórias particulares, etc.”. Desta linha de pensamento podemos concluir que os RH devem ser vistos como mais do que um mero número, mas sim indivíduos com capacidades importantes dentro das organizações, com as suas próprias necessidades, que potenciados na direção correta são capazes de maximizar os objetivos a que as organizações se propõem.

Assim parece justo referir que o grande desafio da GNR nos dias de hoje, no que concerne aos seus RH, prende-se na forma de como potenciar os seus meios humanos visto que é um bem cada vez mais escasso. Neste sentido Peretti (1994, p. 43) menciona que o abrandamento do crescimento numa empresa “impõe uma gestão rigorosa, previsões e medidas de ajustamento delicadas” dos seus RH. Apesar de, desde 2013 até junho do presente ano, o efetivo geral da GNR ter sofrido um ligeiro aumento em cerca de 1.303

elementos<sup>59</sup>, estamos longe dos efetivos existentes em 2000, onde a GNR tinha à sua disposição 26.191 elementos, entre os quais 25.904 militares<sup>60</sup>, ou seja, atualmente temos menos 2.490 elementos, num total de 23.701.

### **3.2. Serviço operacional da Guarda Nacional Republicana**

O serviço da GNR, à luz do consagrado no artigo 1.º do Regulamento Geral do Serviço da GNR (RGSGNR)<sup>61</sup>, “visa garantir o cumprimento da missão que lhe está atribuída, bem como, o respetivo funcionamento interno”, isto é, o serviço da GNR visa o cumprimento das missões a si atribuídas.

Como podemos constatar o referido diploma também enfatiza as áreas das missões atribuídas à GNR. Assim, como previsto no artigo 6.º, n.º 1, as áreas são: policial, segurança e ordem pública, fiscalização e regulação da circulação rodoviária, fiscalização no âmbito fiscal e aduaneiro, controlo costeiro, investigação criminal, tributária, fiscal e aduaneira, proteção da natureza e do ambiente, proteção e socorro, honorífica e de representação e, por último, militar.

Conforme estipulado nos Títulos II, IV e V do RGSGNR, o serviço na GNR ramifica-se em três grandes áreas: serviço interno, serviço operacional e por último, serviço honorífico e de representação.

O serviço operacional encontra-se mencionado e escalpelizado a partir do artigo 152.º do RGSGNR. Assim, de acordo com o artigo 152.º, o serviço operacional da GNR “desenvolve-se através da atividade do seu efetivo no respeito pelos procedimentos técnico-táticos, atuando em conformidade com o determinado neste Regulamento, no Manual de Operações da Guarda, demais legislação aplicável e orientações superiormente definidas”.

De acordo com o Manual de Operações da Guarda, este serviço tem como princípios basilares o “princípio da legalidade, o princípio do objetivo, o princípio da iniciativa, o princípio da concentração de meios, o princípio da economia de forças, o princípio da mínima força, o princípio da capacidade de manobra, o princípio da unidade

<sup>59</sup> Cfr. Apêndice O – Variação efetivo de 2008 a 2015.

<sup>60</sup> Cfr. Anexo N – Variação do efetivo da GNR de 2000 a 2014.

<sup>61</sup> Vide Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho. Diário da República n.º 119/10 - II Série. Ministro da Administração Interna. Lisboa. 33856 – 33891.

de comando, o princípio da segurança, o princípio da surpresa e o princípio da simplicidade” (GNR, 1996, p. V-1).

É ainda possível observar que o serviço operacional subdivide-se em: serviço policial; serviço de trânsito; serviço fiscal; serviço de proteção da natureza e do ambiente; serviço de investigação criminal; serviço de proteção e socorro; serviço cinotécnico; e serviço de inativação de engenhos explosivos<sup>62</sup>.

O serviço policial, de acordo com o artigo 155.º do RGSGNR, permite “velar pelo cumprimento das leis; garantir a manutenção da ordem pública; manter e restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade; e auxiliar e proteger os cidadãos”. Este tipo de missões de cariz policial são desempenhadas quer pelos superiores hierárquicos, quer pelos subalternos através de visitas<sup>63</sup> e de patrulhas<sup>64</sup>, respetivamente, tal como o preceituado no disposto do artigo 161.º do RGSGNR.

Importa referir que o patrulhamento, de acordo com o Manual de Operações da GNR (1997, p. I-1), “é uma ação essencialmente preventiva e de vigilância, efetuada por uma força de efetivo variável, devidamente instruída, uniformizada, armada, equipada e comandada, destinada ao cumprimento da missão geral da Guarda, ou de uma missão específica”, tendo como finalidades “a prevenção e a vigilância visando a manutenção da ordem e segurança das populações, o não cometimento dos atos ilegais e a recolha de informações” (GNR, 1997, p. I-2). Esta é a unidade basilar da Guarda.

---

<sup>62</sup> Cfr. Capítulo II do Título IV, Capítulo III do Título IV, Capítulo IV do Título IV, Capítulo V do Título IV, Capítulo VI do Título IV, Capítulo VII do Título IV, Capítulo VIII do Título IV e Capítulo IX do Título IV, respetivamente, do RGSGNR.

<sup>63</sup> Cfr. artigo 161.º, n.º 2, as visitas de inspeção e supervisão, levadas a cabo pelos oficiais e sargentos, assim como pelos comandantes dos postos, têm por finalidade “a fiscalização do serviço executado pelas forças sob o seu comando”; as visitas às localidades têm como finalidade “tomarem conhecimento do que interessa às populações dessas áreas, relativamente ao policiamento ou a qualquer outro fim relacionado com o serviço”.

<sup>64</sup> Cfr. artigo 161.º, n.º 1, as “Patrulhas, feitas pelos militares dos postos ou de outros escalões, que constituem a principal modalidade do exercício da atividade do serviço policial da Guarda”.

## **Capítulo 4**

### **Metodologia e Procedimentos**

#### **4.1. Introdução**

Segundo Sarmiento (2013, p. 4), a metodologia científica pode definir-se como “o estudo do método aplicado à ciência” que consoante a “área da ciência que se estuda, há objetos distintos e consequentemente procedimentos diferentes” (Sarmiento, 2013, p. 4). No mesmo sentido, Oliveira (2005, p. 28) defende que a metodologia pode definir-se como o “processo onde se aplicam diferentes métodos, técnicas e materiais (...) para a coleta de dados no campo”. No fundo é composto por procedimentos que são a “forma de progredir em direção a um objetivo” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 25). Os métodos utilizados não são mais do que “formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 25).

Gaston Bachelard (1965, citado por Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 25) sintetizou o processo científico em três palavras: “conquistado, construído e verificado”. Conquistado sobre os preconceitos, construído pela razão, e verificado nos factos apresentados (Quivy e Campenhoudt, 2005). Com base na mesma linha de pensamento, P. Bourdieu, J. C. Chamboredon e J. C. Passeron, na obra *Le métier de sociologue*, dividiam o procedimento em três fases, a ruptura, a construção e a verificação, cuja ordem deveria ser respeitada. Partindo deste modelo, Quivy e Campenhoudt (2005), apresentam o procedimento científico em ciências sociais na estrutura de sete etapas: a pergunta de partida, a exploração, a problemática, a construção do modelo de análise, a observação, a análise das informações e as conclusões. Estas apresentam-se como “operações separadas e numa ordem sequencial” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 26) mas têm de ser vistas como circuitos dinâmicos, e não estanques, que se complementam mutuamente.

A ruptura materializou-se na construção da QP e na fase de exploração, que consistiu nas leituras acerca da temática e nas entrevistas exploratórias. O intuito desta fase prende-se com o rompimento das ideias preconcebidas, por forma a evitar falsos

pensamentos acerca do assunto em análise, sendo que este é o “primeiro ato constitutivo do procedimento científico” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 26). A fase seguinte foi o adquirir da problemática com o melhoramento das hipóteses alcançadas. Repare-se que, como foi anteriormente referido, o alcance da problemática não impossibilita o retorno à exploração, visto as mesmas não serem estanques.

A fase da construção tem por base um “sistema conceptual organizado, susceptível de exprimir a lógica que o investigador supõe estar na base do fenómeno” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 26). Esta idealiza a construção do modelo de análise que exprime a forma como a abordagem da problemática é estipulada pelo investigador.

Por último, a verificação, por forma a salvaguardar a confirmação da proposição em análise pelos factos obtidos (Quivy e Campenhoudt, 2005). Assim, a fase final do procedimento de investigação consubstanciou-se no trabalho de campo, segundo o método de recolha de informação das entrevistas. A sua classificação, tabulação, codificação e análise quantitativa, encontram-se presentes ao longo de todo o Capítulo 5, como mais à frente iremos verificar. Por fim, nas Conclusões e Recomendações eleva-se a súmula da investigação<sup>65</sup>.

#### **4.2. Método de investigação**

A presente investigação seguiu o método hipotético-dedutivo. Este método, desenvolvido no século XX por Karl Popper, pressupõe a “formulação de hipóteses ou conjecturas, que melhor relacionam e explicam os fenómenos” (Sarmiento, 2013, p. 9). Freixo (2009, p. 100) também explica este método mencionando que a “lógica de Popper é simples: se uma conjectura implica certas consequências observáveis e se estas consequências são refutáveis, então a conjectura pode ser eliminada”.

Assim, estas hipóteses são avaliadas, através da reunião de observações, factos e ideias, com vista a confirmar ou refutar a sua veracidade (Sarmiento, 2013). Para a recolha da informação analisada, discutida e interpretada no presente trabalho, foram utilizadas diversas técnicas de investigação e de recolha de informação. Essa informação compilada foi apresentada sob a forma de tabelas e quadros.

---

<sup>65</sup> Anexo P – Etapas do Procedimento.

### **4.3. Instrumentos e técnicas utilizadas**

#### **4.3.1. Entrevista exploratória**

As entrevistas exploratórias têm como objetivo ajudar a construir a problemática de investigação. Neste sentido, Quivy e Campenhoudt (2005, p. 69) referem que visam “economizar perdas inúteis de energia e de tempo de leitura, na construção de hipóteses e na observação (...) as entrevistas exploratórias têm, portanto, como função principal revelar aspetos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo”. É um facto que as “leituras ajudam a fazer um balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 69), contudo, nesta investigação em concreto, a entrevista exploratória trata-se de uma técnica de recolha de informação fulcral para o correto desenvolvimento da investigação.

Nesta investigação a realização das entrevistas exploratórias tiveram como finalidade “encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 70), que deram origem a uma entrevista e à criação das hipóteses de investigação. Essa informação recolhida, impossível de encontrar por via de uma outra técnica ou instrumento, baseia-se, não só na posição privilegiada das testemunhas, mas também, fruto das suas experiências e conhecimentos abrangentes do objeto de estudo. A análise destas entrevistas encontra-se presente no subcapítulo 5.1 da investigação.

#### **4.3.2. Entrevista**

A entrevista, ao contrário do inquérito por questionário, distingue-se pela possibilidade de haver um contacto direto do investigador com os entrevistados instaurando-se assim uma “verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 192).

No entendimento de Quivy e Campenhoudt (2005, p. 192) existem três tipos de entrevistas: entrevista semidiretiva ou semidirigida, caracterizada por uma série de perguntas-guias, que por não serem inteiramente abertas nem encaminhadas por forma muito rígida, permitem ao entrevistado falar abertamente; entrevista centrada ou *focused interview*, descrita como uma entrevista que não dispõe de perguntas preestabelecidas mas



sim de uma lista de tópicos que têm como objetivo examinar o impacto de um dado acontecimento sobre aqueles que assistiram; e entrevista aprofundada ou pormenorizada, caracterizada como extremamente exaustiva, com poucos interlocutores e divididas em várias sessões. Sarmento (2013, p. 34) identifica também três tipos de entrevistas: entrevista estruturada, formal ou diretiva, na qual o “entrevistado não sai do guião e só responde ao que lhe é perguntado”; entrevista semiestruturada, semiformal ou semidiretiva, onde o “entrevistado responde às perguntas do guião pela ordem que entender, podem também falar sobre outros assuntos relacionados com as perguntas”; e entrevista não estruturada, informal ou livre, a qual o “entrevistado fala livremente sobre o tema e sobre vários assuntos relacionados, não havendo guião”.

O género de entrevista utilizada pelo autor foi do tipo semiestruturada, semiformal ou semidiretiva, apresentada por Sarmento (2013). A entrevista partiu de uma série de perguntas base em que os entrevistados tinham a liberdade de introduzir temas novos caso fossem pertinentes.

#### **4.4. Caracterização da amostra**

Para cada método utilizado ao longo da investigação foram estabelecidas diferentes amostras. Os métodos de investigação foram implementados em fases distintas do presente TIA bem como a sua utilização pretendia almejar objetivos diferentes.

##### **4.4.1. Entrevistas exploratórias**

Numa fase inicial foram entrevistados sete Oficiais da GNR, todos eles do CTER de Braga, que desempenham as funções de Comandante Territorial, 2.º Comandante Territorial, Chefe da SOTRP, Chefe da SIIC, Chefe da SRHJ, Chefe da SEPNA e Chefe da SRLF. Estes ocupam uma posição de charneira relativamente ao objeto em análise. Neste tipo de entrevistas “a falta de distância, a visão parcelar e parcial” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 72) podem ser um constrangimento contudo, ao não estarem diretamente inseridos no dispositivo territorial, seja DTER ou PTER, estão afastados o suficiente para não potenciar o erro de uma visão demasiado restrita do objeto, todavia, consideramos estarem

suficientemente próximos do mesmo, dotando-os de um conhecimento cabal. No quadro seguinte são expostas as características dos mesmos.

**Quadro n.º 1 – Oficiais do Comando Territorial de Braga**

Fonte: Autor

N.º	Posto	Nome	Função	Tempo na atual função	Função anterior
1	Coronel	Pedro Manuel Tinoco Ferreira	Comandante do CTER Braga	3 anos	2.º Comandante do CTER de Braga
2	Tenente-Coronel	Luís José Ferreira Ventura	2.º Comandante do CTER Braga	6 meses	Chefe da SOTRP do CTER de Braga
3	Tenente-Coronel	Manuel Augusto Silva Caldeira	Chefe da SOTRP	3 meses	Chefe da SRHJ do CTER de Bragança
4	Tenente-Coronel	Armindo Paulo Vaz Lopes	Chefe da SIIC	3 anos	Chefe da SOTRP de Braga
5	Major	Rui Miguel Russa Ferreira da Silva	Chefe da SRHJ	1 ano	Chefe da SIIC do CTER de Santarém
6	Major	André Alexandre Dinis Cabral Costa	Chefe do SEPNA	5 anos (Interpolados)	Comandante de DTER da Póvoa de Lanhoso
7	Capitão	Gonçalo Filipe Pedrosa da Silva Amado	Chefe da SRLF	3 meses	Comandante de DTER da Póvoa de Lanhoso

#### 4.4.2. Entrevistas

Numa última fase da investigação prática as entrevistas direcionaram-se aos quatro Comandantes de DTER, em exercício de funções: Comandante de DTER de Barcelos; Comandante de DTER de Braga; Comandante de DTER de Guimarães; Comandante de DTER da Póvoa de Lanhoso: assim como aos seus Adjuntos de DTER.

A caracterização dos entrevistados materializa-se no seguinte quadro.

**Quadro n.º 2 – Oficiais dos Destacamentos Territoriais de Braga**

Fonte: Autor

N.º	Posto	Nome	Função	Tempo na atual função	Função anterior
8	Capitão	Rui Ângelo Rosa de Brito	Comandante do DTER de Barcelos	4 anos	Comandante do DTER de Viana do Castelo
9	Capitão	Adelino José Pereira Silva	Comandante do DTER de Braga	4 anos	Comandante do DTER de Póvoa de Lanhoso
10	Capitão	Carlos Manuel Gonçalves Fernandes	Comandante do DTER de Guimarães	4 anos	Comandante do DI de Braga
11	Capitão	Ricardo Filipe Novais Lopes	Comandante do DTER de Póvoa de Lanhoso	5 meses	Chefe da SEPNA do CTER de Braga
12	Tenente	Bruno Miguel Pires Rodrigues	Adjunto do DTER de Barcelos	3 anos	Nenhuma
13	Tenente	Mário André Duarte Abreu	Adjunto do DTER de Braga	2 anos	Nenhuma
14	Tenente	André Agostinho Rodrigues	Adjunto do DTER de Guimarães	2 anos	Adjunto do Destacamento de Intervenção de Faro
15	Alferes	Ivo Frederico Ribeiro Morais	Adjunto do DTER de Póvoa de Lanhoso	10 meses	Nenhuma

Como é perceptível pela análise do quadro n.º 2, quase todos os Comandantes dos DTER do CTER de Braga são possuidores de uma vasta experiência e conhecimento de causa das vantagens e vulnerabilidades do dispositivo territorial no seu normal funcionamento diário. Apenas o entrevistado n.º 11, há cinco meses no DTER da Póvoa de Lanhoso, tem menos do que quatro anos de experiência. Com menos experiência, mas a desempenharem funções de privilegiada observação, encontram-se os Adjuntos de Comandante de DTER. Na ótica da investigação efetuada, revelaram-se de igual forma importantes.

## **Capítulo 5**

### **Apresentação e interpretação dos resultados**

#### **5.1. Resultados das entrevistas exploratórias**

Os dados obtidos da análise às entrevistas exploratórias têm o intuito de abrir pistas de reflexão, direcionando a problemática em questão, evitando que o investigador se lance em falsos problemas, tal como Quivy e Campenhoudt (2005) referem, porém, “as divergências de pontos de vista entre interlocutores são fáceis de detetar” (Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 79), como vamos ter oportunidade de constatar mais à frente. Assim, o intuito das entrevistas exploratórias foi o de direcionar o estudo em questão contribuindo para dois importantes elementos, as entrevistas e as hipóteses da investigação.

Acerca da abordagem às entrevistas exploratórias, Quivy e Campenhoudt (2005, p. 79) defendem que “compreender-se-á que a exploração das entrevistas exploratórias possa ser conduzida de forma muito aberta, sem utilização de uma grelha de análise precisa”. Desta forma, os resultados explanados neste subcapítulo inicialmente sofreram uma ordenação das diversas respostas dadas pelos entrevistados com a respetiva questão<sup>66</sup>. Posteriormente, procedeu-se a uma codificação<sup>67</sup>, ou seja, retirou-se das respostas obtidas expressões, transformando-as em “segmentos”. Esta passagem teve o intuito de transformar a informação recolhida em dados quantificáveis. A fase seguinte, foi a de tabulação, onde o objetivo foi o de averiguar com que frequência os segmentos levantados surgiam nas respostas dadas. Os dados constam nas tabelas n.º 2, 3, 4 e 5, com destaque para a frequência e percentagem dos segmentos.

Foi opção do investigador, por razões de amplitude de análise da problemática, de apenas investigar os critérios que possuíssem uma frequência, igual ou superior a 2, ou 28%. Assim, com o apoio da tabela n.º 1, foram atribuídas as cores, verde ou vermelha, consoante esteja, dentro ou fora, do critério do autor.

---

<sup>66</sup> Cfr. Apêndice P – Síntese das respostas às questões da entrevista exploratória.

<sup>67</sup> Cfr. Apêndice Q – Codificação alfanumérica das respostas às questões da entrevista exploratória.

### 5.1.1. Apresentação dos dados recolhidos nas questões

No seguimento da abordagem elaborada neste subcapítulo, as respostas às questões presentes nas entrevistas exploratórias, constantes no Guião de Entrevista Exploratória conforme Apêndice R, foram classificadas e codificadas, como é exposto na análise presente no Apêndice Q. Os quadros que a seguir se apresentam fazem a correlação entre os segmentos levantados com a frequência e percentagem<sup>68</sup> existente nas respostas dos entrevistados.

**Tabela n.º 1 – Legenda da Tabela n.º 2 à 5 com o critério de aceitação dos segmentos**

Fonte: Autor

Frequência (n)
≥ 2
1

**Tabela n.º 2 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 1**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º							Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7		
Segmento A1.1	X				X	X	X	4	57%
Segmento A1.2	X		X		X	X	X	5	71%
Segmento A1.3	X							1	14%
Segmento A1.4	X							1	14%
Segmento A1.5		X						1	14%
Segmento A1.6				X			X	2	28%
Segmento A1.7				X			X	2	28%
Segmento A1.8							X	1	14%

A Questão n.º 1, “É um facto que no passado ano de 2014 o distrito de Braga teve o maior decréscimo a nível nacional, de participações crime, passando de 23.743 para 19.987, ou seja, uma variação negativa de 15,8%, sendo que, no Comando Territorial de Braga, segundo dados deste Comando, a diminuição foi na ordem dos

<sup>68</sup> Todos os dados apresentados nas tabelas 2, 3, 4 e 5 foram tratados com as ferramentas estatísticas presentes no *Microsoft Office Excel* 2010.

**22,9%. Na sua opinião o que contribui para estes resultados?”**, levantou oito segmentos compreendidos entre os 71% e os 14%.

Em 71% das respostas dos nossos entrevistados podemos observar que salientaram a importância de na atualidade todos os DTER e PTER terem o Comandante e um ou mais Adjuntos. No entendimento dos entrevistados justifica este facto ser essencial nos momentos de decisão e nos momentos mais difíceis, a existência de um Graduado. Mesmo nas situações de patrulhamento, salientam ser importante ter sempre um Graduado disponível para rondar as patrulhas com vista ao melhoramento do serviço prestado. Referem ainda que a existência de mais do que um Adjunto, em alguns PTER deve-se à tentativa de garantir horários diferentes para além do normal de expediente. Ainda no que concerne às cadeias de comando, podemos constatar que em 57% das respostas é realçado o melhoramento da qualidade dos militares presentes nessas funções.

Registaram-se que 28% das respostas frisaram as melhores investigações levadas a cabo pelos Núcleos de Investigação Criminal (NIC) e o melhor acompanhamento das mesmas por parte da sua cadeia de comando. Os entrevistados que registaram este segmento consideram que a justificação para a existência de melhores investigações e um melhor acompanhamento são a forma como as investigações eram desenvolvidas bem como as provas angariadas, referentes aos processos à sua responsabilidade, levarem invariavelmente à prisão preventiva dos arguidos.

Há ainda a referir que 14% das respostas mencionavam a aposta nas novas tecnologias, as melhores ferramentas de comando e controlo, a percentagem de militares no serviço operacional ser elevada e o melhor direcionamento das operações e patrulhamentos.

**Tabela n.º 3 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 2**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º							Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7		
Segmento A2.1	X							1	14%
Segmento A2.2		X		X	X	X		4	57%
Segmento A2.3		X			X			2	28%
Segmento A2.4				X				1	14%
Segmento A2.5				X				1	14%

Na resposta à Questão n.º 2, **“Quais são os principais aspetos a melhorar ao nível do Comando Territorial para que a tendência verificada se mantenha e, se possível, incremente?”**, foram levantados cinco segmentos compreendidos entre os 57% e os 14%.

Como segmento mais registado nas respostas efetuadas, temos o Segmento A2.2 com 57%. Neste os entrevistados mencionaram que era necessário terminar com a elevada carga burocrática/administrativa, contribuindo para tal facto, no seu entendimento, as diversas solicitações, tanto internas como externas.

Logo a seguir a este segmento, destaca-se o novo sistema de folgas como causador de demasiados constrangimentos operacionais, presente em 28% das respostas.

Em apenas 14% das respostas encontramos presente a necessidade de potenciar o fator humano com o apoio de bons meios técnicos e um bom suporte logístico e o ser compreensivo com os subordinados como principais aspetos a melhorar.

**Tabela n.º 4 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 3**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º							Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7		
Segmento A3.1	X				X		X	3	42%
Segmento A3.2	X				X		X	3	42%
Segmento A3.3	X		X	X	X		X	5	71%
Segmento A3.4	X	X						2	28%
Segmento A3.5	X	X						2	28%
Segmento A3.6		X					X	2	28%
Segmento A3.7		X						1	14%
Segmento A3.8					X		X	2	28%
Segmento A3.9			X		X		X	3	42%

Relativamente à Questão n.º 3: **“Na sua opinião, o dispositivo atual adequa-se às presentes necessidades do Comando Territorial para o cumprimento de todas as tarefas que lhe estão cometidas, no âmbito da missão da GNR? Que vulnerabilidades identifica e de que forma poderiam ser ultrapassadas?”**, foi possível retirar nove segmentos com uma percentagem, de abrangência de presença nas respostas, compreendida entre 71% e 14%.

Precisamente 71% dos entrevistados, ao longo das suas respostas são da opinião de que o PTER de Ruilhe deveria deixar de existir, salientando que tal facto não seria sinónimo de insegurança nesse local, visto os meios que hoje a GNR tem à sua disposição

são significativamente melhores dos que aquando da criação do mesmo. Ainda referem que o fecho deste PTER contribuiria para o aumento do patrulhamento na área.

Em 42% das respostas encontra-se presente a vontade dos entrevistados em o PTER de Fafe ser promovido, não a DTER, mas sim a Subdestacamento Territorial. Também em 42% das respostas temos expressa a ideia da passagem de mais um PTER, desta feita o de Barcelos, a Subdestacamento Territorial. São por razões semelhantes que os nossos entrevistados salientam a passagem do PTER de Fafe e do PTER de Barcelos a Subdestacamamentos Territoriais, visto terem muitos militares e com a passagem a Subdestacamamentos seria um Oficial a comandar.

O último segmento a constar, em 42% das respostas obtidas, prende-se com a opinião de que o PTER de Rossas deveria ser extinto. As razões apresentadas são em tudo semelhantes às expostas anteriormente para o caso do PTER de Ruilhe.

Em 28 % das respostas, temos presente a vontade dos entrevistados em o PTER do Sameiro fechar e na criação de um Subdestacamento Territorial de Braga, que englobasse os PTER do Sameiro, Ruilhe e Braga. Estes dois segmentos andam par a par na sua explicação. Mais uma vez salientam que o facto de um PTER fechar não é sinónimo de insegurança e de o PTER do Sameiro estar demasiado próximo do PTER de Braga. Com a possibilidade de fecho dos PTER do Sameiro e Ruilhe, as suas ZA seriam absorvidas por um eventual Subdestacamento Territorial de Braga.

Ainda presente em 28% das respostas encontramos o segmento que salienta o facto dos PTER de Riba de Ave, Lordelo e Vila das Aves, formarem um triângulo que dista entre eles, aproximadamente dois quilómetros. No entendimento dos entrevistados este parece ser um fator que carece de um reposicionamento no terreno.

Como último segmento presente, em 28% das respostas a esta questão, temos a não avaliação da categoria de Guardas. Este segmento foi destacado tendo como fundamento o de relevar quem é merecedor e o de penalizar quem não tem um desempenho satisfatório dentro da instituição.

Por fim, constante em 14% das respostas, estava a falta de critério para o estabelecimento de PTER.



Tabela n.º 5 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 4

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º							Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7		
Segmento A4.1	X	X	X					3	42%
Segmento A4.2	X							1	14%
Segmento A4.3				X	X			2	28%

Relativamente à Questão n.º 4: “Na sua opinião, de que forma os recursos humanos disponíveis no Comando Territorial influenciam o cumprimento de todas as tarefas que lhe estão cometidas?”, foi alvo, após escrutínio, de três segmentos constantes de 42% a 14% das respostas registadas.

O primeiro, presente em 42% das respostas dos entrevistados refere a ideia dos PTER terem pouco efetivo, reduzindo consideravelmente a capacidade de resposta operacional.

O segmento seguinte, que reuniu maior percentagem, constante em 28% das respostas, salienta, curiosamente, o contrário, considerando que de uma forma geral, não estarem mal servidos em termos de efetivo.

Ainda a referir a existência de um grande desgaste do efetivo em serviços noturnos, presente em apenas 14% das respostas.

### 5.1.2. Interpretação dos resultados das questões

Tal como foi referido previamente, os elementos obtidos da análise às entrevistas exploratórias surgem como um abrir de pistas de reflexão, direcionando o estudo do investigador, contudo, as divergências podiam irromper relativamente aos critérios levantados.

Com base nos critérios salientados pelos nossos entrevistados que reuniam uma frequência, igual ou superior a 2, ou 28%, foram levantados um conjunto de 16 critérios de análise que deram origem à entrevista, presente no Apêndice S, submetido aos Comandantes de DTER e seus Adjuntos. Assim os critérios levantados são presentes no seguinte quadro.

Tabela n.º 6 – Ordenação dos critérios pelas áreas em análise

Fonte: Autor

Áreas	Critérios
<b>Organização do dispositivo</b>	A3.1
	A3.2
	A3.3
	A3.4
	A3.5
	A3.6
	A3.7
	A3.9
<b>Recursos Humanos</b>	A1.1
	A1.2
	A4.1
	A4.3
<b>Serviço operacional</b>	A1.6
	A1.7
	A2.2
	A2.3

Como é possível verificar após análise dos critérios levantados, podemos constatar que os mesmos se inserem em três grandes áreas: a organização do dispositivo, os RH e do serviço operacional. Desta forma os segmentos A3.1, A3.2, A3.3, A3.4, A3.5, A3.6, A3.7 e A3.9, inserem-se na vertente da organização do dispositivo, os segmentos A1.1, A1.2, A4.1 e A4.3, prendem-se com os RH afetos ao CTER, e por último, os segmentos A1.6, A1.7, A2.2 e A2.3, correspondem aos constrangimentos e vantagens relacionados com o serviço operacional.

Assim, foi possível alcançar os das três grandes áreas a que se cingiram o estudo do objeto em análise, neste caso o dispositivo territorial do CTER, na forma de entrevista presente no Apêndice S.

Dos critérios levantados há que realçar e esclarecer alguns aspetos que serão objeto de análise por parte dos nossos entrevistados.

O primeiro prende-se com o novo sistema de folgas, presente no Segmento A2.3. O regulamento que prevê o serviço diário dos Subdestacamentos e PTER sofreu várias alterações aos longos dos anos, sendo que as normas de organização do serviço

encontravam-se dispersas por diversos documentos e com necessidade de atualização. A NEP/GNR – 3.43, de 30 de dezembro de 2011, veio regular o serviço diário dos Subdestacamentos e PTER mas também, no seu ponto 4, alínea d), tentar regular as folgas e dispensas dos militares dessas subunidades. Assim, esta NEP menciona que as folgas, semanais e mensais devem ser respeitadas somente podendo ser contrariadas por razões imperativas com respeito pelos princípios da Equidade e da Primazia do Serviço. Estabelece assim que os militares a prestar serviço nos Postos têm o direito a uma folga semanal e uma folga mensal acumulável com uma outra qualquer folga ou licença. Este foi o sistema estabelecido no anterior regime de folgas.

Atualmente, por força da Circular n.º 19/2014, de 29 de dezembro de 2014, atualizou-se este sistema pois, no entender do CO, a legislação que definia o número de folgas dos militares dos Subdestacamentos e PTER, não esclarecia com o rigor necessário o dia de folga a que os militares tinham direito. Porém, era prática recorrente das subunidades referidas a atribuição do dia de folga semanal ao 8.º dia, sendo a folga mensal de atribuição flexível. Assim, a referida circular, veio uniformizar este direito com a passagem da folga semanal ao 6.º dia, em sistema de rotatividade, e a folga mensal, sempre que calhe o gozo da folga semanal a um sábado, ser-lhe atribuída ao domingo, com vista ao militar ter direito, sempre que possível, a um fim de semana por mês. Este é o sistema de atribuição de folgas em vigor atualmente em toda a GNR.

Um outro conceito é o de Subdestacamento Territorial, que consta nos Segmentos A3.1, A3.2 e A3.5. A NEP/GNR – 3.43, de 30 de dezembro de 2011, também veio aclarar melhor o que esta subunidade encerra, sendo que a define como uma subunidade de comando de Oficial subalterno estabelecida na dependência de um DTER, quando por motivos operacionais assim se justifique. O caso mais recente reporta ao antigo PTER da Quarteira, do DTER de Loulé, do CTER de Faro, que foi dotado dos necessários meios humanos e materiais, passando a comando de Oficial subalterno, subindo ao escalão de Subdestacamento Territorial (GNR, 2014, p. 99).

Por último, o critério do sistema de avaliação para a categoria de Guardas, presente no Segmento A3.8. O sistema de avaliação dos militares da GNR, aprovado pela Portaria n.º 279/2000, de 15 de fevereiro (2.ª série do Diário da República), designa-se como Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda Nacional Republicana (RAMMGNR), define o sistema de avaliação do mérito dos militares da Guarda Nacional Republicana e os princípios da sua aplicação. Este é um sistema que vai sofrer alterações com base num estudo realizado e submetido à tutela como o projeto de Sistema de

Avaliação de Desempenho dos Militares da GNR, contudo, à luz do RAMMGNR, a categoria de Guardas não está sujeita a avaliação individual (GNR, 2014, p. 97).

## 5.2. Resultado das entrevistas

A entrevista, presente no Apêndice S, surgiu com base nos critérios levantados nas entrevistas exploratórias presentes no Apêndice R. Como anteriormente referido apenas aqueles que reuniam uma frequência superior ou igual a 2, contribuíram para a elaboração do Guião de Entrevista. A síntese das respostas às questões constam no Apêndice T. Estas foram codificadas em segmentos, como é exposto na análise presente no Apêndices V. Os quadros que a seguir se apresentam fazem a correlação entre os segmentos levantados com a frequência e percentagem<sup>69</sup> existente nas respostas dos entrevistados.

### 5.2.1. Apresentação dos dados recolhidos nas questões

Com base na metodologia já anteriormente apresentada, as respostas dos nossos entrevistados, às questões presentes na entrevista, constante no Apêndice S, são agora expostas, no presente subcapítulo, nas Tabelas n.º 6 à 19, com a respetiva interpretação dos dados daí retirados.

**Tabela n.º 7 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 1**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B1.1	X	X	X	X	X	X	X	X	8	100%

No que concerne às respostas obtidas à Questão n.º 1: **“No seu entendimento como avalia a existência de um Comandante e de pelo menos um Adjunto em quase todos os Destacamentos e Postos Territoriais?”**, todas elas obtiveram unanimidade.

Todos os entrevistados aquando da colocação da pergunta supracitada mencionaram o facto da existência do Comandante e de pelo menos um Adjunto em quase

<sup>69</sup> Todos os dados apresentados das Tabelas n.º 7 à Tabela n.º 19 foram tratados com as ferramentas estatísticas presentes no *Microsoft Office Excel* 2010.

todos os Destacamentos e PTER, ser uma verdadeira mais-valia para o desenrolar da atividade operacional. Os referidos entrevistados salientaram que tal facto permite um maior acompanhamento da atividade operacional e uma maior organização interna, destacando a realidade de nos PTER a situação também se afigurar vantajosa, pese embora a distribuição de funções por vezes ser difícil de fazer entre os militares por forma a não fazerem todos o mesmo horário. Assim, o Segmento B1.1, esteve presente em 100% das respostas dadas pelos nossos entrevistados.

**Tabela n.º 8 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 2**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B2.1	X	X	X	X	X	X	X	X	8	100%

Relativamente às respostas da Questão n.º 2: **“Como avalia a qualidade dos militares que desempenham essas funções?”**, podemos observar que apenas reuniu um segmento, presente em todas as respostas dos nossos entrevistados. Assim, à Questão n.º 2, verificamos que todos concordam com o facto da qualidade dos militares que desempenham as funções de Comandante de DTER e Adjunto, bem como Comandante de PTER e seus Adjuntos, é boa. Portanto o Segmento B2.1 encontrou-se presente em 100 % das respostas dadas à questão mencionada.

**Tabela n.º 9 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 3**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B3.1	X	X	X	X	X		X		6	75%

À Questão n.º 3: **“Como avalia o desempenho dos Núcleos de Investigação Criminal na atualidade?”**, os entrevistados responderam mais uma vez com base num segmento de respostas, desta feita o Segmento B3.1.

À questão suprarreferida podemos observar que seis dos oito entrevistados possuíam nas suas respostas a convicção de que os NIC desempenham um bom serviço na atualidade, contribuindo para tal facto, no entendimento de alguns dos entrevistados, a

perspicácia e a motivação de alguns militares que executam essas funções. Logo, o Segmento B3.1 encontrou-se presente em 75% das respostas obtidas dos nossos entrevistados.

**Tabela n.º 10 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 4**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B4.1	X								1	12,5 %
Segmento B4.2		X	X	X	X				4	50 %

Na Questão n.º 4: **“Como avalia a qualidade das suas investigações?”**, os entrevistados mencionaram dois tipo de respostas que careceram análise.

A primeira prende-se com o Segmento B4.1, com apenas um dos entrevistados a mencionar na sua resposta, a perceção de que as qualidades das investigações, por parte dos NIC, ter diminuído relativamente ao precedente. Para tal justificou-se com a falta de uma boa coordenação.

Num outro prisma, completamente oposto, encontra-se o Segmento B4.2, presente em 50 % das respostas dos nossos entrevistados. Este segmento menciona que os NIC, presentes no CTER de Braga, dirigem investigações com qualidade.

**Tabela n.º 11 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 5**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B5.1	X	X	X	X	X			X	6	75%

Com a Questão n.º 5: **“Considera haver um bom acompanhamento por parte da cadeia de comando?”**, identificamos que mais uma vez houve uma unanimidade nas respostas em análise.

Dos nossos oito entrevistados, seis deles mencionaram o Segmento B5.1 nas suas respostas, perfazendo um total de 75% de presença do segmento.

Os entrevistados que vão ao encontro deste segmento salientaram que, neste momento, o acompanhamento por parte da cadeia de comando dos NIC é menor. Na ótica

dos mesmos, contribui para este facto o afastamento das cadeias de comando dos NIC, ou seja, a passagem para a dependência das SIIC, deixando de haver tanto apoio, supervisão e coordenação.

**Tabela n.º 12 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 6**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B6.1	X	X	X	X	X	X		X	7	87,5%
Segmento B6.2							X		1	12,5%

As respostas à Questão n.º 6: **“De que forma a carga burocrática, a que os militares se sujeitam no seu normal desempenho das funções, influencia a atividade operacional?”**, dividem-se em dois tipos de segmentos.

O primeiro segmento é o que reúne maior consenso entre os entrevistados com sete, dos nossos oito entrevistados, a irem ao encontro do estipulado no Segmento B6.1. Assim, 87,5% das respostas, estão de acordo que a carga burocrática a que os militares estão sujeitos, influencia negativamente a atividade operacional. Para tal, no entendimento destes entrevistados, este facto justifica-se com estarem sempre a pedir a mesma informação aos militares que andam nas patrulhas ou ao escalão mais baixo e haver um dispêndio de tempo desnecessário com a inserção de dados, obrigando os militares a encurtar os seus tempos de serviço, por forma a garantirem que os dados são inseridos, afastando-os do local que deveriam estar, na rua, a patrulhar e a fiscalizar. Alguns dos entrevistados salientam ainda que aquando da apresentação de uma queixa, por parte do cidadão, o sistema informático que suporta o preenchimento da mesma, trazer constrangimentos de tempo, quer para o militar, quer para o cidadão.

Num outro sentido vai o Segmento B6.2, existente em 12,5% das respostas dos nossos entrevistados, que apesar de salientar que os militares perdem tempo com a carga burocrática, esta é importante em alguns aspetos e como tal tem de ser realizada.

**Tabela n.º 13 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 7**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B7.1	X	X	X	X	X	X	X	X	8	100%

As respostas à Questão n.º 7: **“Na sua opinião, até que ponto seria benéfico um sistema de avaliação para a categoria de Guardas?”**, foram unânimes.

Todas as respostas dos nossos entrevistados registaram o Segmento B7.1, que refere ser bastante positiva a possibilidade de haver um sistema de avaliação para a categoria de Guardas. Assim, em virtude de fundamentarem esta afirmação, os entrevistados mencionaram que era urgente haver uma intervenção, que fosse neste sentido, para que os militares mais empenhados no cumprimento das suas funções, pudessem ser destacados perante aqueles que, num sentido oposto, não têm o mesmo empenho. Salientam ainda que esta deveria ser implementada mesmo correndo o risco de não ser 100% imparcial, pois por mais injusta que uma avaliação parcial seja, é pior não haver avaliação nenhuma. Por último, mencionam que esta avaliação deveria ter influência nas suas promoções.

**Tabela n.º 14 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 8**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B8.1	X	X			X				3	37,5%
Segmento B8.2			X	X		X	X	X	5	62,5%

No que diz respeito às respostas da Questão n.º 8: **“Como analisa o número de efetivos que tem à sua disposição para o cumprimento de todas as tarefas lhe que estão cometidas, no âmbito da missão da GNR?”**, estas reuniram-se em dois tipos de segmentos, o Segmento B8.1 e o Segmento B8.2.

No que concerne ao primeiro segmento, este menciona que os militares à disposição são suficientes para o cumprimento da missão e serviço da Guarda. Este ponto de vista encontra-se presente em 37,5% das respostas recebidas.

No segmento seguinte, verificamos que o mesmo encontra-se em 62,5% das respostas dos nossos entrevistados, salientando o facto do número de efetivos, à disposição para o cumprimento de todas as tarefas que estão cometidas, no âmbito da missão da GNR, ser manifestamente reduzido.



Tabela n.º 15 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 9

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B9.1	X	X	X	X	X	X	X	X	8	100%

No que concerne à Questão n.º 9: **“De que forma o novo sistema de folgas influencia a atividade operacional?”**, as respostas foram unânimes.

O Segmento B9.1 esteve presente em 100% das respostas dos nossos entrevistados. Os mesmos salientam que a atividade operacional ficou comprometida com a última alteração do sistema de folgas. Para sustentar esta opinião, ressaltam que o grande constrangimento deste novo sistema de folgas faz-se sentir essencialmente no período de fim de semana, uma vez que, como foi explicado anteriormente no subcapítulo 5.1.2, a Circular n.º 19/2014, de 29 de dezembro de 2014, que veio uniformizar este direito, passou a folga semanal para o 6.º dia, em sistema de rotatividade, e a folga mensal, sempre que calhe o gozo da folga semanal a um sábado, para o domingo, com vista ao militar ter direito, sempre que possível, a um fim de semana por mês. Ora, este facto, no entendimento dos nossos entrevistados, dificulta o cumprimento de todas as solicitações ao fim de semana. Contudo, alguns dos entrevistados fazem questão de mencionar que este novo sistema de folgas é mais vantajoso para o militar, visto que a folga semanal vem mais cedo, isto é ao 6.º dia, ao contrário do precedente que, por prática recorrente das subunidades, vinha sendo ao 8.º dia.

Tabela n.º 16 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 10

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B10.1	X	X	X	X		X	X	X	7	87,5%

Em análise à Questão n.º 10: **“É um facto que os Postos de Territoriais de Ruilhe e Rossas, têm à sua disposição, 5 e 6 militares respetivamente, como avalia a existência destes Postos?”**, verificamos que sete dos nossos entrevistados responderam à questão com base no Segmento B10.1.

Assim, o segmento suprarreferido, presente em 87,5% das respostas obtidas, menciona que os PTER de Ruilhe e Rossas são desnecessários não havendo razões para ainda se encontrarem em funcionamento.

**Tabela n.º 17 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 11**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B11.1	X	X	X		X	X	X	X	7	87,5%
Segmento B11.2				X					1	12,5%

As respostas à Questão n.º 11: **“Os Postos de Territoriais de Barcelos e Fafe são os maiores Postos do Comando, no que concerne ao efetivo disponível com 53 e 47 militares, respetivamente. Atendendo a este facto, como analisa uma possível passagem destes Postos Territoriais a Subdestacamentos?”**, reuniram duas hipóteses divididas pelo Segmento B11.1 e o Segmento B11.2.

O primeiro segmento levantado, presente em 87,5% das respostas, prende-se com o facto de os nossos entrevistados considerarem a passagem dos PTER de Barcelos e de Fafe a Subdestacamentos Territoriais, como um aspeto positivo e com vantagens para o funcionamento do serviço, visto que, a passagem a Subdestacamento Territorial e consequente atribuição de comando a um Oficial subalterno, iria aumentar o enquadramento dos militares presentes naquele PTER.

Num outro sentido vai a resposta que originou o Segmento B11.2, com 12,5%. Esta menciona a desconfiança nos benefícios da passagem destes dois PTER a Subdestacamentos Territoriais.

**Tabela n.º 18 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 12**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B12.1		X				X		X	3	37,5%
Segmento B12.2			X	X			X		3	37,5%

Em análise à Questão n.º 12: **“Fruto da curta distância entre o Posto Territorial do Sameiro e o Posto Territorial de Braga, como analisa a possibilidade de fecho do Posto Territorial do Sameiro e da passagem do Posto Territorial de Braga a**

**Subdestacamento?”**, constatamos que as respostas derivaram em dois segmentos de igual percentagem de presença nas respostas.

No que concerne ao Segmento B12.1, presente em 37,5% das respostas dos nossos entrevistados, este menciona que o fecho do PTER do Sameiro e passagem do PTER de Braga a Subdestacamento Territorial seria um facto positivo. De ressaltar a menção a um possível aumento no patrulhamento, com o fecho do PTER do Sameiro, presente numa das respostas dos nossos entrevistados.

Ao analisarmos o Segmento B12.2, presente em 37,5% das respostas dos nossos entrevistados, constatamos que o mesmo número de respostas contém uma opinião contrária, isto é, o fecho do PTER de Sameiro e passagem do PTER de Braga a Subdestacamento Territorial não seria uma boa ideia.

**Tabela n.º 19 - Análise Quantitativa da Frequência dos Segmentos das Respostas à Questão n.º 13**

Fonte: Autor

Segmentos das respostas	Entrevistado n.º								Frequência (n)	Percentagem (%)
	8	9	10	11	12	13	14	15		
Segmento B13.1	X	X			X	X		X	5	62,5%
Segmento B13.2			X	X			X		3	37,5%

Por último, no que concerne à Questão n.º 13: **“Como avalia o facto dos Postos Territoriais de Lordelo, Riba de Ave e Vila das Aves distarem entre eles, aproximadamente, 2 quilómetros em linha reta?”**, foi possível verificar que as respostas dos nossos entrevistados têm por base dois segmentos.

No primeiro segmento, o Segmento B13.1, constante em 62,5% das respostas obtidas, verificamos, não se justificar a existência de PTER tão próximos uns dos outros. Sustentam este pensamento como não sendo vantajoso para o serviço a existência de PTER tão próximos, apresentando algumas soluções para o fecho do PTER de Riba de Ave, concentrando o efetivo no PTER de Joane.

Quanto ao Segmento B13.2, presente em 37,5% das respostas obtidas, verificamos que o pensamento vai no sentido oposto, ou seja, não consideram que a existência destes três PTER, próximos uns dos outros, seja uma vulnerabilidade à organização do dispositivo territorial do CTER de Braga. Para tal, é destacado que a zona adstrita à responsabilidade dos PTER em questão é merecedora de tal dispositivo no terreno.

### 5.2.2. Interpretação dos resultados das questões

Após a apresentação dos resultados obtidos das entrevistas, presente no subcapítulo 5.2.1, cabe agora fazer uma interpretação dos dados com vista a uma posterior confrontação, no capítulo final da presente investigação, com as nossas hipóteses levantadas.

Na análise à Questão n.º 1: “No seu entendimento como avalia a existência de um Comandante e de pelo menos um Adjunto em quase todos os Destacamentos e Postos Territoriais?” constatamos que o facto de existir um cadeia de comando bem representada, no que diz respeito ao número de elementos, é potenciadora do trabalho desenvolvido naquele CTER, materializando-se como uma vantagem no que concerne aos RH a desempenharem funções de comando.

Dos resultados apresentados à Questão n.º 2: “Como avalia a qualidade dos militares que desempenham essas funções?” podemos constatar que os mesmos são de boa qualidade sendo este também um fator potenciador do trabalho desenvolvido naquele CTER, sendo uma vantagem no que aos RH diz respeito.

Da Questão n.º 3: “Como avalia o desempenho dos Núcleos de Investigação Criminal na atualidade?” os resultados apresentados apontam, o desempenho dos NIC, como um aspeto positivo no serviço desenvolvido naquele CTER, tornando-se assim como uma vantagem no âmbito do serviço operacional.

Dos resultados apresentados à Questão n.º 4: “Como avalia a qualidade das suas investigações?” estes não são tão expressivos, contudo, podemos salientar que a qualidade das investigações ainda são um ponto de referência, consubstanciando-se como uma vantagem no serviço operacional desempenhado.

Da Questão n.º 5: “Considera haver um bom acompanhamento por parte da cadeia de comando?”, verificamos que os resultados são expressivos na formulação da convicção de que esta, nos dias que correm, é uma vulnerabilidade para o serviço operacional visto considerarem não haver o melhor acompanhamento.

Relativamente à Questão n.º 6: “De que forma a carga burocrática, a que os militares se sujeitam no seu normal desempenho das funções, influencia a atividade operacional?” as respostas obtidas são bastante expressivas na convicção de que o serviço operacional é influenciado negativamente sendo esta mais um vulnerabilidade para o mesmo.

No que concerne à Questão n.º 7: “Na sua opinião, até que ponto seria benéfico um sistema de avaliação para a categoria de Guardas?”, os resultados obtidos não poderiam ser mais expressivos na transmissão da lacuna que é, na opinião dos entrevistados, a inexistência de um sistema de avaliação para a categoria de Guardas. Assim, esta lacuna torna-se numa vulnerabilidade que diz respeito aos RH daquele CTER.

Das respostas efetuadas à Questão n.º 8: “Como analisa o número de efetivos que tem à sua disposição para o cumprimento de todas as tarefas lhe que estão cometidas, no âmbito da missão da GNR?”, apesar de não ser um resultado muito expressivo, verificamos o destaque para os RH afetos ao cumprimento de todas as tarefas serem escassos, sendo esta mais uma vulnerabilidade neste âmbito.

Relativamente às respostas obtidas à Questão n.º 9: “De que forma o novo sistema de folgas influencia a atividade operacional?”, os nossos entrevistados não deixam dúvidas da sua convicção, esta é uma vulnerabilidade para o serviço operacional.

As respostas à Questão n.º 10: “É um facto que os Postos de Territoriais de Ruilhe e Rossas, têm à sua disposição, 5 e 6 militares respetivamente, como avalia a existência destes Postos?”, são perentórias na convicção dos nossos entrevistados que a existência destes PTER, nestes moldes, são uma vulnerabilidade para a organização do dispositivo territorial do CTER de Braga.

Com base nas respostas à Questão n.º 11: “Os Postos de Territoriais de Barcelos e Fafe são os maiores Postos do Comando, no que concerne ao efetivo disponível com 53 e 47 militares, respetivamente. Atendendo a este facto, como analisa uma possível passagem destes Postos Territoriais a Subdestacamentos?” podemos afirmar que a manutenção destas subunidades como PTER é um fator de vulnerabilidade para a organização do dispositivo territorial do CTER de Braga.

Dos resultados apresentados à Questão n.º 12: “Fruto da curta distância entre o Posto Territorial do Sameiro e o Posto Territorial de Braga, como analisa a possibilidade de fecho do Posto Territorial do Sameiro e da passagem do Posto Territorial de Braga a Subdestacamento?” estes não foram conclusivos ao ponto de afirmar que a existência do PTER do Sameiro e a passagem a Subdestacamento Territorial, por parte do PTER de Braga, fosse uma vantagem ou um vulnerabilidade.

Por fim, e com base nas respostas dadas pelos nossos entrevistados à Questão n.º 13: “Como avalia o facto dos Postos Territoriais de Lordelo, Riba de Ave e Vila das Aves distarem entre eles, aproximadamente, 2 quilómetros em linha reta?” retiramos que a

proximidade entre os PTER indicados confere uma vulnerabilidade para a organização do dispositivo territorial do CTER de Braga.

Assim, com vista a uma melhor perceção do que consubstanciou uma vantagem ou uma vulnerabilidade, apresenta-se a seguinte tabela. Como iremos, constatar a mesma faz a correlação entre os critérios alcançados, a percentagem de frequência, a área a que esse critério corresponde, se confere uma vantagem ou uma vulnerabilidade para o dispositivo do CTER de Braga e, por último, a que hipótese se reporta o critério alcançado.

**Tabela n.º 20 – Vantagens e vulnerabilidades do dispositivo territorial**

Fonte: Autor

<b>Critério</b>	<b>(%)</b>	<b>Área</b>	<b>Vantagem</b>	<b>Vulnerabilidade</b>	<b>Hipótese</b>
Cadeias de comando completas com um ou mais Adjuntos	100	Recursos Humanos	X		H 2
Boa qualidade dos militares que desempenham funções de comando	100	Recursos Humanos	X		H 2
Bom desempenho dos militares do NIC	75	Serviço Operacional	X		H 5
Os NIC desenvolvem investigações com qualidade	50	Serviço Operacional	X		H 5
Mau acompanhamento dos NIC por parte das suas cadeias de comando	75	Serviço Operacional		X	H 6
Elevada carga burocrática no normal desempenho das funções	87,5	Serviço Operacional		X	H 7
Inexistência de um sistema de avaliação para a categoria de Guardas	100	Recursos Humanos		X	H 4
Não existem RH suficientes para o cumprimento de todas as tarefas que estão cometidas	62,5	Recursos Humanos		X	H 3
Novo sistema de folgas prejudica a atividade operacional	100	Serviço Operacional		X	H 8
PTER de Ruilhe e Rossas deveriam fechar	87,5	Organização do dispositivo		X	H 1
Manutenção dos PTER de Barcelos e Fafe apenas como PTER	87,5	Organização do dispositivo		X	H 1
Os PTER de Sameiro e Braga devem manter-se	37,5	Organização do dispositivo	X		H 1
Mau posicionamento dos PTER de Lordelo e Riba de Ave	62,5	Organização do dispositivo		X	H 1

## Capítulo 6

### Conclusões e Recomendações

#### 6.1. Verificação das hipóteses e resposta às questões derivadas

Chegamos então ao epílogo da nossa investigação onde a análise efetuada ao longo do nosso trabalho de campo irá confrontar as hipóteses anteriormente levantadas.

Como foi estabelecido no subcapítulo 5.1, as hipóteses previamente estipuladas surgiram das entrevistas exploratórias<sup>70</sup> efetuadas a sete Oficiais da GNR, todos eles do CTER de Braga, que desempenham as funções de Comandante Territorial, 2.º Comandante Territorial e Chefes da Secção do CTER de Braga. De seguida, com a aplicação das entrevistas<sup>71</sup> a oito Oficiais da GNR, sendo estes os Comandantes e respetivos Adjuntos do dispositivo territorial do CTER de Braga, isto é, dos DTER de Barcelos, Braga, Guimarães e Póvoa de Lanhoso, obtivemos as respostas explanadas ao longo do subcapítulo 5.2.

Assim, com base nesta linha abordagem, foi feita a correspondência das respostas obtidas com as hipóteses levantadas. Para as várias respostas que correspondiam a uma única hipótese foi calculada uma média, que visa a obtenção de resultados o mais fidedignos possível. Resta ainda referir que consideramos as hipóteses serem totalmente verificadas quando obtenham o valor de 100%; verificada, quando obtenham valores entre 100% e 80%, inclusive; parcialmente verificada com valores entre os 80% e os 50%, inclusive; não verificada com valores entre os 50% e os 0%; e por último, totalmente não verificada com o valor de 0% (Sarmiento, 2013, p. 15).

Relativamente à **H 1** considera-se **verificada** com 68,75%. Para esta hipótese afluíram respostas a quatro questões efetuadas aos nossos entrevistados na área da organização do dispositivo. Posto isto, estamos aptos a responder à **QD 1** afirmando que o dispositivo territorial do CTER de Braga, no que concerne à sua organização, possui dois PTER, de Ruilhe e Rossas, que não deveriam existir, pelo menos nos moldes em que

---

<sup>70</sup> Cfr. Apêndice R.

<sup>71</sup> Cfr. Apêndice S.

atualmente existem, isto é, com um número muito reduzido de efetivo. Possui também dois PTER, o de Barcelos e o de Fafe, que no entendimento dos entrevistados, seria uma mais-valia a passagem dos mesmos a Subdestacamentos Territoriais. Por último, existem dois PTER, Lordelo e Riba de Ave, do CTER de Braga, que devido à sua proximidade, bem como a um outro PTER de um outro CTER, encontram-se mal posicionados. Estas foram as vulnerabilidades identificadas ao longo da presente investigação ao que à organização do dispositivo territorial diz respeito. Uma última palavra para realçar o facto de ao longo da presente investigação não terem sido mencionados aspetos positivos no que concerne à organização do dispositivo.

A **H 2** considera-se **totalmente verificada** com 100%. Para esta hipótese concorrem as respostas a duas das questões efetuadas aos entrevistados na área dos RH. A **H 3** considera-se **verificada** com 62,5%. Para esta hipótese apenas foram consideradas as respostas a uma das questões efetuadas aos entrevistados na área dos RH. A **H 4** considera-se **totalmente verificada** com 100%. Para esta hipótese apenas foram consideradas as respostas a uma das questões na área dos RH. Após a verificação das hipóteses anteriormente referidas neste parágrafo, encontram-se reunidas as condições para a resposta à **QD 2**. Assim, foi destacado na presente investigação o facto das cadeias de comando do dispositivo territorial, tanto ao nível dos DTER como ao nível dos PTER, estarem bem guarnecidas quer em quantidade quer em qualidade consubstanciando-se como um aspeto muito positivo. Estas foram as vantagens a que a presente investigação chegou no que concerne aos RH do dispositivo territorial. No que diz respeito às vulnerabilidades observadas, destaca-se a inexistência de um sistema de avaliação para a categoria de Guardas, bem como os RH disponíveis para a atividade operacional não serem os suficientes para o cumprimento de todas as tarefas associadas ao serviço da GNR.

A **H 5** considera-se **verificada** com 62,5%. Para esta hipótese confluíram as respostas a duas das questões, desta feita, na área do serviço operacional. A **H 6** considera-se **não verificada** com 25%. Para esta hipótese concorreram as respostas a apenas uma das questões na área do serviço operacional. A **H 7** considera-se **verificada** com 87,5%. Para esta hipótese convergiram as respostas a apenas uma das questões na área do serviço operacional. A **H 8** considera-se **totalmente verificada** com 100%. Para esta hipótese afluíram as respostas a apenas uma das questões na área do serviço operacional. Expostas e verificadas as hipóteses que contribuem na resposta à **QD 2**, podemos concluir que as funções exercidas pelos militares dos NIC são uma mais-valia para os resultados operacionais obtidos naquele CTER. Os mesmos são preponderantes quer no seu



desempenho, quer na qualidade das investigações que desenvolvem. Estes são os fatores que contribuem para as vantagens inerentes ao serviço operacional desenvolvido no CTER de Braga. Aliado às vulnerabilidades existentes temos o acompanhamento deficitário dos NIC por parte da sua cadeia de comando, bem como, num outro âmbito, os constrangimentos para o serviço operacional que o novo sistema de folgas tem trazido.

## **6.2. Reflexão final**

Analisando os resultados atingidos e a verificação das hipóteses, consideramos que o OG deste TIA foi alcançado com sucesso. Para tal a consecução com êxito dos OE foram preponderantes. Foram identificadas as vantagens e vulnerabilidades do dispositivo territorial do CTER de Braga de acordo com as áreas investigadas, nomeadamente, organização do dispositivo, RH e serviço operacional.

A questão central **“Quais as vantagens e vulnerabilidades do dispositivo territorial do Comando Territorial de Braga?”** foi respondida ao longo da confirmação das hipóteses restando assim construir a resposta da mesma de forma estruturada.

Como vantagens inerentes ao dispositivo territorial do CTER de Braga, a nossa investigação conclui que as cadeias de comando do dispositivo territorial, tanto ao nível dos DTER como ao nível de PTER, estão bem guarnecidas quer em quantidade quer em qualidade consubstanciando-se como um aspeto muito positivo. Podemos também concluir que as funções exercidas pelos militares dos NIC são uma mais-valia para os resultados operacionais obtidos naquele CTER. Os mesmos são preponderantes quer no seu desempenho, quer na qualidade das investigações que desenvolvem.

Como vulnerabilidades identificadas ao dispositivo territorial do CTER de Braga ao longo do presente TIA temos o acompanhamento deficitário dos NIC por parte da sua cadeia de comando, a elevada carga burocrática associada ao normal desempenho das funções, a inexistência de um sistema de avaliação para a categoria de Guardas, a escassez de RH para o cumprimento de todas as tarefas que estão cometidas à GNR, os constrangimentos à atividade operacional que o novo sistema de folgas encerra, a existência de PTER, nomeadamente, Ruilhe e Rossas, que não deveriam existir nos atuais moldes, a manutenção das subunidades de Barcelos e Fafe apenas como PTER e por último, o mau posicionamento dos PTER de Lordelo e Riba de Ave.

### **6.3. Limitações**

Como limitações associadas a este TIA destacamos como principais a pouca experiência no domínio da metodologia existente, bem como o tempo disponível para elaboração do mesmo.

O fator tempo condicionou de sobremaneira a abrangência do estudo, limitando-nos a uma análise da organização do dispositivo, dos RH e do serviço operacional desempenhado no CTER de Braga.

Uma outra dificuldade sentida por parte do investigador foi o pouco conhecimento dos constrangimentos vividos no dia-a-dia dos militares no dispositivo territorial. Apesar da formação ministrada na Academia Militar ser vasta, diversificada e enriquecedora, preparando os futuros Oficiais dos quadros da GNR para os desafios do futuro, a mesma não permite ter um conhecimento tão aprofundado da realidade sentida nos CTER.

### **6.4. Propostas para futuras investigações e desafios**

Apesar da investigação aqui apresentada ter-se cingido ao CTER de Braga, penso que seria proveitoso para uma futura investigação proceder a uma análise de todos os outros CTER a nível nacional. Esta análise possibilitaria uma boa base de informação, junto daqueles que experienciam as vantagens e vulnerabilidades dos seus CTER diariamente, com vista a uma correta observação do dispositivo territorial da GNR.

Pese embora, a investigação suprarreferida necessitasse de muito tempo, a mesma decerto seria extremamente proveitosa nas informações e conclusões recolhidas tendo uma base de sustentação sólida para apoiar futuras decisões de melhoramento nesta área.

## **Bibliografia**

### **Livros e Monografias:**

Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana – Contradições e Ambiguidades*. (1.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Chiavenato, I. (2008). *Recursos Humanos: o capital humano das organizações*. (9.<sup>a</sup> Ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.

3

Fortin, M. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à realização*. Loures: Lusociência.

FREIXO, M. (2009). *Metodologia científica : fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa : Instituto Piaget.

GNR. (1996). *Manual de Operações — Volume I*. Lisboa: CEGRAF/GNR.

Oliveira, M. M. (2005). *Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses*. (3.<sup>a</sup> Ed.). Rio de Janeiro: Elsevier

Peretti, J. (1996). *Recursos Humanos*. (3.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (4.<sup>a</sup>Ed.). Lisboa: Gradiva

Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

### **Artigos:**

Rodrigues, A. (2014). A Guarda Nacional Republicana e a implantação da República. *Cadernos do IESM*. N.º 2, 17-26.

**Documentos On-line:**

American Psychological Association (s.d.). *Normas para a elaboração de Bibliografias, Referências Bibliográficas e Citações*. Retirado: janeiro, 22, 2015, de [http://c3congresso2013.web.ua.pt/wp-content/uploads/2013/05/Normas\\_APA6th.Portuguese.pdf](http://c3congresso2013.web.ua.pt/wp-content/uploads/2013/05/Normas_APA6th.Portuguese.pdf)

GNR (1824). *Memorial de official da Guarda Real da Polícia de Lisboa*. Retirado: janeiro, 10, 2015, de <http://www.arquivomuseugnr.pt/Edicoes/002%201824%20-%20Memorial%20Oficial%20GRP%20Lisboa.pdf>

GNR (1949). *A Guarda Real de Polícia. Esboço Histórico*. Retirado: janeiro, 10, 2015, de <http://www.arquivomuseugnr.pt/Edicoes/001%201949%20-%20Guarda%20Real%20Policia%20Esboço%20Historico.pdf>

GNR (2008). Relatório de Atividades. Retirado: junho, 15, 2015, de [http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421\\_FDDL](http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421_FDDL)

GNR (2009). Relatório de Atividades. Retirado: junho, 15, 2015, de [http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421\\_FDDM](http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421_FDDM)

GNR (2010). Relatório de Atividades. Retirado: junho, 15, 2015, de [http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421\\_FDED](http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421_FDED)

GNR (2011). Relatório de Atividades. Retirado: junho, 15, 2015, de [http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421\\_FDEE](http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421_FDEE)

GNR (2012). Relatório de Atividades. Retirado: junho, 15, 2015, de [http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421\\_FDEF](http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421_FDEF)

GNR (2013). Relatório de Atividades. Retirado: junho, 15, 2015, de [http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421\\_FDEG](http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421_FDEG)

GNR (2014). Relatório de Atividades. Retirado: junho, 15, 2015, de [http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421\\_FDEH](http://www.gnr.pt/default.asp?do=t04/14tn0vCnnp1/v05647zr0615Tr56n1P1421_FDEH)  
handle/1822/13938

Leite, F., Martins, C., Gonçalves, A., & Vieira, A. (2010). *Os incêndios florestais no Distrito de Braga*. Retirado: junho, 18, 2015, de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>

MAI. (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna 2014*. Retirado: junho, 20, 2015, de [http://www.parlamento.pt/Documents/XIILEG/Abril\\_2015/relatoriosseginterna2014.pdf](http://www.parlamento.pt/Documents/XIILEG/Abril_2015/relatoriosseginterna2014.pdf)

Moura, J. C. (1821). *Plano de polícia geral para todo o reino e Regulamento a bem dos patrões, criados, e criadas de servir: Formação de um corpo de cavalaria, que deve fazer a guarnição de polícia de Portugal, e Algarve*. Retirado: janeiro, 10, 2015, de <http://www.arquivomuseugnr.pt/Edicoes/003%201821%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20hum%20Corpo%20de%20Cavallaria.pdf>

Wheeler, D. (1978). *A Primeira República Portuguesa e a história*. Retirado: janeiro, 10, 2015, de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf>

### **Monografias, Teses, Dissertações Não Editadas:**

Brito, J. (2010). *O modelo de polícia dos Postos da Guarda*. Dissertação apresentada com vista a obtenção do grau de mestre, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Carvalho, C. (2011). *A evolução da gestão de recursos humanos*. Relatório de estágio curricular, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Póvoa, M. (2013). *Policiar Portugal: a Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*. Dissertação apresentada com vista a obtenção do grau de mestre, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

### **Sites Consultados:**

Casa Real Portuguesa. (2015). Cronologia dos Reis de Portugal. *Casa Real Portuguesa Web site*. Acedido janeiro 20, 2015 em <http://www.casarealportuguesa.org/dynamicdata/Cronologia.asp>

INE. (2015). Censos 2011. *Instituto Nacional de Estatística (INE) Web site*. Acedido junho 10, 2015 em [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011\\_apresentacao&xpid=CENSOS](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos2011_apresentacao&xpid=CENSOS)

### **Legislação:**

Decreto de 3 de julho de 1834. Secretário de Estado dos Negócios de Reino. Lisboa.

Decreto n.º 11609/1926 de 26 de abril. *Diário do Governo n.º 89 – I Série*. Ministério do Interior. Lisboa.

Decreto n.º 15825/1928 de 8 de agosto. *Diário do Governo n.º 180 – I Série*. Ministério do Interior. Lisboa. 1653 – 1655.

Decreto n.º 33905/1944 de 02 de setembro. *Diário do Governo n.º 195 – I Série*. Ministério do Interior. Lisboa. 775 – 827.

Decreto n.º 4179/1918 de 20 de abril. *Diário do Governo n.º 93 – I Série*. Ministério do Interior. Lisboa. 563 – 565.

Decreto n.º 5568/1919 de 10 de maio. *Diário do Governo n.º 98 – I Série*. Ministério do Interior. Lisboa. 815 – 819.

Decreto n.º 5787-4S de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo n.º 98 – I Série*. Ministério do Interior. Lisboa. 1346-6 B – 1346-8 I.

Decreto n.º 9394/1924 de 24 de janeiro. *Diário do Governo n.º 18 – I Série*. Ministério do Interior. Lisboa.

Decreto n.º 9512/1924 de 27 de março. *Diário do Governo n.º 60 – I Série*. Ministério do Interior. Lisboa.

Decreto-lei n.º 22/2006 de 2 de fevereiro. *Diário da República n.º 24/06 - I Série*. Assembleia da República. Lisboa. 785 – 787.

Decreto-lei n.º 231/1993 de 26 de junho. *Diário da República n.º 148/93 - I Série*. Assembleia da República. Lisboa. 3493 – 3503.

Decreto-lei n.º 333/1983 de 14 de julho. *Diário da República n.º 160/83 - I Série*. Ministro da Administração Interna. Lisboa. 2578 – 2592.

Despacho n.º 10393/2010 de 22 de junho. *Diário da República n.º 119/10 - II Série*. Ministro da Administração Interna. Lisboa. 33856 – 33891.

Diário do Governo de 13 de outubro de 1910. N.º 7. Presidência do Governo Provisório da República Portuguesa. Lisboa.

Diário do Governo de 4 de maio de 1911. N.º 103. Ministério do Interior. Lisboa.

Lei n.º 1/1913 de 1 de Julho. *Diário do Governo n.º 151*. Ministério do Interior. Lisboa. 2414 – 2417.

Lei n.º 1242/1922 de 6 de março. *Diário do Governo n.º 45 – I Série*. Ministério do Interior. Lisboa.

Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro. *Diário da República n.º 213/07 - I Série*. Assembleia da República. Lisboa. 8043-8051.

Portaria nº 279/2000 de 15 de fevereiro. *Diário da República n.º 38/00 - II Série*. Ministro da Administração Interna. Lisboa. 3070 – 3085.

**Outros:**

Academia Militar – Direção de Ensino (2013). NEP 520/2ª/01JUN13/AM. Lisboa: Academia Militar.

Guarda Nacional Republicana – Comando Operacional – Direção de Operações (2011). *NEP n.º 3/43, de 30 de dezembro*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Guarda Nacional Republicana – Comando Operacional (2014). *Circular n.º 19/2014 – P, de 29 de dezembro*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

# APÊNDICES



## Apêndice A

### Síntese das hipóteses

Quadro n.º 3 - Síntese das hipóteses

Fonte: Autor

Questão Central	Questões Derivadas	Hipóteses
Quais as vantagens e vulnerabilidades do dispositivo do Comando Territorial de Braga?	Quais as principais vantagens e vulnerabilidades da organização do atual dispositivo Territorial do Comando Territorial de Braga?	H 1: Existem PTER do CTER de Braga que deveriam ser reajustados.
	Quais as principais vantagens e vulnerabilidades associadas aos Recursos Humanos disponíveis no Comando Territorial de Braga?	H 2: A qualidade e quantidade dos Recursos Humanos a desempenhar as funções de comando do dispositivo territorial é boa.
		H 3: Existe pouco efetivo para o desempenho do serviço operacional.
		H 4: A inexistência de um sistema de avaliação da categoria de Guardas é uma vulnerabilidade.
	Quais as principais vantagens e vulnerabilidades associadas ao serviço operacional desenvolvido pelo Comando Territorial de Braga?	H 5: Os NIC do CTER de Braga atingem bons resultados.
		H 6: Os NIC do CTER de Braga têm um bom acompanhamento por parte das cadeias de comando.
		H 7: A existência de demasiada carga burocrática associada ao serviço diário é prejudicial
		H 8: O novo sistema de folgas causa constrangimentos ao serviço operacional.

## Apêndice B

### Batalhão n.º 1 de Lisboa

Batalhão	Batalhão n.º 1 Lisboa			
	1.ª Comp Carmo	2.ª Comp Paulistas	3.ª Comp Alcântara	4.ª Comp Estrela
Secções	Carmo	Paulistas	Alcântara	Estrela
	Carmo	Paulistas	Alcântara	Estrela
	Carmo	Paulistas	Torres Vedras	Sintra

**Figura n.º 1 - Batalhão n.º 1 de Lisboa**

Fonte: Adaptado de Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.

## Apêndice C

### Batalhão n.º 2 de Lisboa

Batalhão	Batalhão n.º 2 Lisboa			
	1.º Comp Loios	2.º Comp Santa Bárbara	3.º Comp Santarém	4.º Comp Leiria
Secções	Loios	Santa Bárbara		
	Loios	Santa Bárbara	Santarém	Leiria
	Loios	Santa Bárbara	Tomar	Caldas da Rainha
	Barreiro	Setúbal		

**Figura n.º 2 - Batalhão n.º 2 de Lisboa**

Fonte: Adaptado de Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.

## Apêndice D

### Grupo de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana

Grupo	Grupo Lisboa		
Esquadrões	1.º Esq Carmo	2.º Esq Cabeço de Bola	3.º Esq Alcântara
Pelotões	Carmo	Cabeço de Bola	Alcântara
	Carmo	Cabeço de Bola	Alcântara
	Carmo	Cabeço de Bola	Alcântara

**Figura n.º 3 - Grupo de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana**

Fonte: Adaptado de Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.

**Apêndice E**  
**Batalhão n.º 3 de Évora**

Batalhão	Batalhão n.º 3 Évora			
	1.º Comp Faro	2.º Comp Beja	3.º Comp Évora	4.º Comp Portalegre
Secções	Faro	Beja	Évora	Portalegre
	Vila Real de Santo António	Mértola	Estremoz	Elvas
	Lagos			

**Figura n.º 4 - Batalhão n.º 3 de Évora**

Fonte: Adaptado de Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.

**Apêndice F**  
**Batalhão n.º 4 de Viseu**

Batalhão	Batalhão n.º 4 Viseu				
Companhias	1.ª Comp Viseu	2.ª Comp Castelo Branco	3.ª Comp Coimbra	4.ª Comp Aveiro	5.ª Comp Guarda
Secções	Viseu	Castelo Branco	Figueira da Foz	Aveiro	Guarda
	Lamego	Covilhã	Coimbra	Vila de Feira	Pinhel
			Arganil		

**Figura n.º 5 - Batalhão n.º 4 de Viseu**

Fonte: Adaptado de Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.

**Apêndice G**  
**Batalhão n.º 5 do Porto**

Batalhão	Batalhão n.º 5 Porto			
	1.º Comp Carmo	2.º Comp Carmo	3.º Comp Carmo	4.º Comp São Brás
Secções	Carmo	Carmo	Carmo	São Brás
	Carmo	Carmo	Carmo	São Brás
	Carmo	Carmo	Gaia	Penafiel

**Figura n.º 6 - Batalhão n.º 5 do Porto**

Fonte: Adaptado de Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.

## Apêndice H

### Batalhão n.º 6 de Braga

Batalhão	Batalhão n.º 6 Braga			
Companhias	1.ª Comp Braga	2.ª Comp Viana do Castelo	3.ª Comp Vila Real	4.ª Comp Bragança
Secções	Braga	Viana do Castelo	Vila Real	Bragança
	Guimarães	Valença	Chaves	Mirandela
				Torre de Moncorvo

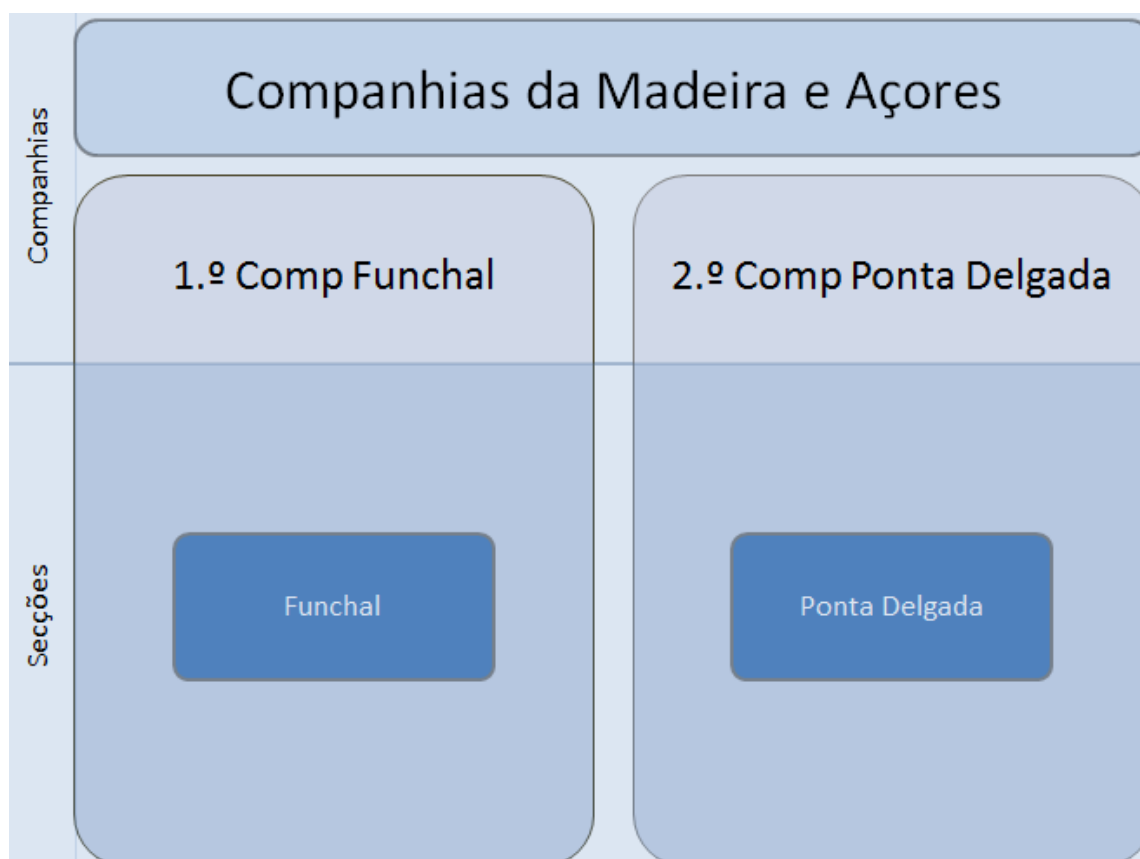
**Figura n.º 7 - Batalhão n.º 6 de Braga**

Fonte: Adaptado de Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.



## Apêndice I

### Companhias da Madeira e Açores



**Figura n.º 8 – Companhias da Madeira e Açores**

Fonte: Adaptado de Diário do Governo n.º 103 de 4 de maio de 1911.

## Apêndice J

### Postos Territoriais por concelhos do Grupo Territorial de Braga

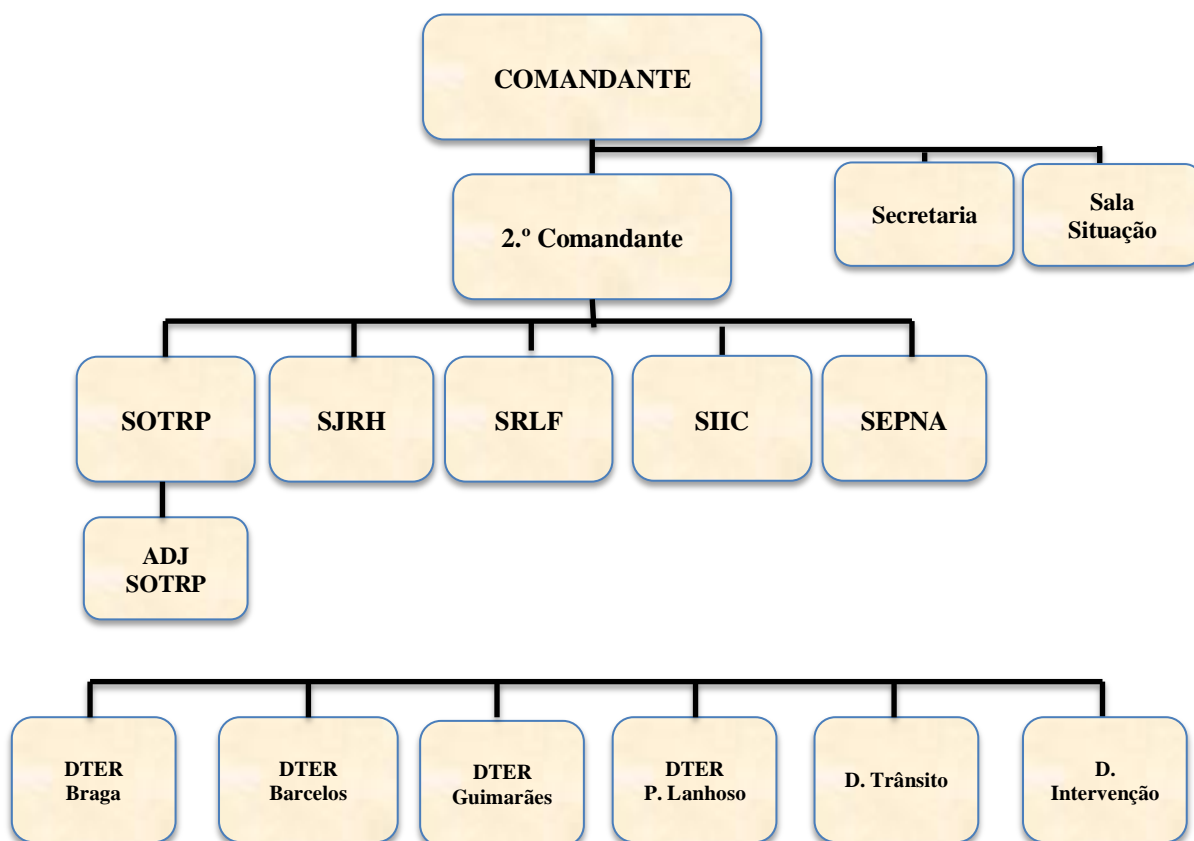
**Quadro n.º 4 - Postos Territoriais por concelhos do Grupo Territorial de Braga**

Fonte: Adaptado dos dados fornecidos pelo Comando Territorial de Braga

Grupo Territorial de Braga		
Destacamentos Territoriais	Concelhos	Postos Territoriais
Barcelos	Barcelos	Barcelos
	Esposende	Esposende
	Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão
		Joane
		Riba d'Ave
Braga	Braga	Braga
		Ruilhe
		Sameiro
		Bom Jesus
	Vila Verde	Vila Verde
Guimarães	Guimarães	Prado
		Guimarães
		Caldas das Taipas
		São Torcato
	Vizela	Lordelo
		Vizela
		Fafe
	Cabeceiras de Basto	Fafe
	Celorico de Basto	Cabeceiras de Basto
Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Celorico de Basto
	Terras de Bouro	Póvoa de Lanhoso
		Terras de Bouro
	Amares	Gerês
		Amares
	Vieira do Minho	Vieira do Minho
		Rossas

## Apêndice K

### Organograma do Comando Territorial de Braga



**Figura n.º 9 – Organograma do Comando Territorial de Braga**

Fonte: Adaptado dos dados fornecidos pelo Comando Territorial de Braga e pelo Comando Operacional.

## Apêndice L

### Postos Territoriais por concelhos do Comando Territorial de Braga

**Quadro n.º 5 – Postos Territoriais por concelhos do Comando Territorial de Braga**

Fonte: Adaptado dos dados fornecidos pelo Comando Territorial de Braga

Comando Territorial de Braga		
Destacamentos Territoriais	Concelhos	Postos Territoriais
Barcelos	Barcelos	Barcelos
	Esposende	Esposende
	Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão
		Joane
		Riba d'Ave
Braga	Braga	Braga
		Ruilhe
		Sameiro
	Vila Verde	Vila Verde
Guimarães	Guimarães	Prado
		Guimarães
		Caldas das Taipas
	Vizela	Lordelo
		Vizela
	Fafe	Fafe
	Cabeceiras de Basto	Cabeceiras de Basto
	Celorico de Basto	Celorico de Basto
Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Póvoa de Lanhoso
	Terras de Bouro	Terras de Bouro
		Gerês
	Amares	Amares
	Vieira do Minho	Vieira do Minho
		Rossas

## Apêndice M

### Densidade populacional por concelho

**Tabela n.º 21 – Densidade populacional por concelho**

Fonte: Adaptado de INE, 2015

Concelho	Área (km <sup>2</sup> )	População	Densidade (hab/km <sup>2</sup> )
Amares	81.95	18889	230.5
Barcelos	378.9	120391	317.7
Braga	183.4	181494	989.6
Cabeceiras de Basto	241.82	16710	69.1
Celorico de Basto	181.07	20098	111
Esposende	95.41	34254	359
Fafe	219.08	50633	231.1
Guimarães	240.95	158124	656.3
Póvoa de Lanhoso	134.65	21886	162.5
Terras de Bouro	277.46	7253	26.1
Vieira do Minho	218,05	12997	59.6
Vila Nova de Famalicão	201,59	133832	663.9
Vila Verde	228,67	47888	209.4
Vizela	24,70	23736	961

## Apêndice N

### Área e população afeta à responsabilidade da Guarda Nacional Republicana por concelho

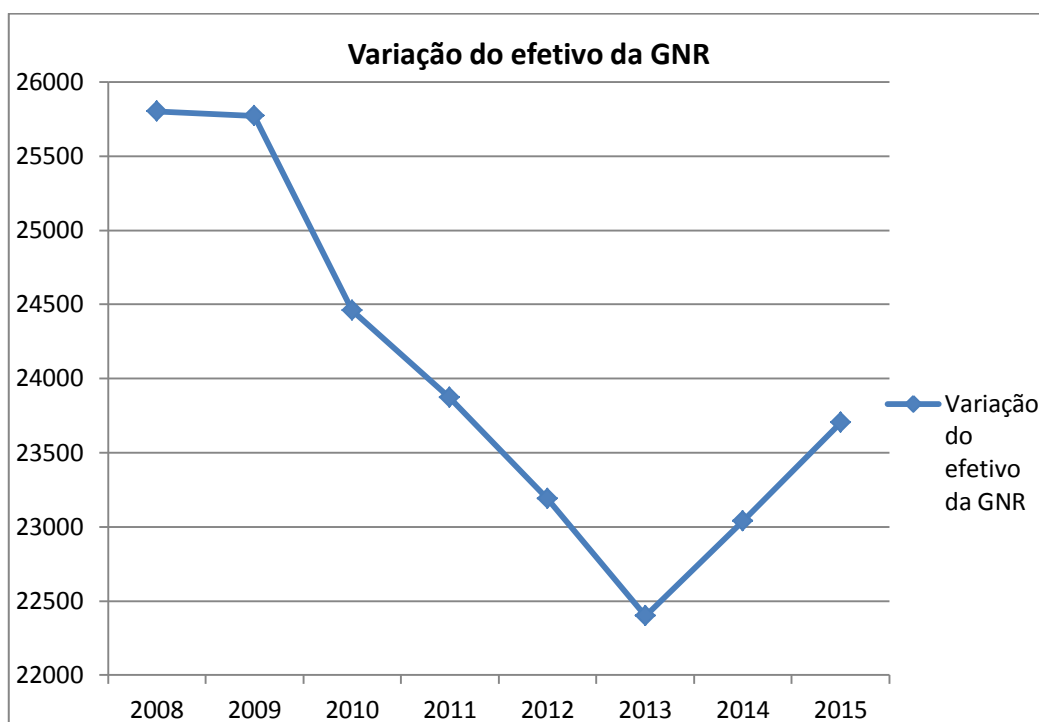
Tabela n.º 22 – Área e população afeta à responsabilidade da Guarda Nacional Republicana por concelho

Fonte: Adaptado de INE, 2015 e dados fornecidos pelo Comando Territorial de Braga

Concelho	Responsabilidade							
	Área (km²)				População			
	GNR	PSP	Total	%	GNR	PSP	Total	%
Amares	81,95	0	81,95	100	18889	0	18889	100
Barcelos	368,6	10,3	378,9	97,3	98197	22194	120391	81,6
Braga	152,3	31,1	183,4	83,0	72051	109443	181494	39,7
Cabeceiras de Basto	241,82	0	241,82	100	16710	0	16710	100
Celorico de Basto	181,07	0	181,07	100	20098	0	20098	100
Esposende	95,41	0	95,41	100	34254	0	34254	100
Fafe	219,08	0	219,08	100	50633	0	50633	100
Guimarães	215,6	25,35	240,95	89,5	104436	53688	158124	66,0
Póvoa de Lanhoso	134,65	0	134,65	100	21886	0	21886	100
Terras de Bouro	277,46	0	277,46	100	7253	0	7253	100
Vieira do Minho	218,05	0	218,05	100	12997	0	12997	100
Vila Nova de Famalicão	184,4	17,19	201,59	91,5	102994	30838	133832	76,9
Vila Verde	228,67	0	228,67	100	47768	120	47888	99,7
Vizela	23,7	1	24,7	95,9	23708	28	23736	99,9
<b>Totais</b>	<b>2622,76</b>	<b>84,94</b>	<b>2673</b>		<b>631874</b>	<b>216311</b>	<b>851258</b>	
<b>Médias</b>	<b>187,34</b>	<b>6,07</b>		<b>96,9%</b>	<b>45133,86</b>	<b>15450,79</b>		<b>90,3%</b>

## Apêndice O

### Variação efetivo de 2008 a 2015



**Figura n.º 10- Variação efetivo de 2008 a 2015**

Fonte: Adaptado dos Relatórios de atividades de 2008 a 2014 e dados do Comando de Administração de Recursos Internos de 17 de Junho de 2015.

## Apêndice P

### Síntese das respostas às questões da entrevista exploratória

Quadro n.º 5 – Síntese das respostas às questões da entrevista exploratória

Fonte: Autor

Respostas à questão n.º 1: “É um facto que no passado ano de 2014 o distrito de Braga teve o maior decréscimo a nível nacional, de participações crime, passando de 23.743 para 19.987, ou seja, uma variação negativa de 15,8%, sendo que, no Comando Territorial de Braga, segundo dados deste Comando, a diminuição foi na ordem dos 22,9%. Na sua opinião o que contribui para estes resultados?”	
Entrevistado n.º 1	“Melhoramento da qualidade dos militares presentes nas funções de comando”; “Aumento do número de efetivos nas funções de comando sobretudo nas vertentes operacionais no terreno. Todos os Destacamentos Territoriais e Postos Territoriais terem o Comandante e um ou mais Adjuntos é essencial visto que nos momentos de decisão e nos momentos mais difíceis existe sempre um Graduado disponível. Mesmo nas situações de Patrulhamento é importante ter sempre um rondante para melhoramento do serviço prestado”; “Aposta nas novas tecnologias, como por exemplo, SIIOP”; “Melhores ferramentas de comando e controlo, por exemplo, sala de situação”.
Entrevistado n.º 2	“A percentagem de pessoal no serviço operacional é elevada”.
Entrevistado n.º 3	“O enquadramento por parte das cadeias de comando é muito importante”.
Entrevistado n.º 4	“Melhores investigações levadas a cabo pelos Núcleos de Investigação Criminal que redundam na descoberta dos responsáveis dos crimes”; “Reforço do ponto vista das cadeias de Comando dos Núcleos de Investigação Criminal que consequentemente resulta num melhor acompanhamento das mesmas, juntos das equipas de investigação”.
Entrevistado n.º 5	“Melhoramento da qualidade dos militares presentes nas funções de comando”; “A existência de Comandante e Adjunto em todos os Destacamentos e Postos Territoriais tornando o enquadramento muito superior ao que era no passado, havendo mesmo alguns Postos Territoriais com um segundo adjunto. O objectivo de ter mais graduados é também o de garantir horários diferentes para além do normal de expediente”.
Entrevistado n.º 6	“Melhoramento da qualidade e quantidade do efetivo nas funções de Comando”.
Entrevistado n.º 7	“Trabalho desenvolvido pela Investigação Criminal aqui no Comando Territorial melhorou substancialmente, bem como a seu melhor enquadramento. Através das suas melhores investigações angariavam provas, referentes aos processos que trabalhavam, que levava invariavelmente à prisão preventiva dos arguidos”; “Melhor e maior enquadramento por parte das cadeias de Comando sendo a presença dos adjuntos muito importante nas dinâmicas de um Destacamento Territorial e de um Posto Territorial”; “Também com este aumento de enquadramento das cadeias de comando permite um melhor direccionamento das operações e patrulhamentos”.
Respostas à questão n.º 2: “Quais são os principais aspetos a melhorar ao nível do Comando Territorial para que a tendência verificada se mantenha e, se possível, incremente?”	
Entrevistado n.º 1	“Tem sido também uma aposta deste Comando o melhoramento e aumento dos momentos de lazer e convívio por forma a aumentar a coesão dos nossos militares. Na minha opinião militares mais unidos e coesos trabalham mais e melhor”.
Entrevistado n.º 2	“Acabar com a elevada carga burocrática/administrativa muito por razão das solicitações externas cometidas à Guarda o que ocupa muito tempo dos militares



	disponíveis, bem como da carga burocrática/administrativa interna”; “SIIOP é muito lento”; “Novo sistema de folgas cria demasiados constrangimentos operacionais, porque concentrou o maior número de militares indisponíveis ao domingo, dia que há muitas solicitações”.
Entrevistado n.º 3	“Neste momento não reúno a informação para responder a essa questão com propriedade”.
Entrevistado n.º 4	“Potenciar o fator humano com o apoio de bons meios técnicos e um bom suporte logístico”; “Ser compreensivo com os subordinados”; “Carga administrativa elevada como por exemplo o SIIOP devido à sua lentidão. Leva a problemas desnecessários porque no fundo é um deficiente apoio técnico ao serviço da Guarda. Provoca frustração aos militares e a quem vai lá apresentar queixa”.
Entrevistado n.º 5	“Aumento da carga burocrática para efeito de requerimentos, licenças de todo o tipo, sobrecarregando todos os órgãos, a nível interno, bem como as solicitações externas, como por exemplo da autoridade tributária, por causa das penhoras dos vencimentos, também da segurança social, como outros exemplos. Neste sentido não vejo como, com o mesmo efetivo, responder a um aumento a este nível”; “O novo regime de folgas, na minha opinião veio reduzir substancialmente a capacidade de resposta, sendo que o patrulhamento veio a diminuir”.
Entrevistado n.º 6	“Penso que a carga burocrática a todos os níveis retira muito tempo aos militares”.
Entrevistado n.º 7	“De momento não estou a ver”.
<b>Respostas à questão n.º 3: “Na sua opinião, o dispositivo atual adequa-se às presentes necessidades do Comando Territorial para o cumprimento de todas as tarefas que lhe estão cometidas, no âmbito da missão da GNR? Que vulnerabilidades identifica e de que forma poderiam ser ultrapassadas?”</b>	
Entrevistado n.º 1	“Gostaria sim, da passagem a Subdestacamentos Territoriais do Posto Territorial de Fafe e do Posto Territorial de Barcelos, fugindo ao trabalho burocrático e aumentando o enquadramento e capacidade operacional”; “Nos reajustamentos que falei, gostava que o Posto Territorial de Ruilhe e do Sameiro deixassem de existir e fosse criado um Subdestacamento Territorial de Braga que englobasse esses três Postos Territoriais”; “Apesar de um Posto Territorial, fechar não é sinónimo de insegurança, pelo contrário”; “O Posto Territorial de Rossas, apesar do reduzido efetivo, faz mais sentido que o de Ruilhe porque fica já bastante distante”.
Entrevistado n.º 2	“Se formos a analisar corretamente, o Posto Territorial de Sameiro tão próximo do Posto Territorial de Braga, se calhar não se justifica”; “Um outro exemplo é o triângulo formado pelo Posto Territorial de Riba d’Ave, Lordelo e Vila das Aves. Entre eles distam uns 2 quilómetros”; “Não há critérios para o estabelecimento dos Postos Territoriais”.
Entrevistado n.º 3	“O comando tem dois Postos Territoriais a trabalhar em regime de agrupamento, no fundo são Postos Territoriais menos importantes (Rossas e Ruilhe) ”; “Neste momento não te consigo dizer com propriedade se se devem manter esses Posto Territorial (Rossas e Ruilhe) porém são casos que devem ser objeto de análise, em outras áreas não teria problema nenhum em afirmar que temos Postos Territoriais a mais, porque a realidade de hoje é totalmente diferente da que existia aquando da criação dos mesmos, hoje os meios de deslocação são diferentes, a capacidade de resposta é diferente, os meios de comunicação de denúncias estão mais evoluídos tornando esta realidade totalmente diferente do que existia antigamente”.
Entrevistado n.º 4	“De uma forma geral o dispositivo adequa-se”; “Eu trabalhei para o fecho do Posto Territorial do Bom Jesus e há Postos Territoriais que, de acordo com a sua dimensão, não são rentáveis, ganhar-se-ia com o seu fecho. O resultado seria mais patrulhamento. O mesmo pensamento vai para o Posto Territorial de Ruilhe. Tem é de haver uma relação território/quantidade de militares por forma a haver uma homogeneidade”.
Entrevistado n.º 5	“Está a ser estudada a possibilidade de ser feita uma adaptação junto do PTER de Fafe e Barcelos havendo a criação de um Subdestacamento Territorial nestes locais ou, invés de Barcelos, ser em Esposende. Não passaria pela criação de um Subdestacamento Territorial em Famalicão porque devido a reestruturação, Famalicão perdeu a freguesia de Calendário, perdendo a dimensão que tinha no passado”; “Penso que deveria ser implementado o sistema de avaliação da categoria de Guardas por forma a destacar quem trabalha e a penalizar quem não trabalha”; “A minha opinião relativamente as Posto Territorial de Ruilhe e Rossas é a de que

	os mesmos deveriam ser extintos. Temos ali efetivo que poderia ser potenciado noutra local”.
Entrevistado n.º 6	“Não tenho dados para responder a essa questão”.
Entrevistado n.º 7	“Com a criação de um Subdestacamento Territorial em Barcelos e Fafe não haveria uma duplicação de meios, visto ficar na dependência, de um Destacamento Territorial, e não haveria a necessidade da criação de toda a vertente administrativa”; Há certos Postos Territoriais que já se falou em fechar, como o Posto Territorial de Ruilhe e Rossas e certamente mereciam uma avaliação. Os delinquentes sabem que este tipo de Postos Territoriais existem, e eles sabem que estes apenas funcionam durante o dia e com uma patrulha no terreno poderia ser mais dissuasor de cometer certos ilícitos do que um Posto Territorial de atendimento”; “Fafe e Barcelos têm muitos militares e apenas têm um Posto Territorial, talvez a passagem a Subdestacamentos por forma a ser um Oficial a comandar seria benéfico”; “Numa área de 3 / 4 km quadrados temos o Postos Territoriais de Riba d’Ave, Lordelo e Vila das Aves certamente não estão bem colocados geograficamente”.
<b>Respostas à questão n.º 4: “Na sua opinião, de que forma os recursos humanos disponíveis no Comando Territorial influenciam o cumprimento de todas as tarefas que lhe estão cometidas?”</b>	
Entrevistado n.º 1	“Considero que os Postos Territoriais têm pouco efetivo”; “O que implica um grande desgaste no efetivo, repetindo muitos horários noturnos”.
Entrevistado n.º 2	“O efetivo é reduzido influenciando negativamente a capacidade de resposta operacional”.
Entrevistado n.º 3	“O efetivo é reduzido e influencia negativamente”.
Entrevistado n.º 4	“De uma forma geral esta bem a não ser o caso do Posto Territorial de Ruilhe que deveria fechar”.
Entrevistado n.º 5	“Em termos de efetivos não estamos muito mal de uma forma geral”.
Entrevistado n.º 6	“Não tenho dados para responder a essa questão”.
Entrevistado n.º 7	“Na minha opinião não sou a melhor pessoa para responder a essa questão”.

## Apêndice Q

### Codificação alfanumérica das respostas às questões da entrevista exploratória

Quadro n.º 6 – Codificação alfanumérica das respostas às questões da entrevista exploratória

Fonte: Autor

Respostas à questão n.º 1: “É um facto que no passado ano de 2014 o distrito de Braga teve o maior decréscimo a nível nacional, de participações crime, passando de 23.743 para 19.987, ou seja, uma variação negativa de 15,8%, sendo que, no Comando Territorial de Braga, segundo dados deste Comando, a diminuição foi na ordem dos 22,9%. Na sua opinião o que contribui para estes resultados?”	
Segmento A1.1	“Melhoramento da qualidade dos militares presentes nas funções de comando”.
Segmento A1.2	“Todos os Destacamentos Territoriais e Postos Territoriais terem o Comandante e um ou mais Adjuntos é essencial”.
Segmento A1.3	“Aposta nas novas tecnologias, como por exemplo, SIIOP”.
Segmento A1.4	“Melhores ferramentas de comando e controlo, por exemplo, sala de situação”.
Segmento A1.5	“A percentagem de pessoal no serviço operacional é elevada”.
Segmento A1.6	“Melhores investigações levadas a cabo pelos Núcleos de Investigação Criminal”.
Segmento A1.7	“Reforço do ponto vista das cadeias de Comando dos Núcleos de Investigação Criminal que consequentemente resulta num melhor acompanhamento das mesmas, juntos das equipas de investigação”.
Segmento A1.8	“Um melhor direccionamento das operações e patrulhamentos”.
Respostas à questão n.º 2: “Quais são os principais aspetos a melhorar ao nível do Comando Territorial para que a tendência verificada se mantenha e, se possível, incremente?”	
Segmento A2.1	“Aumento dos momentos de lazer e convívio por forma a aumentar a coesão dos nossos militares”.
Segmento A2.2	“Acabar com a elevada carga burocrática/administrativa”.
Segmento A2.3	“Novo sistema de folgas cria demasiados constrangimentos operacionais”.
Segmento A2.4	“Potenciar o fator humano com o apoio de bons meios técnicos e um bom suporte logístico”.
Segmento A2.5	“Ser compreensivo com os subordinados”.
Respostas à questão n.º 3: “Na sua opinião, o dispositivo atual adequa-se às presentes necessidades do Comando Territorial para o cumprimento de todas as tarefas que lhe estão cometidas, no âmbito da missão da GNR? Que vulnerabilidades identifica e de que forma poderiam ser ultrapassadas?”	
Segmento A3.1	“Gostaria sim, da passagem a Subdestacamento Territorial do Posto Territorial de Fafe”.
Segmento A3.2	“Gostaria sim, da passagem a Subdestacamento Territorial dos Posto Territorial de Barcelos”.
Segmento A3.3	“Gostava que o Posto Territorial de Ruilhe deixasse de existir”.
Segmento A3.4	“Gostava que o Posto Territorial de Sameiro deixasse de existir”.
Segmento A3.5	“Gostava que fosse criado um Subdestacamento Territorial de Braga que englobasse esses três Postos Territoriais (Sameiro, Ruilhe e Braga)”.
Segmento A3.6	“O triângulo formado pelos Postos Territoriais de Riba d’Ave, Lordelo e Vila das Aves dista, entre eles, uns 2 quilómetros”.
Segmento A3.7	“Não há critérios para o estabelecimento dos Postos Territoriais”.
Segmento A3.8	“Penso que deveria ser implementado um sistema de avaliação da categoria de Guardas”.

Segmento A3.9	“A minha opinião relativamente ao Posto Territorial de Rossas é a de que o mesmo deveria ser extinto”.
Respostas à questão n.º 4: <b>“Na sua opinião, de que forma os recursos humanos disponíveis no Comando Territorial influenciam o cumprimento de todas as tarefas que lhe estão cometidas?”</b>	
Segmento A4.1	“Considero que os Postos Territoriais têm pouco efetivo”.
Segmento A4.2	“Implica um grande desgaste no efetivo (horários noturnos)”.
Segmento A4.3	“Em termos de efetivos não estamos muito mal de uma forma geral”.

**Apêndice R**  
**Guião de Entrevista Exploratória**



**ACADEMIA MILITAR**  
**Guião de Entrevista Exploratória**

**As vantagens e vulnerabilidades do Dispositivo da Guarda  
Nacional Republicana. Estudo de caso no Comando Territorial  
de Braga**

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Noé da Silva Pinto**

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Mário José Machado Guedelha  
Coorientador: Capitão de Infantaria da GNR Adriano Ferreira da Rocha

## **Trabalho de Investigação Aplicada**



# **Academia Militar**

## **Entrevista Semiestruturada**

### **Guião**

## **Trabalho de Investigação Aplicada**

**Tema:** As vantagens e vulnerabilidades do Dispositivo da Guarda Nacional Republicana.  
Estudo de caso no Comando Territorial de Braga.

### **Apresentação do entrevistador**

Aspirante GNR Infantaria Noé da Silva Pinto da Academia Militar que se encontra a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada no âmbito do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança.

### **Apresentação e Objetivos do Trabalho**

No âmbito do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, do Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana na Academia Militar, estamos a desenvolver um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “As vantagens e vulnerabilidades do Dispositivo da Guarda Nacional Republicana. Estudo de caso no Comando Territorial de Braga”.

O trabalho tem como objetivo geral identificar quais as vantagens e vulnerabilidades do atual dispositivo territorial do Comando Territorial de Braga. Para tal, estabelecemos como objetivos específicos desta investigação a identificação das vantagens e vulnerabilidades do dispositivo territorial na vertente da organização do dispositivo, dos recursos humanos e do serviço operacional desenvolvido no Comando Territorial de Braga.

### **Método da Entrevista exploratória**

Agradeço a atenção e tempo despendido na sua participação neste estudo. Esta entrevista tem como finalidade delimitar o objeto de estudo, compreender o seu alcance e,

como não podia deixar de ser, orientar a investigação em curso. Portanto, realizar-se-á uma entrevista do tipo semiestruturada, com as questões aqui explanadas que evidenciam os objetivos do trabalho, todavia, terá a liberdade de expor as suas experiências e conhecimentos na área. Assim, dentro de cada questão, poderá responder de forma aberta, contudo, ressaltar a importância de evitar divergir da temática aqui exposta.

### **Objetivos Gerais**

- Conhecer detalhadamente o Dispositivo do Comando Territorial de Braga.
- Identificar vantagens e vulnerabilidades no atual dispositivo do Comando Territorial de Braga.

## I - CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevista n.º:

Dados do Entrevistado	
Nome:	
Idade:	
Posto:	
Cargo atual:	
Tempo na atual função:	
Função anterior:	

Dados da Entrevista		
Local:		
Data/Hora:	Início:	Fim:

Apresentação do entrevistador: Aspirante GNR Infantaria Noé da Silva Pinto da Academia Militar que se encontra a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada no âmbito do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança.

Desde já, é solicitada a autorização para a gravação de toda a entrevista com vista à sua transcrição e sua apensação nos anexos.

## II – PERGUNTAS

**Pergunta n.º 1:** É um facto que no passado ano de 2014 o distrito de Braga teve o maior decréscimo a nível nacional, de participações crime, passando de 23.743 para 19.987, ou seja, uma variação negativa de 15,8%, sendo que, no Comando Territorial de Braga, segundo dados deste Comando, a diminuição foi na ordem dos 22,9%. Na sua opinião o que contribui para estes resultados?

**Pergunta n.º 2:** Quais são os principais aspetos a melhorar ao nível do Comando Territorial para que a tendência verificada se mantenha e, se possível, incrementamente?

**Pergunta n.º 3:** Na sua opinião, o dispositivo atual adequa-se às presentes necessidades do Comando Territorial para o cumprimento de todas as tarefas que lhe estão cometidas, no âmbito da missão da GNR? Que vulnerabilidades identifica e de que forma poderiam ser ultrapassadas?



**Pergunta n.º 4:** Na sua opinião, de que forma os recursos humanos disponíveis no Comando Territorial influenciam o cumprimento de todas as tarefas que lhe estão cometidas?

**Pergunta n.º 5:** Por último, gostaria de acrescentar algum aspecto que não tenha sido abordado ao longo desta entrevista e que considere pertinente para os objetivos do estudo?

Obrigado pela sua proveitosa colaboração.

**Apêndice S**  
**Guião de Entrevista**



**ACADEMIA MILITAR**  
**Guião de Entrevista**

**As vantagens e vulnerabilidades do Dispositivo da Guarda  
Nacional Republicana. Estudo de caso no Comando Territorial  
de Braga**

**Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Noé da Silva Pinto**

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Mário José Machado Guedelha  
Coorientador: Capitão de Infantaria da GNR Adriano Ferreira da Rocha

## **Trabalho de Investigação Aplicada**



# **Academia Militar**

## **Entrevista Semiestruturada**

### **Guião**

## **Trabalho de Investigação Aplicada**

**Tema:** As vantagens e vulnerabilidades do Dispositivo da Guarda Nacional Republicana.  
Estudo de caso no Comando Territorial de Braga.

### **Apresentação do entrevistador**

Aspirante GNR Infantaria Noé da Silva Pinto da Academia Militar que se encontra a realizar um Trabalho de Investigação Aplicada no âmbito do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança.

### **Apresentação e Objetivos do Trabalho**

No âmbito do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, do Curso de Formação de Oficiais da Guarda Nacional Republicana na Academia Militar, estamos a desenvolver um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “As vantagens e vulnerabilidades do Dispositivo da Guarda Nacional Republicana. Estudo de caso no Comando Territorial de Braga”.

O trabalho tem como objetivo geral identificar quais as vantagens e vulnerabilidades do atual dispositivo territorial do Comando Territorial de Braga. Para tal, estabelecemos como objetivos específicos desta investigação a identificação das vantagens e vulnerabilidades do dispositivo territorial na vertente da organização do dispositivo, dos recursos humanos e do serviço operacional desenvolvido no Comando Territorial de Braga.

### **Método de Entrevista**

Agradeço a atenção e tempo despendido na sua participação neste estudo. Esta entrevista tem como finalidade alcançar respostas para os objetivos específicos da nossa

investigação, apoiando assim a obtenção do objetivo geral. Portanto, realizar-se-á uma entrevista do tipo semiestruturada, com as questões aqui explanadas que evidenciam os objetivos do trabalho, todavia, terá a liberdade de expor as suas experiências e conhecimentos na área, contudo, saliento a premência de para evitar divergir da temática aqui exposta.

### **Objetivos Gerais**

- Levantar as vantagens e vulnerabilidades da organização do dispositivo territorial do Comando Territorial de Braga.
- Identificar as vantagens e vulnerabilidades no que concerne aos recursos humanos afetos ao atual dispositivo territorial do Comando Territorial de Braga.
- Salientar as vantagens e vulnerabilidades do serviço operacional do atual dispositivo territorial do Comando Territorial de Braga.

## I - CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Entrevista n.º:

Dados do Entrevistado	
Nome:	
Idade:	
Posto:	
Cargo atual:	
Tempo na atual função:	
Função anterior:	

Dados da Entrevista		
Local:		
Data/Hora:	Início:	Fim:

Desde já, é solicitada a autorização para a gravação de toda a entrevista com vista à sua transcrição e sua apensação nos anexos.

## II – PERGUNTAS

**Pergunta n.º 1:** No seu entendimento como avalia a existência de um Comandante e de pelo menos um Adjunto em quase todos os Destacamentos e Postos Territoriais?

**Pergunta n.º 2:** Como avalia a qualidade dos militares que desempenham essas funções?

**Pergunta n.º 3:** Como avalia o desempenho dos Núcleos de Investigação Criminal na atualidade?

**Pergunta n.º 4:** Como avalia a qualidade das suas investigações?

**Pergunta n.º 5:** Considera haver um bom acompanhamento por parte da cadeia de comando?

**Pergunta n.º 6:** De que forma a carga burocrática, a que os militares se sujeitam no seu normal desempenho das funções, influencia a atividade operacional?

**Pergunta n.º 7:** Na sua opinião, até que ponto seria benéfico um sistema de avaliação para a categoria de Guardas?

**Pergunta n.º 8:** Como analisa o número de efetivos que tem à sua disposição para o cumprimento de todas as tarefas lhe que estão cometidas, no âmbito da missão da GNR?

**Pergunta n.º 9:** De que forma o novo sistema de folgas influência a atividade operacional?

**Pergunta n.º 10:** É um facto que os Postos de Territoriais de Ruilhe e Rossas, têm à sua disposição, 5 e 6 militares respetivamente, como avalia a existência destes Postos?

**Pergunta n.º 11:** Os Postos de Territoriais de Barcelos e Fafe são os maiores Postos do Comando, no que concerne ao efetivo disponível com 53 e 47 militares, respetivamente. Atendendo a este facto, como analisa uma possível passagem destes Postos Territoriais a Subdestacamentos?

**Pergunta n.º 12:** Fruto da curta distância entre o Posto Territorial do Sameiro e o Posto Territorial de Braga, como analisa a possibilidade de fecho do Posto Territorial do Sameiro e da passagem do Posto Territorial de Braga a Subdestacamento?

**Pergunta n.º 13:** Como avalia o facto dos Postos Territoriais de Lordelo, Riba de Ave e Vila das Aves distarem entre eles, aproximadamente, 2 quilómetros em linha reta?

Obrigado pela sua proveitosa colaboração.

## Apêndice T

### Síntese das respostas às questões da entrevista

#### Quadro n.º 7 – Síntese das respostas às questões da entrevista

Fonte: Autor

Respostas à questão n.º 1: “No seu entendimento como avalia a existência de um Comandante e de pelo menos um Adjunto em quase todos os Destacamentos e Postos Territoriais?”	
Entrevistado n.º 8	“A existência de um Comandante e Adjunto nos Destacamento possibilita um maior acompanhamento da atividade operacional e uma maior organização interna”; “Nos postos a situação também se tem afigurado de vantajosa, pese embora a distribuição de funções seja por vezes difícil de fazer entre militares da mesma categoria profissional.”.
Entrevistado n.º 9	“É vantajoso quer a nível de Posto Territorial bem como ao nível de Destacamento Territorial, porém é sempre importante haver uma boa coordenação entre ambos” “Nos Postos Territoriais, onde é necessário haver uma correta coordenação por forma a não fazerem todos o mesmo horário”.
Entrevistado n.º 10	“É uma mais-valia extremamente importante, uma grande ajuda e um apoio”.
Entrevistado n.º 11	“Para mim é uma mais-valia”; “Não tenho dúvidas que é uma mais-valia para o serviço e para os resultados”.
Entrevistado n.º 12	“Referindo-me ao Destacamento de Barcelos, é sem dúvida uma mais-valia cada Posto ter um Comandante e pelo menos um Adjunto de Comandante de Posto”; “O facto de ter um adjunto de comandante de DTer/PTer liberta muitas vezes a elevada carga administrativa que é necessário dar resposta em tempo útil”.
Entrevistado n.º 13	“É uma mais-valia para o serviço”; “Vocacionando o adjunto para a parte operacional, o comandante tem maior liberdade de ação, e consegue de uma forma mais eficaz controlar a parte administrativa”.
Entrevistado n.º 14	“Na minha opinião é uma mais-valia enorme”; “Permite uma supervisão e acompanhamento maior dos militares e permite uma melhor divisão de tarefas contribuindo assim para o aumento da capacidade operacional do Destacamento”.
Entrevistado n.º 15	“Permite ao comandante delegar várias tarefas e ao mesmo tempo”; “O adjunto permite ao comandante aumentar a capacidade do seu comando”.
Respostas à questão n.º 2: “Como avalia a qualidade dos militares que desempenham essas funções?”	
Entrevistado n.º 8	“A qualidade dos meus é muito boa”.
Entrevistado n.º 9	“A nível de Oficiais estamos bem servidos. No que concerne aos Sargentos, na sua grande maioria estamos bem servidos, apenas alguns são de nível médio.”
Entrevistado n.º 10	“Os militares por norma apresentam bastante qualidade e vontade em melhorar”.
Entrevistado n.º 11	“A qualidade é muito acima da média”.
Entrevistado n.º 12	“A qualidade dos militares no seu todo é boa”.
Entrevistado n.º 13	“A maior parte deles são muitos bons profissionais”.
Entrevistado n.º 14	“A qualidade dos militares que desempenham as funções, de forma genérica, é acima da média”.
Entrevistado n.º 15	“Temos profissionais de excelente nível”.
Respostas à questão n.º 3: “Como avalia o desempenho dos Núcleos de Investigação Criminal na atualidade?”	
Entrevistado n.º 8	“O desempenho da investigação criminal ainda se vai mantendo por motivação e perspicácia de alguns militares”
Entrevistado n.º 9	“Considero que estão bem servidos, têm muita competência”.
Entrevistado n.º 10	“Os NIC continuam a fazer os trabalhos que já vinham a efetuar”.
Entrevistado n.º 11	“No meu entendimento fazem um bom serviço”.

Entrevistado n.º 12	“O desempenho do NIC do DTer de Barcelos é bastante bom”.
Entrevistado n.º 13	“Neste momento, a nível de comando operacional, os NIC dependem do chefe da SIIC, o que deixa os comandantes de destacamento fora daquilo que se passa no NIC”.
Entrevistado n.º 14	“Desenvolvem um trabalho bastante positivo”.
Entrevistado n.º 15	“Não sei fazer uma correta avaliação no momento”.
<b>Respostas à questão n.º 4: “Como avalia a qualidade das suas investigações?”</b>	
Entrevistado n.º 8	“A falta de uma boa coordenação tem levado a uma diminuição da eficiência e prejudicado o que alcançaram em tempos”.
Entrevistado n.º 9	“Dirigem investigações com qualidade”.
Entrevistado n.º 10	“As investigações são efectuadas com qualidade”.
Entrevistado n.º 11	“A qualidade é boa”.
Entrevistado n.º 12	“A qualidade das investigações é boa e diversificada”.
Entrevistado n.º 13	“Neste momento, a nível de comando operacional, os NIC dependem do chefe da SIIC, o que deixa os comandantes de destacamento fora daquilo que se passa no NIC”.
Entrevistado n.º 14	“Quanto à qualidade não te sei ser preciso”.
Entrevistado n.º 15	“A qualidade das investigações depende dos militares empenhados”.
<b>Respostas à questão n.º 5: “Considera haver um bom acompanhamento por parte da cadeia de comando?”</b>	
Entrevistado n.º 8	“O afastamento da cadeia de comando tem retirado coordenação no empenhamento dos meios da investigação criminal”.
Entrevistado n.º 9	“Na prática, com a passagem da dependência dos Núcleos de Investigação Criminal para as Secções de Informação e Investigação criminal, deixou de haver apoio, supervisão e coordenação”.
Entrevistado n.º 10	“Parece-me que neste momento o acompanhamento por parte da cadeia de comando é menor, dantes existia um acompanhamento mais próximo, fruto do responsável estar mais próximo”.
Entrevistado n.º 11	“Penso que o serviço deles deve ser convenientemente supervisionado”; “Deveriam estar dependentes do Comandante de Destacamento”.
Entrevistado n.º 12	“Nas instâncias superiores acredito que o acompanhamento dos NIC é muito difícil”.
Entrevistado n.º 13	“Neste momento, a nível de comando operacional, os NIC dependem do chefe da SIIC, o que deixa os comandantes de destacamento fora daquilo que se passa no NIC”.
Entrevistado n.º 14	“Não te sei responder a esta questão”.
Entrevistado n.º 15	“Pelo que tenho ouvido, o referido despacho veio piorar o acompanhamento dos militares da Investigação Criminal”.
<b>Respostas à questão n.º 6: “De que forma a carga burocrática, a que os militares se sujeitam no seu normal desempenho das funções, influencia atividade operacional?”</b>	
Entrevistado n.º 8	“A carga burocrática a que os militares estão sujeitos influencia negativamente a atividade operacional”; “Traz limitações ao serviço”.
Entrevistado n.º 9	“Na minha ótica estamos sempre a pedir a mesma informação aos militares que andam nas patrulhas ou ao escalão mais baixo, neste caso, Posto Territorial”; “Há um dispêndio de tempo desnecessário com a inserção de dados, alguns deles, replicados”; “Contribuindo para uma diminuição da vigilância, menor patrulhamento e uma menor fiscalização”; “Tirando isso, as solicitações externas não sofreram grandes alterações”.
Entrevistado n.º 10	“Os militares ficam demasiado tempo para introduzir os dados afastando-os do local onde deveriam estar, na rua, no seu patrulhamento normal”.
Entrevistado n.º 11	“Influencia negativamente”; “A elevada carga burocrática que existe atualmente obriga a antecipar a chegada ao quartel diminuindo o tempo de patrulhamento”; “Este facto é ainda mais notório aquando da utilização do SIIOP”.
Entrevistado n.º 12	“As solicitações tanto externas como internas causam grandes constrangimentos para o regular desenvolvimento da atividade operacional”.
Entrevistado n.º 13	“Implica que estes passem menos tempo na rua, seja em ações de prevenção, de fiscalização, ou outras, e passem mais tempo dentro dos postos”.
Entrevistado n.º 14	“O tempo que os militares perdem com essa carga burocrática é tempo que não estão na rua porém, é necessário ter consciência que essa carga burocrática é



	importante em alguns aspetos e como tal tem de ser realizada”.
Entrevistado n.º 15	“Influência de uma forma muito negativa”; “A quantidade de expediente que tem de ser preenchido para levantar um auto de contraordenação do trânsito ou de droga é inimaginável”; “Quantidade de bases de dados e mapas solicitados aos Postos é no mínimo caricato”; “Queremos os militares na rua e eles não podem”; “No meio disto tudo quem fica sem segurança ou quem demora 1 ou 2 horas a apresentar uma queixa é o cidadão”.
<b>Respostas à questão n.º 7: “Na sua opinião, até que ponto seria benéfico um sistema de avaliação para a categoria de Guardas?”</b>	
Entrevistado n.º 8	“Bastante positivo”.
Entrevistado n.º 9	“Penso que o benefício seria enormíssimo”. “Penso que desempenho dos militares, no cumprimento das suas missões, deveria influenciar a progressão na carreira”; “É urgente que a avaliação dos Guardas seja instituída, mesmo correndo o risco de não ser 100% imparcial”.
Entrevistado n.º 10	“Muito benéfico, mais injusto que não existir avaliação não pode ser”.
Entrevistado n.º 11	“Acho que seria muito benéfico”; “Custa-me e a compreender que nesta fase ainda não há uma avaliação concreta sobre a categoria de Guardas”.
Entrevistado n.º 12	“Seria de todo o interesse proveitoso”; “Era reconhecido o trabalho desenvolvido pelos militares que se dedicam ao serviço”.
Entrevistado n.º 13	“Seria bastante benéfico”; “É muito difícil distinguir os militares que realmente são empenhados daqueles que não são tão bons militares”.
Entrevistado n.º 14	“Seria fundamental para se poder diferenciar os bons militares dos menos bons”.
Entrevistado n.º 15	“Seria muito benéfico”.
<b>Respostas à questão n.º 8: “Como analisa o número de efetivos que tem à sua disposição para o cumprimento de todas as tarefas lhe que estão cometidas, no âmbito da missão da GNR?”</b>	
Entrevistado n.º 8	“Os militares são suficientes para o cumprimento da missão e serviço da Guarda”.
Entrevistado n.º 9	“Tirando o Posto Territorial de Braga o efetivo que temos à nossa disposição é suficiente”.
Entrevistado n.º 10	“Reduzido”
Entrevistado n.º 11	“São limitados ao nível quantitativo”.
Entrevistado n.º 12	“Não me posso queixar”; “No caso em concreto em Barcelos, existe efetivo suficiente para garantir as tarefas incumbidas à GNR”.
Entrevistado n.º 13	“Em alguns Postos do Destacamento, o efetivo é notoriamente reduzido”.
Entrevistado n.º 14	“O efetivo neste momento fica bastante curto para as necessidades do destacamento porque nem todos estão efetivamente a prestar serviço”.
Entrevistado n.º 15	“Na minha opinião existe efetivo em demasia nos Comandos e em trabalhos administrativos”.
<b>Respostas à questão n.º 9: “De que forma o novo sistema de folgas influencia a atividade operacional?”</b>	
Entrevistado n.º 8	“A atividade operacional ficou muito comprometida com a última alteração do sistema de folgas”.
Entrevistado n.º 9	“É mais vantajoso para o militar”; “Como vulnerabilidades deixamos de ter efetivo para fazer serviço”; “Neste Comando estamos a ter muitas dificuldades com o cumprimento deste novo sistema de folgas”.
Entrevistado n.º 10	“Os militares descansarem mais cedo”; “Este sistema diminuiu o número de efetivos disponíveis nos postos, especialmente aos fins de semana, o que traz alguns constrangimentos”.
Entrevistado n.º 11	“No fundo existe um número menor de militares disponíveis ao fim de semana”; “Considero este novo sistema de folgas uma vulnerabilidade para a serviço operacional”.
Entrevistado n.º 12	“Temos dificuldade em arranjar militares para realizar operações principalmente no fim de semana”; “Temos dificuldade em nomear militares disponíveis para realizar serviços renumerados no fim de semana”.
Entrevistado n.º 13	“Temos mais dificuldade de conseguir efetivo necessário para assegurar todo o serviço durante os fins de semana”.
Entrevistado n.º 14	“Retira muito efetivo da escala ao final de semana condicionando desta forma a atividade operacional”.
Entrevistado n.º 15	“Influencia negativamente visto condicionar o efetivo para o fim de semana sendo exigido mais aos militares”.

Respostas à questão n.º 10: “É um facto que os Postos de Territoriais de Ruilhe e Rossas, têm à sua disposição, 5 e 6 militares respetivamente, como avalia a existência destes Postos?”	
Entrevistado n.º 8	“Completamente desnecessários e sem qualquer razão para ainda se encontrarem em funcionamento”.
Entrevistado n.º 9	“No meu entendimento é lamentável ainda existirem”.
Entrevistado n.º 10	“Esses postos a existir deviam estar com um número razoável de efetivo, cerca de 23 militares, a funcionar desta forma não me parece que seja uma grande mais-valia”.
Entrevistado n.º 11	“Acho que não deveriam existir”; “O efetivo do Posto Territorial de Rossas o efetivo deveria ser colocado no Posto Territorial de Vieira do Minho”;
Entrevistado n.º 12	“Não possuo informação suficiente para sustentar opinião sobre esse assunto”.
Entrevistado n.º 13	“Na minha opinião esses Postos deveriam ser extintos e o seu efetivo, assim como a área policiada por eles, passavam para o posto na sede do Concelho”.
Entrevistado n.º 14	“Se tivessem o efetivo orgânico preenchidos fariam todo o sentido”.
Entrevistado n.º 15	“Na minha opinião nem deviam existir”.
Respostas à questão n.º 11: “Os Postos de Territoriais de Barcelos e Fafe são os maiores Postos do Comando, no que concerne ao efetivo disponível com 53 e 47 militares, respetivamente. Atendendo a este facto e ao volume de trabalho dos mesmos, como analisa uma possível passagem destes Postos Territoriais a Subdestacamentos?”	
Entrevistado n.º 8	“Seria positivo e com vantagens para o funcionamento do serviço”.
Entrevistado n.º 9	“Eu sou da opinião que deveriam existir os Subdestacamentos Territoriais de Barcelos e Fafe”; “Além disso ainda acrescentaria, possivelmente, Famalicão e Guimarães”.
Entrevistado n.º 10	“Vejo com bons olhos, desde que o efetivo seja reforçado e que a única alteração não seja a colocação de um oficial subalterno”.
Entrevistado n.º 11	“Tenho dúvidas que essa mudança traga grandes melhorias”.
Entrevistado n.º 12	“Seria uma mais-valia porque passaria a ser comandando por um oficial subalterno, visto que o número de efetivo não deverá aumentar”
Entrevistado n.º 13	“Seria razoável passa-los a Subdestacamentos”.
Entrevistado n.º 14	“São postos com bastantes solicitações e seria uma mais valia passar a serem Subdestacamentos”.
Entrevistado n.º 15	“Na minha opinião seria o ideal.”; “Ao serem Subdestacamentos poderiam ter 2 subalternos e um bom quadro de sargentos”.
Respostas à questão n.º 12: “Fruto da curta distância entre o Posto Territorial do Sameiro e o Posto Territorial de Braga, como analisa a possibilidade de fecho do Posto Territorial do Sameiro e da passagem do Posto Territorial de Braga a Subdestacamento?”	
Entrevistado n.º 8	“Não possuo informação suficiente para sustentar opinião sobre esse assunto”.
Entrevistado n.º 9	“Eu vejo essa solução com muito agrado sendo uma forma de garantir mais policiamento”.
Entrevistado n.º 10	“Acho que não é uma boa ideia, a GNR deve manter aquela área ocupada em permanência”.
Entrevistado n.º 11	“Não vejo necessidade nem vantagens operacionais nisso”.
Entrevistado n.º 12	“Não possuo informação suficiente para sustentar opinião sobre esse assunto”.
Entrevistado n.º 13	“Na minha opinião seria vantajoso”.
Entrevistado n.º 14	“Depende de como seriam distribuídos o efetivo a meu ver não se trata de uma decisão tão linear”
Entrevistado n.º 15	“Considero a abertura do Subdestacamento uma mais-valia”.
Respostas à questão n.º 13: “Como avalia o facto dos Postos Territoriais de Lordelo, Riba de Ave e Vila das Aves distarem entre eles, aproximadamente, 2 quilómetros em linha reta?”	
Entrevistado n.º 8	“Cada divisão administrativa (área do concelho) deveria possuir apenas um posto Territorial”; “No caso de Riba de Ave é perfeitamente viável que deixe de existir um Posto naquela localidade e fique concentrado o efetivo no posto de Joane”.
Entrevistado n.º 9	“Eu conheço muito bem esses Postos Territoriais e penso que ainda há que acrescentar o Posto Territorial de Vizela, muito próximo desses que mencionou.” “No meu entendimento não se compreende a razão de se encontrarem tão próximos. Penso que não se justifica”; “No mesmo sentido o Posto Territorial de Vila Verde e o Posto Territorial de Prado também dever-se-iam fundir”.
Entrevistado n.º 10	“Avalio que cada um daqueles postos policia mais de 20000 pessoas, logo são necessários, naquela zona completamente habitada e industrializada, 2km pode

	parecer uma distância curta, mas representa muito tempo”
Entrevistado n.º 11	“Se formos a analisar todos os fatores, os Postos se calhar estão bem implantados no terreno”.
Entrevistado n.º 12	“Talvez não exista a necessidade de existir esses dois Postos, visto existir uma curta distância entre os mesmos”; “Talvez se poderia pensar em juntar dois postos (Joane e Riba de Ave – mesma comarca), de modo a aumentar o número de patrulhas no terreno e diminuir o número de militares na realização das tarefas internas”.
Entrevistado n.º 13	“O facto de existirem 3 Postos a tão curta distancia uns dos outros, em nada é vantajoso para o serviço”.
Entrevistado n.º 14	“A inexistência de um deles traria alguns problemas burocráticos para os restantes”.
Entrevistado n.º 15	“Infelizmente há alguns Postos Territoriais que não existem devido à necessidade”,

## Apêndice U

### Codificação alfanumérica das respostas às questões da entrevista

Quadro n.º 8 – Codificação alfanumérica das respostas às questões da entrevista

Fonte: Autor

Respostas à questão n.º 1: <b>“No seu entendimento como avalia a existência de um Comandante e de pelo menos um Adjunto em quase todos os Destacamentos e Postos Territoriais?”</b>	
Segmento B1.1	“Considero que seja uma mais-valia”.
Respostas à questão n.º 2: <b>“Como avalia a qualidade dos militares que desempenham essas funções?”</b>	
Segmento B2.1	“A qualidade dos meus é muito boa”.
Respostas à questão n.º 3: <b>“Como avalia o desempenho dos Núcleos de Investigação Criminal na atualidade?”</b>	
Segmento B3.1	“No meu entendimento fazem um bom serviço”.
Respostas à questão n.º 4: <b>“Como avalia a qualidade das suas investigações?”</b>	
Segmento B4.1	“Há uma diminuição na qualidade”.
Segmento B4.2	“Dirigem investigações com qualidade”.
Respostas à questão n.º 5: <b>“Considera haver um bom acompanhamento por parte da cadeia de comando?”</b>	
Segmento B5.1	“Parece-me que neste momento o acompanhamento por parte da cadeia de comando é menor”.
Respostas à questão n.º 6: <b>“De que forma a carga burocrática, a que os militares se sujeitam no seu normal desempenho das funções, influencia a atividade operacional?”</b>	
Segmento B6.1	“A carga burocrática a que os militares estão sujeitos influencia negativamente a atividade operacional”.
Segmento B6.2	“Essa carga burocrática é importante em alguns aspetos e como tal tem de ser realizada”.
Respostas à questão n.º 7: <b>“Na sua opinião, até que ponto seria benéfico um sistema de avaliação para a categoria de Guardas?”</b>	
Segmento B7.1	“Bastante positivo”.
Respostas à questão n.º 8: <b>“Como analisa o número de efetivos que tem à sua disposição para o cumprimento de todas as tarefas lhe que estão cometidas, no âmbito da missão da GNR?”</b>	
Segmento B8.1	“Os militares são suficientes para o cumprimento da missão e serviço da Guarda”.
Segmento B8.2	“Reduzido”.
Respostas à questão n.º 9: <b>“De que forma o novo sistema de folgas influencia a atividade operacional?”</b>	
Segmento B9.1	“A atividade operacional ficou comprometida com a última alteração do sistema de folgas”.
Respostas à questão n.º 10: <b>“É um facto que os Postos de Territoriais de Ruilhe e Rossas, têm à sua disposição, 5 e 6 militares respetivamente, como avalia a existência destes Postos?”</b>	
Segmento B10.1	“Completamente desnecessários e sem qualquer razão para ainda se encontrarem em funcionamento”.
Respostas à questão n.º 11: <b>“Os Postos de Territoriais de Barcelos e Fafe são os maiores Postos do Comando, no que concerne ao efetivo disponível com 53 e 47 militares, respetivamente. Atendendo a este facto, como analisa uma possível passagem destes Postos Territoriais a Subdestacamentos?”</b>	
Segmento B11.1	“Seria positivo e com vantagens para o funcionamento do serviço”.
Segmento B11.2	“Tenho dúvidas que essa mudança traga grandes melhorias”.
Respostas à questão n.º 12: <b>“Fruto da curta distância entre o Posto Territorial do Sameiro e o Posto Territorial de Braga, como analisa a possibilidade de fecho do Posto Territorial do Sameiro e da</b>	

<b>passagem do Posto Territorial de Braga a Subdestacamento?"</b>	
Segmento B12.1	"Eu vejo essa solução com muito agrado".
Segmento B12.2	"Acho que não é uma boa ideia".
<b>Respostas à questão n.º 13: "Como avalia o facto dos Postos Territoriais de Lordelo, Riba de Ave e Vila das Aves distarem entre eles, aproximadamente, 2 quilómetros em linha reta?"</b>	
Segmento B13.1	"No meu entendimento não se compreende a razão de se encontrarem tão próximos. Penso que não se justifica".
Segmento B13.2	"São necessários, naquela zona".

# ANEXOS

## Anexo A

### Organograma da Guarda Nacional Republicana de 2007

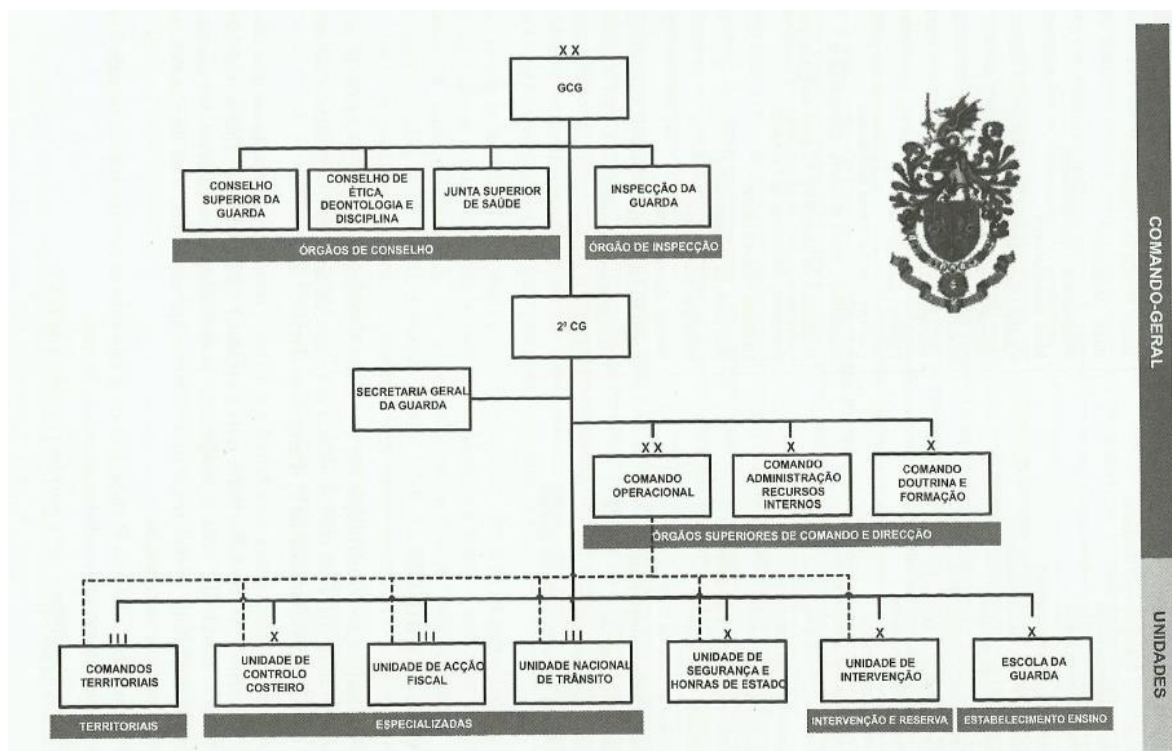


Figura n.º 11 - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 2007

Fonte: Branco, 2010, p. 278.

## Anexo B

### Efetivo de 1803 e 1805

	ESTADO MAIOR		INFANTARIA	CAVALARIA	
	Homens	Cavalos	Homens	Homens	Cavalos
Organização de 1803	29	20	552	232	236
Aumento em 1805	—	—	138	—	—
Organização de 1805	29	20	690	232	236

Figura n.º 12 - Efetivo de 1803 e 1805

Fonte: GNR, 1949, p. 22.



## Anexo C

### Organização definitiva da Guarda Real de Polícia

	Homens	Cavalos
Estado Maior . . . . .	38	20
Infantaria . . . . .	1.030	5
Cavalaria . . . . .	258	244
	<u>1.326</u>	<u>269</u>

Figura n.º 13 - Organização definitiva da Guarda Real de Polícia

Fonte: GNR, 1949, p. 25.

## Anexo D

### Efetivo detalhado da Guarda Republicana

Distribuição	Homens	Cavalos
<b>Comando-Geral da Guarda Republicana</b>	2	3
<b>Guarda Republicana de Lisboa</b>		
Estado-Maior	10	5
Estado-Menor	45	
Tropas de cavalaria (3 esquadrões a pelotões)	333	282
Tropas de infantaria	960	
<i>Subtotal</i>	<u>1.348</u>	<u>287</u>
<b>Guarda Republicana do Porto</b>		
Estado-Maior	7	4
Estado-Menor	33	
Tropas de cavalaria	111	94
Tropas de infantaria	640	
<i>Subtotal</i>	<u>791</u>	<u>98</u>
<b><i>Efetivo total</i></b>	<b>2.141</b>	<b>388</b>

**Figura n.º 14- Efetivo detalhado da Guarda Republicana**

Fonte: Póvoa, 2013, p. 40.

## Anexo E

### Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1919

Distribuição	Não operacionais			Operacionais			Total
	Estado-Maior	Estado-Menor	Músicos	Infantaria	Cavalaria	Outros	
Comando-Geral (Lisboa)	54	318	106	-	-	-	478
Grupo de Artilharia (Lisboa)	8	37	-	-	-	417	462
Grupo de Esquadrões (Lisboa)	6	26	-	-	2.423	-	2.455
Batalhão de Metralhadoras (Lisboa)	7	36	-	-	-	393	436
Companhia de Telegrafistas	-	-	-	-	-	243	243
Batalhão 1 (Lisboa e Torres Vedras)	5	49	-	1.329	130	-	1.513
Batalhão 2 (Lisboa)	5	49	-	1.120	92	-	1.266
Batalhão 3 (Lisboa)	6	50	40	1.120	46	-	1.262
Batalhão 4 (Lisboa)	5	49	-	1.120	-	-	1.174
Batalhão 5 (Lisboa)	6	44	40	1.120	46	-	1.262
Batalhão 6 (Lisboa)	6	50	40	1.120	-	-	1.216
<i>Subtotal de Lisboa</i>	<i>108</i>	<i>714</i>	<i>226</i>	<i>6.929</i>	<i>2.737</i>	<i>1.053</i>	<i>11.767</i>
Batalhão 7 (Porto e Ermesinde)	8	76	56	1.088	74	-	1.302
Batalhão 8 (Porto)	5	53	-	1.148	92	-	1.298
Batalhão 9 (Portalegre, Leiria, Castelo Branco e Santarém)	4	5	-	705	254	17	985
Batalhão 10 (Faro, Beja, Évora e Setúbal)	4	5	-	819	362	17	1.207
Batalhão 11 (Viseu, Aveiro, Coimbra e Guarda)	4	5	-	811	185	16	1.021
Batalhão 12 (Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança)	4	5	-	791	151	15	966
Companhias das Ilhas	-	-	-	358	44	8	410
<i>Subtotal do resto do país</i>	<i>29</i>	<i>149</i>	<i>56</i>	<i>5.720</i>	<i>1.162</i>	<i>73</i>	<i>7.189</i>
<b>Totais</b>	<b>137</b>	<b>863</b>	<b>282</b>	<b>12.649</b>	<b>3.899</b>	<b>1.126</b>	<b>18.956</b>
<i>Percentagem</i>	<i>0,7 %</i>	<i>4,6 %</i>	<i>1,5 %</i>	<i>66,7 %</i>	<i>20,6 %</i>	<i>5,9 %</i>	<i>100 %</i>

**Figura n.º 15 - Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1919**

Fonte: Póvoa, 2013, p. 70.

## Anexo F

### Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1922

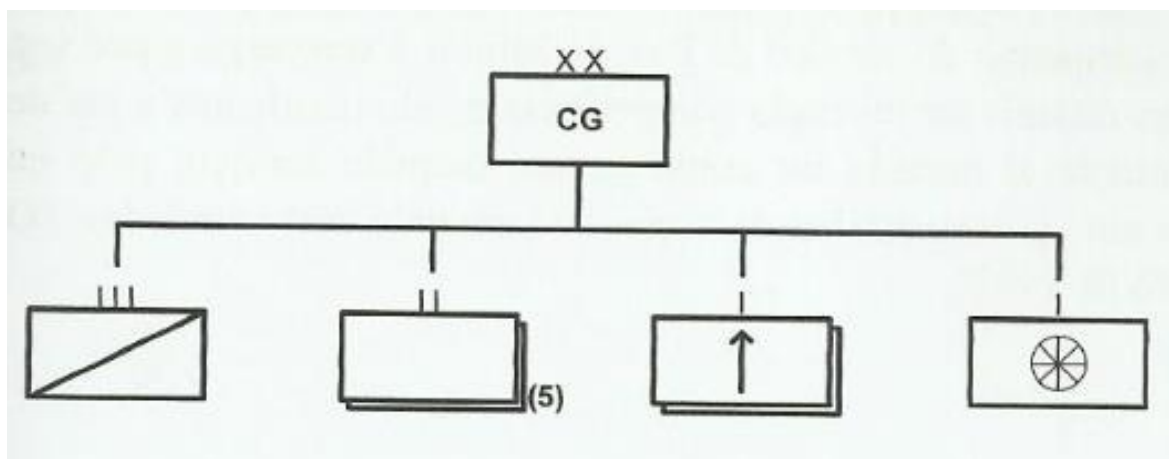
Distribuição	Não operacionais			Operacionais			Total
	Estado-Maior	Estado-Menor	Músicos	Infantaria	Cavalaria	Outros	
Comando-Geral (Lisboa)	41	203	111	-	-	10	365
Regimento de cavalaria (Lisboa)	11	14	-	-	705	-	730
Batalhão de infantaria 1 (Lisboa)	6	13	-	1.351	-	16	1.386
Batalhão de infantaria 2 (Lisboa)	6	13	-	1.351	-	16	1.386
Secção de transportes (Lisboa)	-	-	-	-	-	80	80
<i>Subtotal de Lisboa</i>	<i>64</i>	<i>243</i>	<i>111</i>	<i>2.702</i>	<i>705</i>	<i>122</i>	<i>3.947</i>
Batalhão misto 3 (Porto)	9	26	62	1.125	160	18	1.400
Batalhão misto 4 (Coimbra)	5	12	-	1.421	263	-	1.701
Batalhão misto 5 (Braga)	5	12	-	1.256	188	-	1.461
Batalhão misto 6 (Évora)	5	5	-	1.024	367	-	1.401
Batalhão misto 7 (Faro)	5	10	-	553	224	-	792
Batalhão misto 8 (Santarém)	5	10	-	1.231	257	-	1.503
<i>Subtotal do resto do país</i>	<i>34</i>	<i>75</i>	<i>62</i>	<i>6.610</i>	<i>1.459</i>	<i>18</i>	<i>8.258</i>
<b>Totais</b>	<b>98</b>	<b>318</b>	<b>173</b>	<b>9.312</b>	<b>2.164</b>	<b>140</b>	<b>12.205</b>
<i>Percentagem</i>	<i>0,8 %</i>	<i>2,6 %</i>	<i>1,4 %</i>	<i>76,3 %</i>	<i>17,7 %</i>	<i>1,1 %</i>	<i>100 %</i>

Figura n.º 16 - Efetivo da Guarda Nacional Republicana em 1922

Fonte: Póvoa, 2013, p. 81.

## Anexo G

### Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1944



**Figura n.º 17 - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1944**  
Fonte: Branco, 2010, p. 189.

## Anexo H

### Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1983

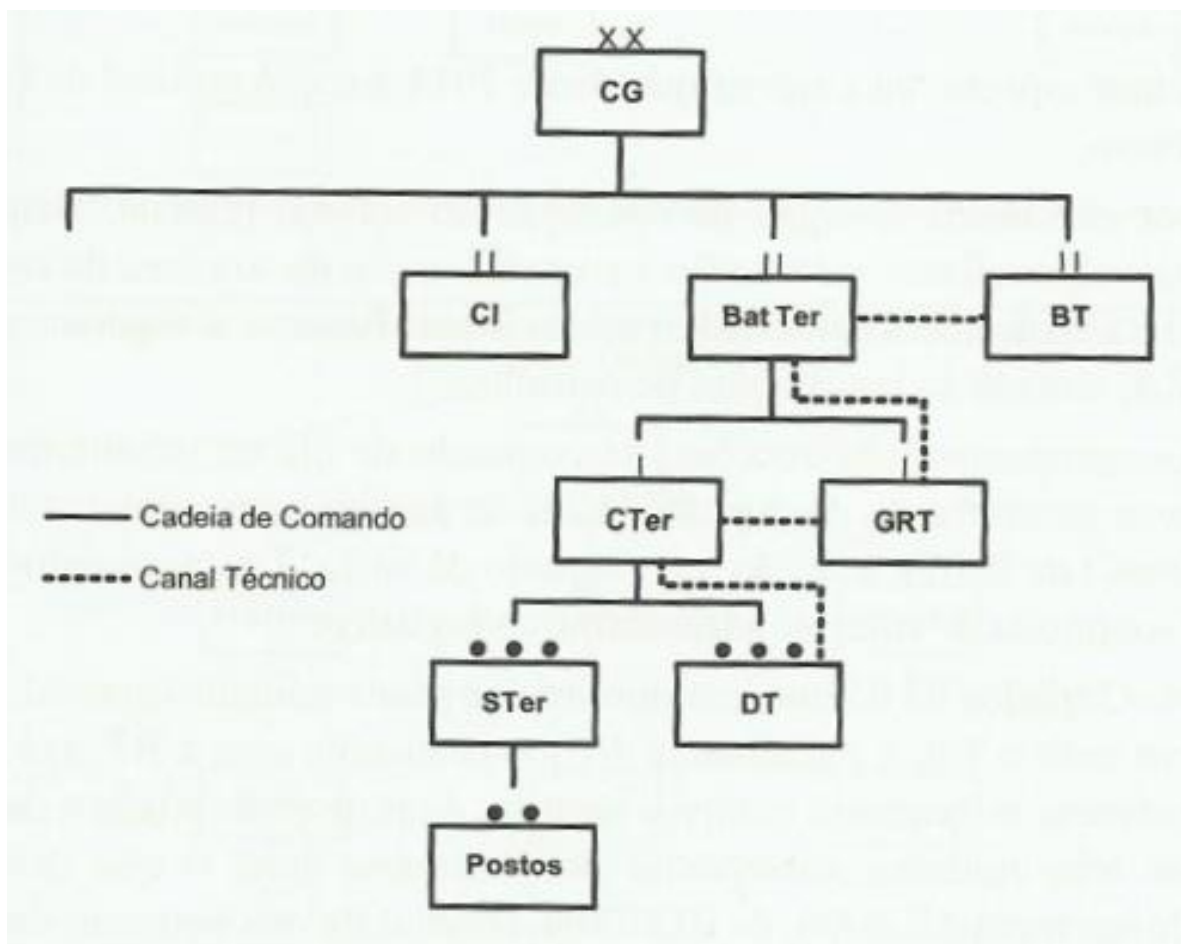


Figura n.º 18 - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1983

Fonte: Branco, 2010, p. 199.

## Anexo I

### Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1993

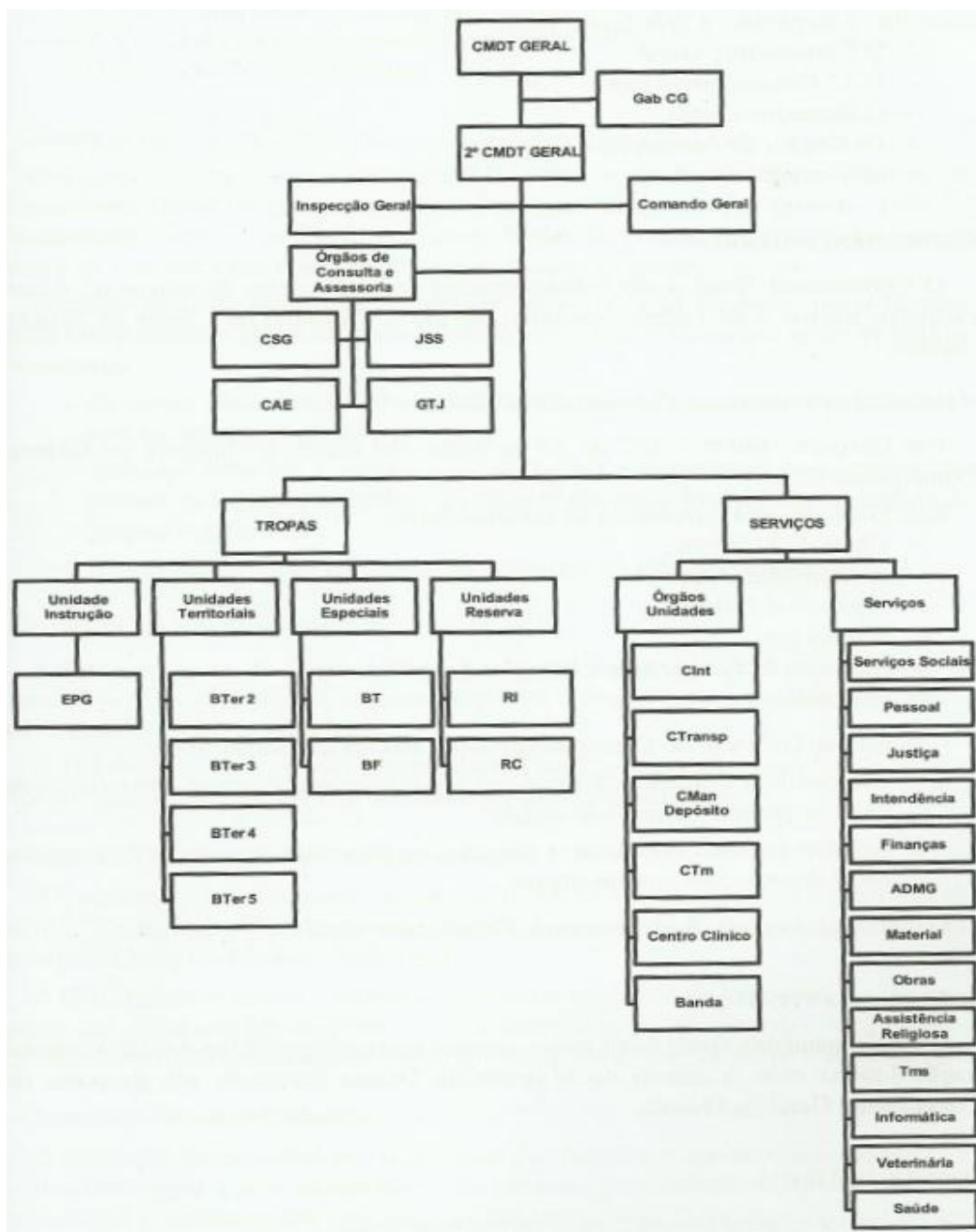


Figura n.º 19 - Organograma da Guarda Nacional Republicana de 1993

Fonte: Branco, 2010, p. 203.

## Anexo J

### Posição da Guarda Nacional Republicana no Sistema Nacional de Forças



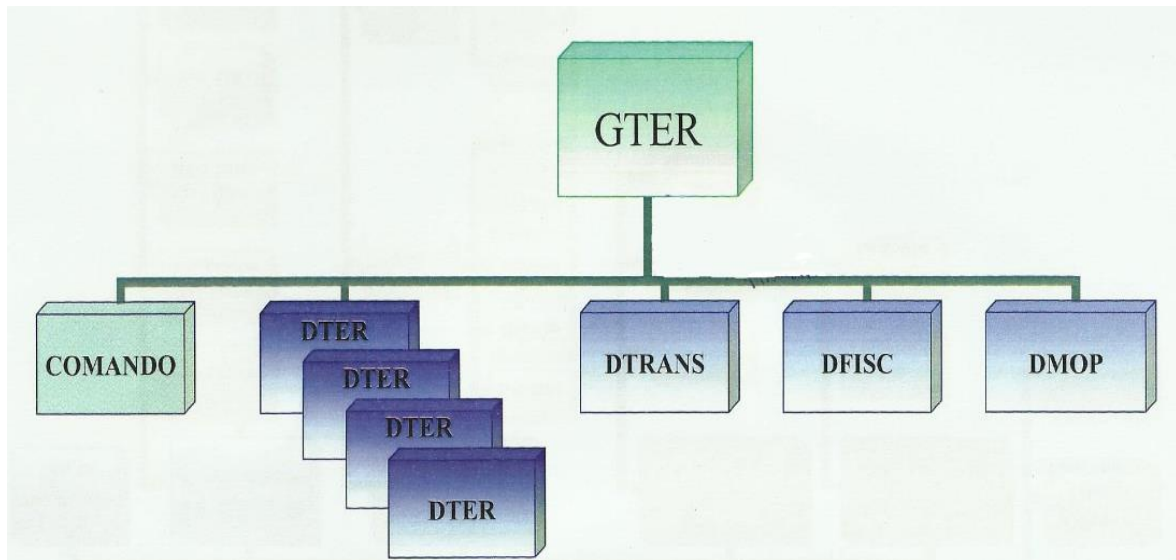
Figura n.º 20 - Posição da Guarda Nacional Republicana no Sistema Nacional de Forças

Fonte: Relatório de atividades, 2014, p. 21.



## Anexo K

### Organograma tipo de Grupo Territorial



**Figura n.º 21 - Organograma tipo de Grupo Territorial**  
Fonte: Dados fornecidos pelo Comando Territorial de Braga.

## Anexo L

### Enquadramento administrativo do distrito de Braga



**Figura n.º 22 - Enquadramento administrativo do distrito de Braga**

Fonte: Leite et.al., 2010, p. 15.

## Anexo M

## Efetivo do Comando Territorial de Braga por Posto Territorial

Quadro n.º 9 - Efetivo do Comando Territorial de Braga por Posto Territorial

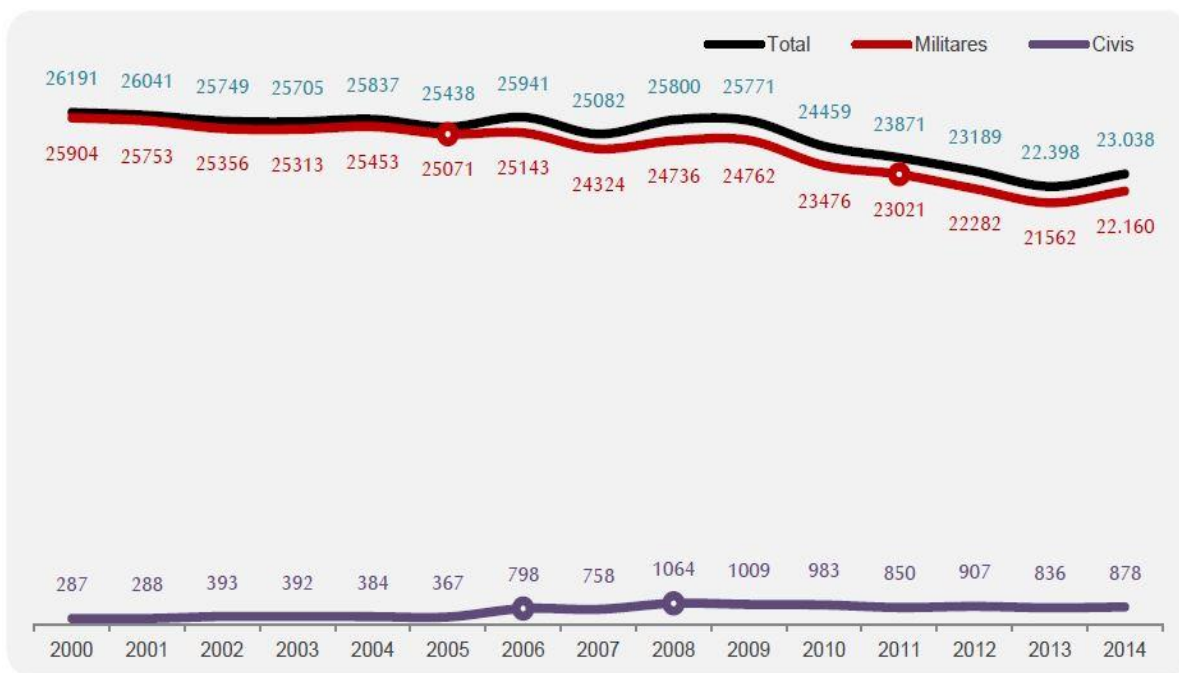
Fonte: Dados fornecidos pelo Comando Territorial de Braga.

EFETIVO EM 31-MAI-15 DO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGA					
		OFICIAIS	SARGENTOS	GUARDAS	TODOS
CTER BRAGA	CTBRAGA (CMD)	8	21	92	121
	TOTAL	8	21	92	121
DTER BRAGA	DTER BRAGA (CMD)	2	3	15	20
	PT BRAGA	0	3	32	35
	PT PRADO	0	1	21	22
	PT VILA VERDE	0	2	28	30
	PT SAMEIRO	0	1	19	20
	PT RUILHE	0	0	5	5
	TOTAL	2	10	120	132
DTER BARCELOS	DTER BARCELOS (CMD)	2	3	15	20
	PT BARCELOS	0	3	50	53
	PT VN.FAMALICÃO	0	4	36	40
	PT ESPOSENDE	0	3	35	38
	PT JOANE	0	1	23	24
	PT RIBA DE AVE	0	2	25	27
	TOTAL	2	16	184	202
DTER GUIMARÃES	DTER GUIMARÃES (CMD)	2	2	22	26
	PT GUIMARÃES	0	4	35	39
	PT CABECEIRAS	0	1	23	24
	PT C. TAIPAS	0	3	24	27
	PT CELORICO BASTO	0	1	25	26
	PT FAFE	0	3	44	47
	PT LORDELO	0	1	22	23
	PT VIZELA	0	3	26	29
	TOTAL	2	18	221	241
DTER P. LANHOSO	DTER P.LANHOSO (CMD)	2	2	22	26
	PT POV. LANHOSO	0	2	23	25
	PT TERRAS BOURO	0	1	13	14
	PT VIEIRA MINHO	0	1	22	23
	PT GERES	0	1	13	14

	PT ROSSAS	0	0	6	6
	PT AMARES	0	2	24	26
	<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>123</b>	<b>134</b>
<b>D. TRÂNSITO BRAGA</b>	D. TRÂNSITO (CMD)	2	4	41	47
	SECRETARIA	0	1	13	14
	NICAV	0	1	6	7
	POSTO T. FAFE	0	1	24	25
	<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>84</b>	<b>93</b>
<b>D. INTERVEN ÇÃO</b>	D. INTERVENÇÃO (CMD)	2	1	23	26
	EQ. CINO	0	0	6	6
	EIEEX	0	1	4	5
	<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>33</b>	<b>37</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>20</b>	<b>83</b>	<b>857</b>	<b><u>960</u></b>

## Anexo N

### Variação do efetivo da GNR de 2000 a 2014



**Figura n.º 23 - Variação do efetivo da GNR de 2000 a 2014**

Fonte: GNR, 2014, p. 254.

## Anexo O

### Atividade operacional do Comando Territorial de Braga

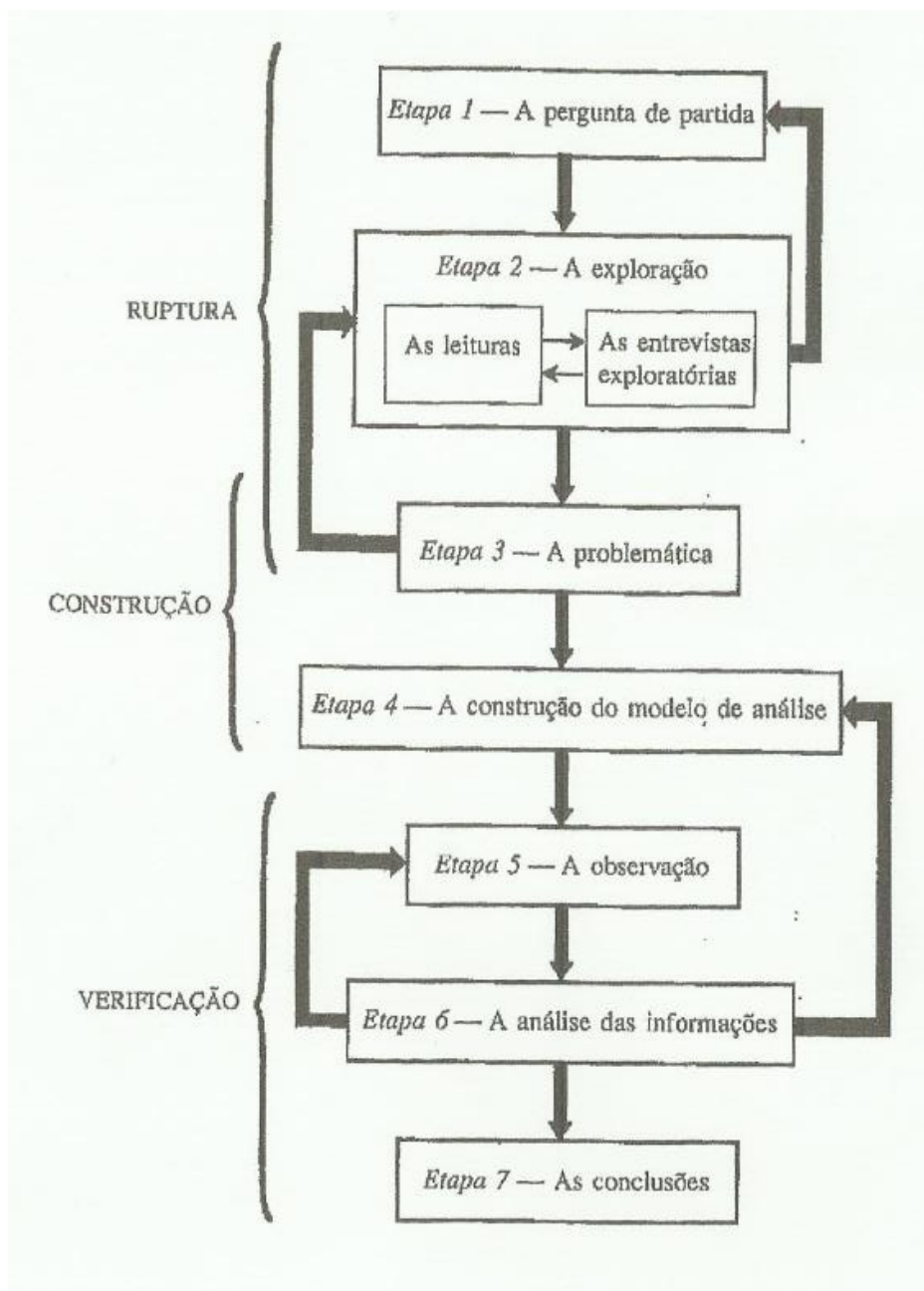
#### Quadro n.º 10 - Atividade operacional do Comando Territorial de Braga

Fonte: Dados fornecidos pelo Comando Territorial de Braga.

		2012	2013	2014	2015 (30ABR)
N.º Patrulhas		59716	58282	55363	19169
N.º de Contraordenaç ões	Rodoviárias	35385	34517	32561	12844
	Outras	1766	1845	1422	458
N.º de detidos fora flagrante delito		2244	2266	1730	722

## Anexo P

### Etapas do Procedimento



**Figura n.º 24 - Etapas do Procedimento**  
 Fonte: Quivy e Campenhoudt, 2005, p. 27.